

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO
CAMPUS LARANJAL DO JARI DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

MARIANISE PARANHOS PEREIRA NAZÁRIO

2014

MARIANISE PARANHOS PEREIRA NAZÁRIO

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO
CAMPUS LARANJAL DO JARI DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola.

Orientador:
Prof. Dr. José dos Santos Souza

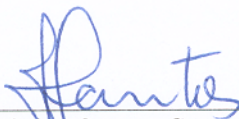
Seropédica, RJ
Setembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

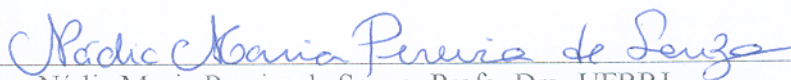
MARIANISE PARANHOS PEREIRA NAZARIO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

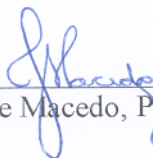
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/09/2014.



José dos Santos Souza, Prof. Dr. UFRRJ



Nádia Maria Pereira de Souza, Profa. Dra. UFRRJ



Jussara Marques de Macedo, Profa. Dra. UFRJ

*Dedico este trabalho a meus filhos:
Danilo, Jamile e Maria Karoline.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é pouco, diante da oportunidade de realizar esse mestrado e de todo aprendizado e experiências adquiridas durante esses dois anos de formação. Mas não poderia entregar esse trabalho sem deixar fazê-lo a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que este momento se tornasse possível.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, meu refúgio e fortaleza, nos vários momentos de tensão, desânimo e cansaço.

Agradeço à minha mãe, que apesar da distância, sempre me deu força e suporte emocional para continuar firme no meu propósito de vencer esta importante etapa da minha vida;

Agradeço ao meu marido e filhos, pela paciência e compreensão nos meus momentos de stress, isolamento e ausência para me dedicar a este trabalho;

Agradeço à comunidade escolar do Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari, pela valiosa contribuição em todas as etapas do desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. José dos Santos Souza, meu orientador, pela paciência, firmeza e suporte oferecidos durante a realização deste trabalho.

Aos colegas de Mestrado da Turma 2012.2, pelos enriquecedores debates e discussões durante as semanas de formação, bem como pelo companheirismo, incentivo e amizade durante esse percurso.

Agradeço às professoras Nádia Maria Pereira de Souza e Jussara Marques de Macedo, membros da banca examinadora de minha qualificação, pela valiosa contribuição por meio das sugestões para a elaboração deste trabalho.

E, finalmente, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), pela formação proporcionada, bem como aos demais colaboradores por toda a contribuição prestada durante o período de formação.

“Para que o ensino seja revertido em aprendizagem é necessário revolver a terra, penetrar nos saberes, nos talentos, nas motivações, nos afetos, nas dúvidas e nos medos daqueles que aprendem. Aquele que semeia sem revolver a terra consegue, no máximo, espalhar as sementes sobre a superfície, sem esperança de que algum dia criem raízes, cresçam e deem frutos”.

(Rosa Maria Torres)

NAZÁRIO, Marianise Paranhos Pereira. **Concepções e práticas de estágio supervisionado no Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. Seropédica (RJ): 2014, 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) – UFRRJ.

RESUMO:

Esta dissertação analisa a experiência de gestão da atividade de estágio supervisionado no Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP/Laranjal do Jari). O objetivo dessa investigação foi verificar se a organização do trabalho pedagógico desenvolvido na instituição possibilita de fato, a articulação entre teoria e prática nos cursos técnicos ofertados no IFAP/Laranjal do Jari, dentro de um contexto educacional, e frente à realidade econômica, social e cultural da região conhecida como Vale do Jari, que abrange os municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari (Amapá) e Almeirim (Pará), contribuindo para a complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes em sua formação profissional. Consiste em uma pesquisa básica, de análise qualitativa e caráter descritivo, que contempla técnicas de levantamento e de análise documental. Para a coleta dos dados foram utilizados além da análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, entrevistas, questionários, observação não participante e técnica de grupo focal, direcionados a diferentes categorias profissionais dentro da instituição e aos estudantes dos últimos anos/períodos dos cursos técnicos de nível médio nas formas integrado e subsequente em meio Ambiente, Secretariado e Comércio. No decorrer deste trabalho, verificou-se que a instituição investigada, não está conseguindo garantir que o estágio supervisionado se configure como um ato educativo, uma complementação do ensino e da aprendizagem, conforme apontado na legislação específica. Esta pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre os procedimentos aplicados a prática profissional no IFAP/Laranjal do Jari, em especial no estágio supervisionado, por entender que a análise desta atividade pode melhorar a mediação entre teoria e prática, visando atender as demandas exigidas pelo competitivo mercado de trabalho.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Ensino Médio; Ensino Técnico; Educação Profissional.

NAZÁRIO, Marianise Paranhos Pereira. **Supervised internship conceptions and practices in the Laranjal do Jari Campus of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. Seropédica (RJ): 2014. 145 p. Dissertation (Masters in Education) – Federal Rural University of Rio de Janeiro. Postgraduate Program in Agricultural Education. Seropédica (RJ – Brazil), 2014.

ABSTRACT

This dissertation examines the experience of managing its supervised internship Campus Laranjal do Jari, the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP/Laranjal Jari) The purpose of this research was to verify that the organization of educational work developed in the institution, allows in fact, the link between theory and practice in technical courses offered in the IFAP / Laranjal Jari within an educational context, and against economic, social and cultural reality known as the Jari Valley, covering the municipalities of Laranjal do Jari, Vitória do Jari (Amapá) and Almeirim (Pará), contributing to complement the teaching and learning of students in vocational training. Consists of a basic research, qualitative analysis and descriptive, which includes lifting techniques and document analysis. To collect the data were used beyond the analysis of primary and secondary and the focus group technique, aimed at different professional groups within the institution and the students of the last years / periods of technical courses in literature sources, interviews, questionnaires, non-participant observation average level in the integrated and subsequent forms in the Environment, Secretarial and Commerce. In this work, it was found that investigated the institution is unable to ensure that the supervised set up as an educational act, a supplementary teaching and learning, as pointed out in specific legislation. This research aims to contribute to a reflection on the procedures applied practice in the IFAP/ Laranjal do Jari, especially in supervised training, understanding that the analysis of this activity can enhance the mediation between theory and practice, to meet the demands required by the competitive job market.

Keywords: Supervised Internship, Secondary Education, Technical Training, Professional Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	⇒ Amapá
APA	⇒ Área de Proteção Ambiental
BID	⇒ Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADAM	⇒ Caulim da Amazônia
CAE	⇒ Coordenação de Apoio ao Ensino
CEA	⇒ Companhia de Eletricidade do Amapá
CEFET	⇒ Centro Federal de Tecnologia
CIEE	⇒ Centro de Integração Escola Empresa
CNE	⇒ Conselho Nacional de Educação
EAD	⇒ Educação À Distância
EBTT	⇒ Ensino Básico Técnico e Tecnológico
EDP	⇒ Energias de Portugal, S.A.
EJA	⇒ Educação de Jovens e Adultos
EPCT	⇒ Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPTNM	⇒ Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FIC	⇒ Formação Inicial e Continuada
GTPS	⇒ Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho, Política e Sociedade
IBGE	⇒ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	⇒ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	⇒ Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	⇒ Instituto Estadual de Florestas

IEL	⇒ Instituto Euvaldo Lodi
IFAP	⇒ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFAP/Laranjal do Jari	⇒ Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
INCRA	⇒ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	⇒ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	⇒ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	⇒ Ministério de Educação e Cultura
MPOG	⇒ Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTPS	⇒ Ministério do Trabalho e Previdência Social
MULHERES MIL	⇒ Programa Nacional Mulheres Mil
NUBE	⇒ Núcleo Brasil de Estágios
PARNA	⇒ Parque Nacional
PDI	⇒ Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	⇒ População Economicamente Ativa
PMLJ	⇒ Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí
PPC	⇒ Plano Pedagógico de Curso
PPGEA	⇒ Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PPI	⇒ Projeto Pedagógico Institucional
PROEJA	⇒ Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	⇒ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
RDS	⇒ Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDE EPCT	⇒ Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RESEX	⇒ Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RURAP	⇒ Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

SEMA	⇒ Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SETEC	⇒ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TAE	⇒ Técnico em Assuntos Educacionais
UFRRJ	⇒ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIFAP	⇒ Universidade Federal do Amapá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa de Laranjal do Jari.....	31
Figura 2:	Áreas de Proteção Ambiental – APA.....	32
Figura 3:	Fronteira dos municípios de Laranjal do Jari /AP e Monte Dourado/PA.....	33
Figura 4:	Aspectos do tipo de fossa utilizada nas áreas alagadas de Laranjal do Jari.....	35
Figura 5:	Público presente na Audiência Pública realizada em Laranjal do Jari em 2008 Jari.....	38
Figura 6:	Fachada do IFAP/ Laranjal do Jari em 2012.....	41
Figura 7:	Vista interna do prédio do IFAP Campus Laranjal do Jari em 2012.....	41
Figura 8:	Base metodológica Utilizada.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Atividades Complementares.....	29
Tabela 2 -	Cursos técnicos apontados em audiência pública. Por ordem de preferência 2008.....	39
Tabela 3:	Quadro de servidores do campus Laranjal do Jari.....	43
Tabela 4:	Cursos ofertados por Eixo Tecnológico.....	44
Tabela 5:	Cursos Técnicos em funcionamento no campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá, por Eixo Tecnológico conforme catálogo MEC.....	45
Tabela 6:	Número de vagas ofertadas no IFAP/Laranjal do Jari - 2014.....	46
Tabela 7:	Alunos inseridos e/ou dispensados do campo de estágio por Unidade Concedente.....	81
Tabela 8:	Distribuição de vagas de estágio por curso no IFAP/Laranjal do Jari 2014.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo cargos/função - 2013.....	84
Gráfico 2:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo formação acadêmica - 2013.....	85
Gráfico 3:	Número de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo ano de ingresso na instituição - 2013.....	86
Gráfico 4:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo exercício de cargo administrativo - 2013.....	87
Gráfico 5:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo relevância atribuída ao estágio supervisionado - 2013.....	92
Gráfico 6:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo concordância em condicionar a certificação do curso técnico integrado ao Ensino Médio à conclusão da atividade de estágio supervisionado - 2013.....	93
Gráfico 7:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, segundo declaração de ciência sobre o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado nos cursos técnicos da instituição – 2013.....	94
Gráfico 8:	Percentual de Docentes do IFAP/Laranjal do Jari, quanto ao conhecimento do ambiente onde os estudantes realizam estágio supervisionado nos cursos técnicos da instituição – 2014.....	95
Gráfico 9:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo sexo – 2014.....	118
Gráfico 10:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a faixa etária – 2014.....	119
Gráfico 11:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o ano de ingresso – 2014.....	119
Gráfico 12:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o município de residência – 2014.....	120

Gráfico 13:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o estado civil – 2014.....	121
Gráfico 14:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a situação profissional – 2014.....	122
Gráfico 15:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a condição domiciliar – 2014.....	123
Gráfico 16:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a faixa de renda mensal – 2014.....	123
Gráfico 17:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a procedência escolar - 2014.....	124
Gráfico 18:	Número de pais de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o nível de escolaridade – 2014.....	126
Gráfico 19:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o grau de satisfação com o curso frequentado – 2014.....	127
Gráfico 20:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o grau de relevância do estágio supervisionado na sua formação – 2014.....	127
Gráfico 21:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo indicação de dificuldade para conseguir vaga de estágio – 2014.....	129
Gráfico 22:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a forma como conseguiu vaga de estágio – 2014.....	131
Gráfico 23:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a avaliação da atuação da instituição de ensino no auxílio para a conquista da vaga de estágio – 2014.....	133
Gráfico 24:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a avaliação da quantidade de informações sobre vagas de estágio divulgadas pela instituição – 2014.....	134

Gráfico 25:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo indicação se recebe (ou recebeu) orientação de estágio – 2014.....	135
Gráfico 26:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo indicação se recebe (ou recebeu) supervisão de estágio por parte de profissional da empresa – 2014.....	136
Gráfico 27:	Percentual de Estudantes do Curso Técnico em Secretariado e Curso Técnico em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo opinião sobre a necessidade de estágio supervisionado para formar um técnico – 2014.....	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – CAMPUS LARANJAL DO JARI, COMO OBJETO DE ESTUDO.....	27
1.1. O Problema Investigado.....	27
1.2. Delimitação do Objeto de Estudo.....	30
1.3. Justificativa.....	47
1.4. Objetivos.....	49
1.4.1. Objetivo Geral.....	49
1.4.2. Objetivos Específicos.....	50
1.5. Procedimentos Metodológicos.....	50
2. RELAÇÃO ENTRE A CRISE DO CAPITALISMO E AS MUDANÇAS NO TRABALHO E NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	57
2.1. O Ensino Médio.....	59
2.2. O Ensino Técnico Profissional.....	62
2.3. O Estágio Supervisionado.....	66
2.4. Relação entre a Escola e o Mundo do Trabalho.....	71
3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS LARANJAL DO JARI.....	77
3.1. Estrutura Organizacional para a Gestão do Estágio Supervisionado.....	77
3.2. Concepções e Ações no Desenvolvimento do Estágio Supervisionado.....	84
3.2.1. Os Docentes.....	84
3.2.2. O Diretor de Ensino.....	98
3.2.3. O Coordenador de Pesquisa, Extensão e Estágio.....	100
3.2.4. O Coordenador Pedagógico.....	105

3.2.5. Os Coordenadores de Cursos Técnicos.....	108
3.2.6. Os Orientadores de Estágio.....	113
3.3. Expectativas dos Estudantes em Relação ao Estágio Supervisionado.....	118
3.4. Fatores que Interferem na Experiência de Estágio Supervisionado dos Estudantes do IFAP/Laranjal do Jari.....	130
4. CONCLUSÕES.....	140
BIBLIOGRAFIA.....	146
Referências.....	146
Fontes Primárias.....	156

INTRODUÇÃO

“A grande vantagem de o ser humano nascer sem saber nada é que pode aprender tudo”.
(Içami Tiba).

Essa dissertação foi desenvolvida como parte do projeto de pesquisa intitulado *“Mediações entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”*, do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), coordenado pelo prof. Dr. José dos Santos Souza.

Esse trabalho está inserido nas linhas de Pesquisa Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O campo da pesquisa foi definido diante da necessidade de investigar uma questão relevante do ponto de vista científico, social e acadêmico. Pode ser constatado diante da quantidade ínfima de publicações e pesquisas na área de estágio supervisionado nos cursos técnicos. Por essa razão, essa dissertação poderá contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas adotadas no desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado em cursos técnicos e, sobretudo para subsidiar pesquisas futuras aos estudantes do PPGEA, especialmente na área de educação e gestão.

A temática em questão tem relação também, com a formação profissional da pesquisadora, que atua na área de educação profissional, desde 2010, como assistente social na Coordenação de Apoio ao Ensino (CAE) do IFAP/Laranjal do Jari. Conhecedora da realidade social local e dos fenômenos observados no percurso acadêmico dos alunos.

Para subsidiar a análise, foi realizada a princípio, uma revisão da literatura visando à construção de um quadro teórico que possibilitasse relacionar os pontos de referência da pesquisa com elementos históricos e conceituais como: a crise do capital, a reestruturação produtiva, as reformas educacionais e a (con) formação do trabalhador para o mundo do trabalho.

Para a realização da pesquisa, descrevemos a estrutura disponível para o funcionamento da educação profissional, os cursos ofertados pelo IFAP/Laranjal do Jari e os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o trabalho educativo no campus. Apresentamos o conceito de estágio na ótica da Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008) e de diversos autores, para que embasados na bibliografia consultada, pudéssemos verificar se o estágio supervisionado se configura como prática pedagógica na instituição de ensino investigada.

Na coleta de dados utilizamos principalmente fontes bibliográficas primárias (documentos institucionais), conteúdos disponíveis no site do Instituto Federal do Amapá, da observação participante, textos de entrevistas com os gestores, aplicação de questionários com os docentes e grupo focal com os estudantes dos cursos técnicos para os quais a vivência da prática profissional é obrigatória.

Para a apresentação da investigação, dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, apresentamos o problema, delimitamos o objeto de estudo, desenvolvemos a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos. No segundo abordamos os aportes teóricos, históricos e conceituais que nortearam essa pesquisa, delineiam a trajetória, elucidam a amplitude e a complexidade de aspectos relacionados ao tema pesquisado. Esse capítulo também trata de questões como: relação entre a crise do capitalismo, as mudanças no trabalho, sobre a formação dos trabalhadores, ensino médio, ensino técnico, estágio supervisionado e da relação entre a escola e o mundo do trabalho. No terceiro capítulo, tratamos do estágio supervisionado no âmbito do IFAP/Laranjal do Jari, descrevemos a estrutura organizacional para a gestão do estágio, as concepções e práticas docentes no desenvolvimento do estágio supervisionado, as expectativas dos estudantes relacionadas ao

estágio e os fatores que interferem a experiência de estágio supervisionado dos estudantes do IFAP/Laranjal do Jari. Concluímos esse capítulo apresentando algumas inquietações a partir dos relatos dos sujeitos envolvidos na pesquisa e tecemos nossas considerações finais / conclusões.

1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – CAMPUS LARANJAL DO JARI, COMO OBJETO DE ESTUDO

*“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”
(Cora Coralina)*

1.1. O PROBLEMA INVESTIGADO

O estágio configura-se como oportunidade para aliar teoria à prática, proporcionando experiências com as especificidades da área acadêmica escolhida pelo estudante do curso técnico, como forma de reforçar seu aprendizado e potencializar o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ¹ do IFAP/Laranjal do Jari, o estágio supervisionado deverá ser organizado e concretizado de acordo com a Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008) e ainda respaldado nos Planos de Curso nas formas Integrado, Subsequente e Concomitante². O Plano define o estágio supervisionado como: “[...] uma atividade que propicia ao aluno adquirir experiência profissional específica que deve contribuir de forma eficaz, à sua futura prática profissional” (PDI-IFAP 2012, p.93).

¹ [...] Instrumento que subsidia e orienta as ações de Gestão da Instituição, baseado no planejamento institucional foi construído de forma coletiva e participativa exprimindo de forma bem clara a Missão, Valores, Visão de Futuro e as diretrizes da Instituição (PDI-IFAP, 2012).

² **Integrado** é quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo em que a formação técnica e o aluno têm matrícula única; **Subsequente**, quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio e **Concomitante**, quando os cursos são dados separadamente, até em instituições diferentes (BRASIL, MEC, 2004).

Independente do nível e modalidade de ensino, o estágio supervisionado poderá ocorrer tanto no interior da instituição de ensino, quanto em empresas e/ou escolas públicas ou privadas, desde que observadas às condições indispensáveis à prática efetiva na área de formação do estudante e oportunize a práxis de seus conhecimentos acadêmicos.

Conforme a Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), Art. 2º, o estágio poderá ser obrigatório³ ou não obrigatório⁴, desde que esteja previsto no projeto pedagógico de cada curso, de acordo com a modalidade e área de ensino.

No IFAP/Laranjal do Jari, o estágio supervisionado não é obrigatório para todos os cursos ofertados. O estágio configura-se como prática profissional obrigatória para integralização curricular nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado, conforme estabelecido nos respectivos Planos de Curso, nas formas integrado e subsequente.

Já o Curso Técnico em Informática ofertado no mesmo campus, adota como prática profissional o Projeto Integrador⁵, conforme definido também no Plano do referido curso. Além do Projeto Integrador, são acrescentadas 50 horas de atividades complementares, em caráter obrigatório, realizadas pelas seguintes atividades: estágio não obrigatório; projetos de iniciação científica; atividades culturais; atividades acadêmicas e ações sociais que deverão ser cumpridas em, no mínimo, três tipos de atividades.

A Tabela 1 demonstra as atividades complementares, bem como a carga horária necessária para integralização da matriz curricular do curso.

³ Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

⁴ Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescentada à carga horária regular obrigatória.

⁵ A prática profissional através do desenvolvimento de projetos para a formação do aluno e sua preparação para o mundo do trabalho, a fim de que possa atuar compreendendo e concebendo as inovações tecnológicas e científicas da sociedade globalizada. A carga horária total do projeto integrador será de 200 (duzentas) horas desenvolvidas ao longo dos 2º e 3º anos/série do curso, sendo 100 (cem) horas por ano/série, tendo como base o princípio da interdisciplinaridade. Plano de Informática Integrado (IFAP, 2011, p.124).

Tabela 1: Atividades complementares ao Curso Técnico em Informática - PPC-2011

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Visitas técnicas (via coordenação ou individual)	03 h	12 h
Participação em programas governamentais (Ex.: Adolescente aprendiz e outros)	30 h	30 h
Atividades científicas (participação em congressos, seminários, palestras, minicursos, fóruns, Workshops, mostra científica e tecnológica, feiras e exposições, monitorias).	04 h	20 h
Participação como Ministrante em atividades científicas e acadêmicas.	02h	20h
Atividades Esportivas (torneios, jogos, cursos de danças, etc.)	04 h	08 h
Produção Acadêmico-Científica (autor ou coautor de artigos publicados em jornais e/ou revistas científicas, anais, periódicos, livros ou capítulo de livros e painéis, projeto de pesquisa).	04 h	12 h
Cursos extracurriculares (línguas, extensão, aperfeiçoamento, treinamento, etc.)	10 h	30 h
Exercício de representação estudantil nos órgãos colegiados da instituição	04 h	16 h
Ações Sociais: Participação em eventos sociais como monitor, voluntário ou organizador.	04 h	16 h
Estágio não obrigatório	20h	20h

Fonte: IFAP/Laranjal do Jari - Plano de Curso Nível Médio na Forma Integrado, 2011.

Para o estudante do Curso Técnico em Informática que por iniciativa própria conseguir o estágio, está prevista orientação e acompanhamento necessários a sua concretização, pois acredita-se que esta prática acrescenta benefícios e experiências à formação do discente.

A prática de estágio deve contribuir como um referencial na formação do estudante, permitindo ações e atividades reais no seu campo de trabalho, além de motivá-lo ao articular teoria e prática. No entanto, para que essa prática profissional tenha êxito, o

estudante precisará ser acompanhado por um professor-orientador, designado pela coordenação do curso, e também por um responsável técnico da empresa concedente do estágio.

Baseado no relato dos docentes e discentes, algumas dificuldades no processo de execução do estágio supervisionado têm limitado o encaminhamento de muitos estudantes para a realização da vivência da prática profissional, a saber: a) reduzido número de convênios com empresas concedentes; b) falta de um setor que cuide exclusivamente de questão do estágio; c) reduzido número de professores-orientadores; d) falta de clareza com relação ao estágio supervisionado.

A dinâmica diferenciada adotada pelos cursos técnicos do IFAP/Laranjal do Jari em relação à obrigatoriedade do estágio supervisionado, aliada as dificuldades já expostas tem gerado os seguintes questionamentos: o estágio supervisionado adotado nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado estão de acordo com o que estabelece a Lei 11.788/2008? De que forma ocorre a articulação entre teoria e prática nos cursos técnicos ofertados no IFAP/Laranjal do Jari? A experiência adquirida por meio do estágio supervisionado, projetos integradores e atividades complementares (como ocorre no Curso Técnico em Informática), é suficiente para a formação dos estudantes?

Com base nesses questionamentos buscamos compreender se a prática profissional realizada por meio do estágio supervisionado e/ou pelos projetos integradores tem propiciado aos estudantes dos cursos técnicos do IFAP/Laranjal do Jari, a experiência necessária à efetiva formação profissional.

1.2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O IFAP/Laranjal do Jari, como instituição de ensino, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT), cumpre um papel social importante no contexto do Vale do Jari, visto que os cursos ofertados foram planejados em função das demandas identificadas, por meio de Audiências Públicas com segmentos representativos da sociedade local. Nessa perspectiva, apresentamos a caracterização regional do município para melhor entendimento da realidade como forma de situar o papel social desenvolvido pelo IFAP/Laranjal do Jari.

Laranjal do Jari está localizado ao Sul do Estado do Amapá (Meso Região Sul), com população estimada em 39.805 habitantes, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010). Possui área de 30. 966,177 km², o que resulta numa densidade demográfica de 1,29 hab./km². Apresenta altitude de 22 m, acima do nível do mar e clima equatorial. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio da região é de 0,70. A Figura 1 demonstra a localização do município:

Figura 1: Mapa de localização do município de Laranjal do Jari

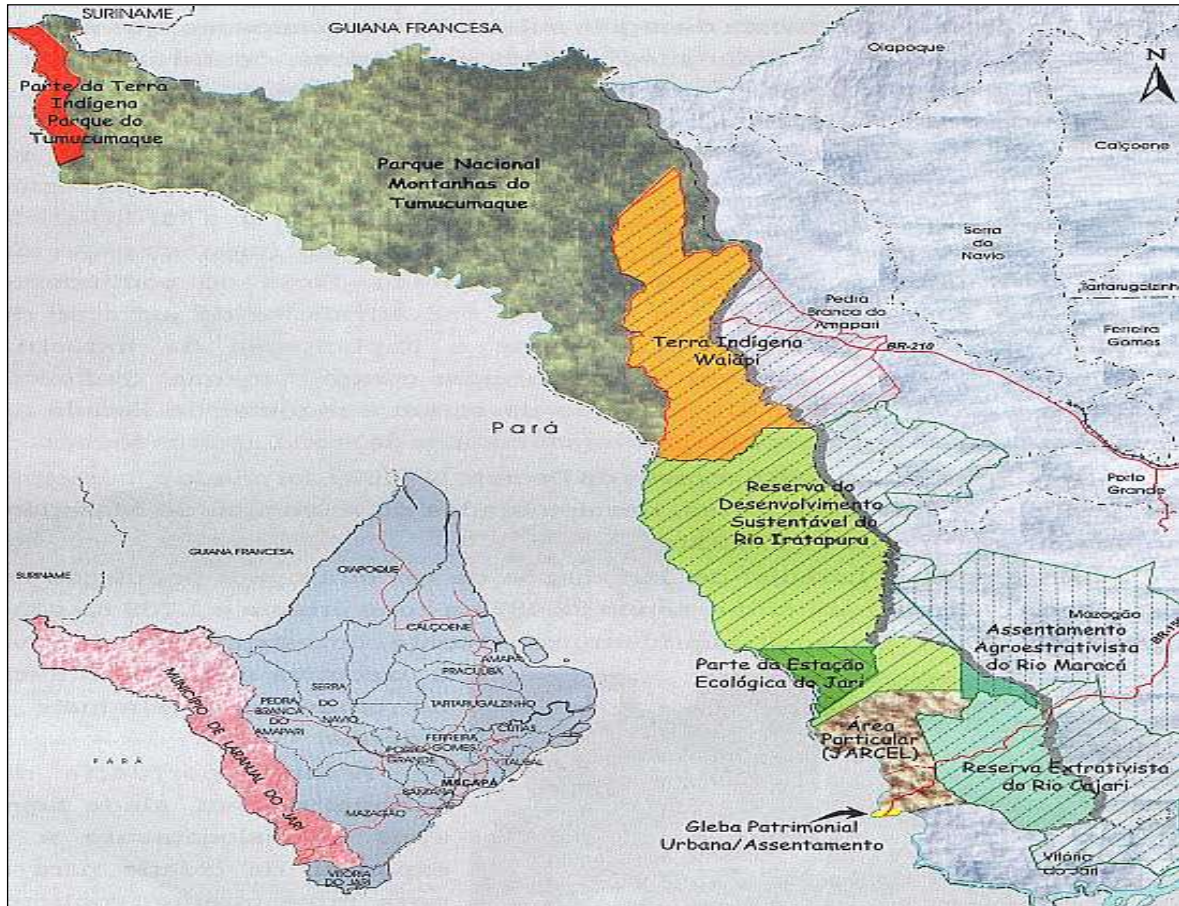


Fonte: SEMA-AP /2006

Por determinação da Lei 7.639/1987 (BRASIL, 1987), Laranjal do Jari foi desmembrado do município de Mazagão e elevado à categoria de município em 17 de dezembro de 1987; encontra-se a 275 km de Macapá, capital do estado do Amapá, possui forte potencial turístico e o título de município mais protegido do planeta por possuir dentro de sua extensão territorial, Área de Proteção Ambiental (APA), Parque Nacional (PARNA) Montanhas do Tumucumaque; Reserva Indígena Waiãpi; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru; Parte da Estação Ecológica do Jari; Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Cajari; Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá; Glebas Particulares

da Jari Celulose; Gleba Patrimonial Urbana/Assentamento Maria de Nazaré Mineiro e áreas de proteção permanentes demonstrados na Figura 2.

Figura 2: Áreas de Proteção Ambiental – APA



Fonte: Laranjal do Jari, realidades que devem ser conhecidas - Edição GEA/IEPA/SETEC 2004).

Laranjal do Jari integra a região conhecida como “Vale do Jari”, habitada anteriormente por indígenas Aparai-Waiana, depois por nordestinos atraídos pela extração da borracha. A formação urbana no Vale do Jari remonta a instalação do Complexo Jari⁶. Além de Laranjal do Jari, outros dois municípios completam o Vale: Vitória do Jari (12.445 habitantes) e Almeirim (33.665 habitantes), demonstrados na Figura 3. A sede do município de Laranjal do Jari faz fronteira com o estado do Pará, separado por apenas 243 metros,

⁶ O **Projeto Jari**, abrangia parte de Almeirim - PA (60%) e 40% em Laranjal do Jari e a totalidade de Vitória do Jari, à época integrante do município de Mazagão - AP, sendo agraciado, com “[...] uma das maiores jazidas de caulim do mundo” Porto (2003, p. 75-135) situada no Morro do Felipe, estado do Amapá.

através do Rio Jari⁷ qualificando-a como cidade gêmea de Monte Dourado (10.590 habitantes), convertida a distrito em 1983, para dar suporte aos empregados da Jari Celulose (IBGE, 2010).

Figura 3: Fronteira dos municípios de Laranjal de Jari - AP e Monte Dourado-PA



Fonte: Jari Celulose S.A., 2007

O Município de Laranjal do Jari, com características típicas de cidades emergidas na periferia de grandes empreendimentos privados, ficou conhecido como “Beiradão” por conta das primeiras habitações erguidas às margens do Rio Jari, por trabalhadores desempregados da Jari Celulose e empresas terceirizadas, que sem condições de retornar às suas regiões de origem, ali se estabeleceram (PMLJ, 2013).

A ocupação desordenada em frente ao planejado distrito de Monte Dourado é consequência do intenso fluxo migratório vindo de vários lugares em busca de melhores condições de vida, de acordo com Browder e Godfrey (2006, p. 58):

⁷ **Rio Jari:** Um dos principais afluentes do Rio Amazonas, separa os Estados do Pará e Amapá. É vital para a integração de sua sede com sua porção norte, de difícil acesso. Serve também de hidrovía entre o município e localidades do Pará e Amapá.

[...] Cidades da floresta planejadas pelo Estado são construídas quase que instantaneamente para abrigar, confortavelmente, os trabalhadores de algum grande projeto de desenvolvimento, às vezes co-financiado pelo capital transnacional. Em pouco tempo aparece uma multidão heterogênea de favelas temporárias, no lado de fora das cercas de segurança, para abrigar precariamente os trabalhadores temporários que convergem para a região na esperança de conseguir trabalho [...]

Laranjal do Jari ocupa a terceira posição em número de habitantes no Estado do Amapá. Entretanto, esse crescimento populacional não foi seguido pelas mesmas condições de desenvolvimento e estrutura, aspectos necessários às cidades com grandes contingentes de imigrantes, que ainda hoje são atraídos pelos empreendimentos que chegam à região.

A fronteira do município com o estado do Pará caracteriza-se pela grande quantidade de palafitas à beira do Rio Jari. Nesta área, também chamada de parte baixa, concentra-se o maior contingente populacional e conseqüentemente a incidência de vários problemas sociais: falta de saneamento básico (no sistema de palafitas não existe fossa sanitária, os dejetos são lançados diretamente no Rio Jari - Fig.4); transporte; vias de acesso; segurança; violência urbana e criminalidade; trabalho infantil; exploração sexual infanto-juvenil; subemprego e desemprego; mendicância e mais recentemente percebe-se a presença de pessoas em situação de rua, questões que desafiam a sociedade local e o poder público que não conseguem cumprir a contento, o seu papel no fornecimento do atendimento às demandas sociais.

Figura 4 - Aspectos do tipo de fossa utilizada na área alagada de Laranjal do Jari.



Fonte: Chico Terra, 2007

Apesar dos aspectos desfavoráveis, a área baixa concentra como atrativos para a permanência da população, a efervescência do comércio local e o Rio Jari, como fonte para atendimento de necessidades básicas como alimentação, transporte, lazer e higiene da comunidade dessa área.

A parte baixa tem a fonte principal de sustentação das famílias do Laranjal do Jari. O Beiradão pode ser também uma parte da cidade do Laranjal do Jari, aquele que fica sobre o rio ou na sua beira, região de alagado, onde existe uma grande concentração de palafita. Lugar caracterizado por um comércio intenso e diversificado, que gera um grande movimento de pessoas que circulam nas pontes, conhecidas por passarelas ou trapichões, trapiches ou trapichinhos, dependendo de certas características que possuem. É nesse Beiradão que tudo acontece nos contrastes e se evidenciam – casas de prostituição em meio a residências familiares, crianças pequenas e bandidos divididos os mesmos espaços nas pontes, falta de água nas torneiras das casas em meio a tanta água do rio, lixo absurdo depositado lá fora, enquanto dentro das casas a limpeza impera, o terçado que fura e mata num lugar onde o sopro da vida aparece como estrelas no céu. É esse o beiradão falado, por exemplo, por pessoas que moram em comunidades afastadas – comunidades da Cachoeira, comunidade da Padaria e outras – que parecem salpicadas ao longo da margem esquerda do rio e na beirada dele (MONTEIRO, 2000, p. 24).

Na parte alta, também chamada de terra firme, a situação é amenizada por melhores condições de vida, onde o núcleo urbano está sendo desenvolvido a partir de um

planejamento mais adequado. Construções recentes como o Palácio Neucy de Jesus Santos Lacerda, sede da prefeitura municipal; O fórum de Laranjal do Jari, com estrutura moderna e arrojada; O Superfácil, órgão do governo do Estado, que dispõe de serviços de atendimento ao cidadão e a construção do prédio do IFAP/Laranjal do Jari, fomentando a instalação de conjuntos habitacionais, escolas e creches municipais em seu entorno, trazendo para Laranjal do Jari considerável progresso.

O acesso ao município é realizado pelas vias terrestre, fluvial e aérea. Por via terrestre, o acesso à Macapá é feito pela BR-156, rodovia federal não pavimentada, com várias pontes em madeira (cerca de 20) sobre os rios, algumas em péssimas condições. O tempo de viagem varia de 06 até 18 horas dependendo da época, considerando que a temporada das chuvas acontece no início de cada ano.

Por via fluvial o acesso à Macapá, Belém, Santarém, dentre outros destinos, ocorre através de embarcações de médio e grande porte em linhas regulares, utilizando o Rio Jari. A travessia entre Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA) é feita por balsa (passe livre) do governo do estado do Amapá, e catraias (embarcação regional a motor, ou voadeira), cujo custo está em torno de R\$ 1,00 ida e volta.

Por via aérea, o acesso acontece por meio do aeroporto da Jari Celulose localizado no distrito de Monte Dourado (PA), realizado pela empresa regional SETE - Linhas aéreas, que opera três vezes por semana, em aeronaves do tipo “brasília” de 30 lugares.

O clima predominante no município é o tropical chuvoso, sem definição de verão ou inverno. Possui um regime pluviométrico marcado por duas estações bem definidas: período de chuvas e seca. A temperatura média anual varia entre 23° C (mínima) e 40° (máxima).

Na economia local duas estruturas econômicas estão bem definidas no município de Laranjal do Jari. Na área urbana predominam as atividades produtivas de pequenas e micro empresas nos setores formal e informal. O comércio, fator de extrema importância para o desenvolvimento da região, apresenta várias lojas de confecções, calçados, bares, restaurantes, boates e hotéis. Na área rural, predomina o setor primário, destaca-se a cultura de gados bubalinos (búfalos) e bovinos. Existe também o cultivo de arroz, abacaxi, banana, cupuaçu, feijão, laranja, milho, melancia e mandioca. Uma das principais dificuldades refere-se às precárias condições da estrada para o escoamento desses produtos, bem como do

transporte oferecido aos agricultores. No setor secundário, sobressaem-se a extração e beneficiamento da castanha do Brasil, na fabricação de óleo comestível e extração/fabricação de palmitos de açaí, para fins de exportação.

No entorno do município, a principal estrutura econômica está no complexo industrial do Jari, a atuação acontece em função de duas grandes empresas, a Jari Celulose e a CADAM (Caulim da Amazônia S.A). Tais atividades produtivas sustentam a cadeia do extrativismo vegetal e mineral, atendendo aos interesses de grandes blocos econômicos.

Na área educacional, o município de Laranjal do Jari oferta os seguintes níveis de ensino: a) Educação básica e b) Educação superior, esta através do polo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por meio de cursos de licenciatura em Programas de Interiorização⁸. Na esfera privada, encontra-se da educação básica à superior, passando pela educação profissional, porém o acesso da população é limitado pela vulnerável situação econômica apresentada pela maioria.

Com a estratégia de promover o desenvolvimento econômico e sustentável dos municípios mais vulneráveis do país, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008)⁹ incluindo o município de Laranjal do Jari no Território da Cidadania Sul do Amapá, juntamente com Mazagão e Vitória do Jari, abrangendo uma área de 46.787,90 Km². Por esse enfoque, a implantação do Campus em Laranjal do Jari é estratégica, pois poderá atender, além da demanda do município, a região do Território da Cidadania Sul do Amapá e o distrito de Monte Dourado/PA.

O processo de implantação do IFAP/Laranjal do Jari foi antecedido por uma Audiência Pública¹⁰ realizada em 2008, reunindo uma parcela significativa da população laranjalense para a proposição de cursos que estivessem de acordo com as necessidades da região (Figura 5).

⁸ O Programa de interiorização da Universidade Federal do Amapá iniciou em 1999 e consiste na realização de módulos do ensino superior ofertados unicamente em períodos de férias (janeiro, fevereiro e julho), visando garantir os direitos sociais na área educacional nos municípios de Laranjal do Jari e em Oiapoque, no Amapá (SILVA, 2010).

⁹ O Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo Governo Federal, tem como objetivos promover desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável [...] (MDS, 2008).

¹⁰ A audiência pública é um instrumento de participação direta da sociedade, através da qual a autoridade competente abre espaço para que todas as pessoas interessadas em determinada decisão tenham acesso a informação a oportunidade de opinar antes do desfecho do processo. Tais opiniões não resultam em decisão, pois o caráter da audiência é consultivo, e a autoridade deve analisá-las segundo seus critérios (SOARES, 2010).

Figura 5: Público presente na audiência pública realizada em Laranjal do Jari em 2008.



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, 2008.

O resultado da audiência pública realizada em Laranjal do Jari em 2008 está demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 – Cursos Técnicos apontados em audiência pública, por ordem de preferência - 2008

O R D E M	EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS TÉCNICOS	Nº de Opções	
				%
01	Informação e Comunicação	Téc. em Informática	81	11,2
02	Recursos Naturais	Téc. em Agricultura	67	9,2
03	Controle e Processos Industriais	Téc. em Eletrotécnica	54	7,4
04	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. em Enfermagem	53	7,3
05	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. em Meio Ambiente	44	6,1
06	Gestão e Negócios	Téc. em Contabilidade	25	3,4
07	Ambiente Saúde e Segurança	Téc. em Segurança do Trabalho	23	3,2
08	Hospitalidade e Lazer	Téc. em Guia de Turismo	19	2,6
09	Recursos Naturais	Téc. em Florestas	13	1,8
10	Recursos Naturais	Téc. em Geologia	11	1,5
11	Gestão e Negócios	Téc. em Secretariado	10	1,4
12	Produção Industrial	Téc. em Celulose e Papel	9	1,2
13	Ambiente, saúde e Segurança	Téc. em Radiologia	8	1,1
14	Outros Cursos		152	21,6
TOTAL			569	100

Fonte: Adaptado de (MOURA, 2010, p.38).

A partir dos resultados da audiência pública apresentados na Tabela anterior, percebe-se que os cursos técnicos sugeridos pela comunidade presente não condizem com os cursos ofertados pelo IFAP/Laranjal do Jari, salvo o Curso Técnico em Informática, que aparece como o primeiro colocado, com 11,2% dos votos. Os Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado, também ofertados pela instituição, aparecem em quinta e décima primeira posição, com 6,1% e 1,4%, respectivamente. Este resultado sugere que possivelmente outras questões além da audiência pública, tenham sido consideradas para a escolha dos cursos ofertados, traduzindo o perfil dos arranjos produtivos¹¹ locais, assim como os aspectos socioculturais da região em que o Instituto seria implantado.

Assim, com base no perfil e identidade do município, nos arranjos produtivos locais levantados e em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do

¹¹ Consideram-se arranjos produtivos locais aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011).

Ministério de Educação e Cultura (MEC), foram estabelecidos os seguintes eixos tecnológicos prioritários de atuação para o IFAP/Laranjal do Jari: a) Ambiente e Segurança; b) Gestão e Negócios e c) Informação e Comunicação.

Os cursos escolhidos relacionados aos Eixos Tecnológicos descritos serão desenvolvidos nas formas integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio, nas modalidades Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Educação à Distância (EAD) ¹².

A partir da definição dos cursos, as atividades letivas no IFAP/Laranjal do Jari, iniciaram no dia 08 de setembro de 2010, provisoriamente, no prédio da UNIFAP, uma vez que esta universidade só o utilizava em cursos modulares de licenciatura oferecidos pelo Programa de Interiorização, citado anteriormente. As aulas ocorriam nos três turnos e atendiam a cinco turmas de quarenta estudantes cada, distribuídos nos Cursos Técnicos em Informática, em Secretariado e em Secretariado Escolar, inicialmente na forma subsequente. O ingresso dos estudantes nos cursos de informática e secretariado se deu por processo seletivo com conteúdos do ensino fundamental e médio; Com relação ao curso de secretariado escolar, o ingresso foi por indicação da Secretaria Municipal de Educação, por meio de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari (PMLJ) e o IFAP, visando capacitar servidores que atuavam nas secretarias escolares do município.

A partir de 2011, o IFAP/Laranjal do Jari inicia a oferta de nível médio na forma integrado por meio dos Cursos Técnicos em Informática, em Secretariado e em Meio Ambiente, atuando em espaços alugados, devido à indisponibilidade das instalações da UNIFAP.

No início de 2012, já instalados no prédio definitivo (Figuras 6 e 7), é inserido o Curso Técnico em Comércio na modalidade PROEJA. O público deste curso é composto por estudantes com idade a partir de 18 anos na data da matrícula, que tenham concluído o ensino fundamental e estejam fora da idade regular de ensino. O ingresso ocorre por critério

¹² A modalidade EAD consiste na educação mediada por tecnologias em que alunos e professores estão separados espacial e/ou temporalmente, ou seja, não estão fisicamente presentes em um ambiente de ensino-aprendizagem.

socioeconômico avaliado por meio de questionários e redação de carta intenção, conforme estabelecido em Edital e Regulamentação (PROEJA, 2013).

Figura 6: Fachada do IFAP/Laranjal do Jari – 2012



Fonte: Assessoria de Comunicação Campus Laranjal do Jari, 2012

Figura 7: Vista interna do prédio do IFAP /L. do Jari 2012.



Fonte: Assessoria de Comunicação Campus Laranjal do Jari, 2012.

No segundo semestre de 2013, o IFAP/Laranjal do Jari implanta a modalidade EAD por meio da oferta dos Cursos Técnicos em Serviços Públicos e em Segurança no Trabalho, relacionados aos Eixos Tecnológicos Gestão e Negócios e Ambiente e Segurança, respectivamente.

O IFAP/Laranjal do Jari encontra-se instalado em uma área total aproximada de 121.169,45 m², sendo 6.246,65 m² de área construída em prédio composto por dois pavimentos. Com relação à estrutura física, o Campus possui dez salas de aula, um auditório com capacidade para 150 lugares, uma Biblioteca, três laboratórios de informática, três laboratórios específicos, distribuídos pelos componentes curriculares: Física, Química e Biologia, além dos blocos administrativos e de Ensino.

Por conta do projeto de expansão do IFAP/Laranjal do Jari, está sendo construída desde 2013, a primeira quadra poliesportiva do município, composta por dois pavimentos. O piso superior contempla quatro salas de aula além de salas para a coordenação e atividades desportivas. De forma paralela, está sendo construído mais um bloco com quatro laboratórios que irá atender aos recém-implantados cursos de Licenciatura e Tecnologia. De acordo com o Plano de Metas (IFAP 2010-2014), ainda está prevista a construção de um restaurante escolar e um estacionamento coberto para os veículos institucionais.

O IFAP/Laranjal do Jari possui ainda os seguintes ambientes para as atividades administrativas: Direção Geral; Chefia de Gabinete; Secretaria de Gabinete; Diretoria Administrativa; Coordenação Financeira; Assessoria de Comunicação; Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio; Coordenação de Apoio ao Ensino; Coordenação Pedagógica; Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio; Coordenação de Cursos Superiores; Coordenação do Eixo Gestão e Negócios; Coordenação do Eixo Informação e Comunicação; Coordenação do Eixo Meio Ambiente e Segurança; Coordenação de Registro Acadêmico; Coordenação de Tecnologia da Informação; Coordenação da EAD, Coordenação do PROEJA e por fim, Coordenação dos Programas Federais (PRONATEC e Mulheres Mil). Os serviços de lanchonete, vigilância, limpeza, manutenção predial, copa e motorista são realizados por empresas prestadoras de serviços.

Embasados no PDI, uma das finalidades e características do IFAP é “Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão” (PDI,

2010-2014, p.12). A Tabela 3 demonstra a distribuição dos servidores em exercício no IFAP/Laranjal do Jari em 2013. Já a Tabela 4 aponta os cursos ofertados no mesmo ano, distribuídos por Eixo Tecnológico e forma/modalidade.

Tabela 3 – Quadro de servidores do Campus Laranjal do Jari – 2013.

CATEGORIA	CARGO	VÍNCULO	QUANTIDADE
Docentes	Professor EBTT	Efetivo/DE	33
Docentes	Professor EBTT	Temporário	4
Técnico Administrativo	Administrador	Efetivo	1
Técnico Administrativo	Analista de TI	Efetivo	1
Técnico Administrativo	Assistente em Administração	Efetivo	12
Técnico Administrativo	Assistente de Alunos	Efetivo	7
Técnico Administrativo	Assistente Social	Efetivo	2
Técnico Administrativo	Bibliotecário	Efetivo	1
Técnico Administrativo	Contador	Efetivo	1
Técnico Administrativo	Jornalista	Efetivo	1
Técnico Administrativo	Pedagogo	Efetivo	4
Técnico Administrativo	Psicólogo	Efetivo	2
Técnico Administrativo	Técnico em Assuntos Educaçãoais	Efetivo	3
Técnico Administrativo	Técnico em Enfermagem	Efetivo	2
Técnico Administrativo	Técnico em Informática	Efetivo	1
TOTAL			75

Fonte: Diretoria Administrativa IFAP/Laranjal do Jari – 2013

Tabela 4 – Cursos ofertados, por Eixo Tecnológico – 2013.

CURSOS	EIXO TECNOLÓGICO	FORMA / MODALIDADE
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Integrado/Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	Ambiente e Segurança	Integrado/Subsequente
Técnico em Secretariado	Gestão e Negócios	Integrado/Subsequente
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	PROEJA
Técnico em Serviços Públicos	Gestão e Negócios	EAD
Técnico em Segurança no Trabalho	Ambiente e Segurança	EAD

Fonte: Registro Acadêmico IFAP/Laranjal do Jari – 2013

O IFAP/Laranjal do Jari, por meio dos eixos tecnológicos existentes, proporciona alternativas de formação com verticalização do ensino, partindo da educação profissional técnica de nível médio até os cursos de graduação, contribuindo assim com o itinerário formativo¹³ dos estudantes. Esta formação, de forma intencional e continuada, possibilita tanto a qualificação para fins de atuação profissional, quanto a continuidade de estudos.

A partir dos dados informados pela Coordenação de Registro Acadêmico do IFAP/Laranjal do Jari sobre a clientela atendida em 2013, apresentados na Tabela 5, depreende-se que, 53% dos estudantes matriculados estão em cursos técnicos na forma integrada; 24% na forma subsequente; 6% na modalidade PROEJA e 15% na modalidade EAD. Na mesma Tabela, é possível perceber o número de vagas disponibilizadas por curso e o quantitativo de vagas preenchidas em 2013.

¹³ Conjunto das etapas que compõe a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um **determinado eixo tecnológico**, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas (BRASIL, 2012).

Tabela 5 – Cursos técnicos em funcionamento no IFAP/ Laranjal do Jari, por Eixo Tecnológico – 2013.

EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS	FORMA / MODALIDADE	VAGAS OFERTADAS 2013	VAGAS PREENCHIDAS	MATRÍCULAS
Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Integrado	80	80	179
Ambiente e Segurança	Técnico em Meio Ambiente	Integrado	40	40	111
Gestão e Negócios	Técnico em Secretariado	Integrado	40	34	60
Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Subsequente	40	40	60
Ambiente e Segurança	Técnico em Meio Ambiente	Subsequente	40	38	66
Gestão e Negócios	Técnico em Secretariado	Subsequente	40	38	38
Gestão e Negócios	Técnico em Comércio	PROEJA	30	28	43
Gestão e Negócios	Serviços Públicos	EAD	50	50	50
Gestão e Negócios	Segurança no Trabalho	EAD	51	51	51
TOTAL			411	399	658

Fonte: Registro Acadêmico IFAP/Laranjal do Jari – 2013

Em razão da capacidade instalada e do Plano de Metas do IFAP/Laranjal do Jari, a previsão é de que sejam disponibilizadas até 2014, 1.200 vagas distribuídas nos cursos disponíveis, conforme os eixos tecnológicos existentes.

Atendendo a perspectiva de promover a verticalização mencionada anteriormente, a partir de 2014, estarão disponíveis no IFAP/Laranjal do Jari, dois cursos regulares de nível superior que são: Licenciatura em Ciências Biológicas e Gestão Ambiental, ofertados no primeiro e segundo semestres, respectivamente, oportunizando a comunidade do Vale do Jari melhores condições de educação pública, gratuita e de qualidade.

Visando executar o acordo de metas e compromissos firmados entre o MEC e o IFAP em 2010, a Tabela 6 a seguir, demonstra a previsão de vagas por nível de ensino e forma/modalidade no período de 2010 a 2014, no campus Laranjal do Jari.

Tabela 6: N° de vagas ofertadas no IFAP/Laranjal do Jari - 2014

NÍVEL DE ENSINO	SEMESTRES								Total	
	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1		2014.2
Nível Médio Integrado	-	200	-	200	-	200	-	200	-	800
Nível Médio Subsequente	280	-	120	-	120	-	120	-	120	760
Nível Médio Proeja	-	-	-	-	40	-	40	-	40	120
Nível Médio EAD	-	-	-	-	-	80	-	80	120	280
Curso Licenciatura	-	-	-	-	-	40	-	40	-	80
Superior Tecnológico	-	-	-	-	-	-	-	40	-	40
Total	280	200	120	200	160	320	160	360	280	2.080

Fonte: Plano de Metas/PDI-IFAP 2010-2014

Em decorrência do atraso na entrega das obras de ampliação, que contempla além da construção do ginásio poliesportivo, salas de aula e um bloco de laboratórios para atender aos cursos superiores em processo de implantação, foram necessários alguns ajustes com relação ao ingresso de estudantes nos períodos informados no quadro anterior. Outro entrave no cumprimento do acordo de metas refere-se à falta de internet local, que afeta sobremaneira diversas atividades do Campus. Essas questões comprometeram principalmente o início da oferta de vagas para os cursos superiores e das turmas de EAD. Na tentativa de suprir essa deficiência de internet, as turmas de EAD funcionam de forma semipresencial.

1.3. JUSTIFICATIVA

Consolidada a escola como instituição destinada à transmissão de conhecimento são constituídas inúmeras possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho. Nesse sentido, o estágio supervisionado passa a ser uma dessas possibilidades para muitos estudantes, pois é o primeiro contato com o ambiente profissional. Talvez por essa razão o estágio supervisionado ocupe importante papel na formação profissional e tecnológica e, como tal, deve estar formalmente estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se possui caráter obrigatório ou não obrigatório no desenvolvimento curricular, conforme determinado no Art. 2º da Lei 11.788/2008: “O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2008).

De acordo com Piconez, o estágio caracteriza-se por ser “um componente teórico-prático, isto é, possui uma dimensão ideal, teórica, subjetiva, articulada com diferentes posturas educacionais, e uma dimensão real, material, social e prática, própria do contexto da escola brasileira.” (PICONEZ, 1991, p. 25). Por conseguinte, poderá contribuir na consolidação do combate ao antagonismo provocado pela dicotomia existente entre teoria e prática, pois conforme afirma Azevedo, citando Piconez:

[...] o processo experimental denominado estágio é na realidade "uma teoria colocada no começo dos cursos e uma prática colocada no final deles sob a forma de Estágio Supervisionado que constituem a maior evidência da dicotomia existente entre teoria e prática" Azevedo *apud* Piconez (2000 p.17).

A instituição de ensino tem responsabilidade sobre os estudantes no que concerne às políticas e normas adotadas com relação ao estágio supervisionado e seu efetivo acompanhamento pedagógico, haja vista a dimensão de complementaridade na qual está inserido esse componente curricular. Cabe também à instituição de ensino indicar um docente da área técnica para orientar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário, a fim de garantir o caráter educativo do estágio supervisionado. Essa questão é explicitada por meio do Art. 3º, parágrafo 1º, da Lei do Estágio (BRASIL, 2008) quando regulamenta que

§ 1º - O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

No decorrer da pesquisa, verificamos que o número de docentes responsáveis pela orientação de estágio na instituição de ensino pesquisada é bastante reduzido. Uma vez que todos seguem o regime de dedicação exclusiva, correspondente a 40 horas semanais, portanto, infere-se que há disponibilidade de carga horária, que poderia ser distribuída nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo-se aí, no campo das atividades de ensino, a orientação de estágio.

Outra questão observada diz respeito à falta de informação dos estudantes que realizam o estágio supervisionado na instituição. Eles demonstram desconhecer a Lei do estágio (BRASIL, 2008) e alguns procedimentos que antecedem à realização da vivência, como por exemplo: a escolha de um orientador; o profissional responsável pela supervisão e/ou orientação, acompanhamento e avaliação das atividades práticas; a elaboração do plano de atividades de estágio; a assinatura da folha de frequência e a elaboração do relatório de estágio.

A articulação entre a instituição de ensino e a empresa concedente é imprescindível para garantir que os objetivos do estágio sejam cumpridos, porém na prática nem sempre isso acontece. Conforme a Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), a empresa concedente tem como responsabilidade: “indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente”. Nesse sentido, é imprescindível que se estabeleçam canais de comunicação eficientes para dirimir possíveis dúvidas sobre a legislação em vigor, buscando incentivar a ampliação da oferta de vagas de estágio para os estudantes e se garanta o cumprimento da Lei.

O Plano de atividades é um componente de suma importância para a efetivação da vivência profissional, pois garante ao estagiário a realização de atividades compatíveis com a sua área de formação, respaldando todas as partes envolvidas. Essa afirmação é assegurada no parágrafo único da Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008):

O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Foi a partir da observação e dos relatos dos estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari, sobre as dificuldades encontradas

para a inserção nos campos de estágio, que surgiu o interesse em pesquisar como a vivência da prática profissional que caracteriza o estágio supervisionado está sendo conduzida pela instituição.

Durante o levantamento bibliográfico relacionado ao estágio supervisionado em cursos técnicos, percebeu-se que tanto a literatura quanto as discussões relacionadas a essa temática, ainda são incipientes para este nível de ensino. Essa questão nos remeteu a autores que debatem o estágio supervisionado na área da formação de professores, como Pimenta (2006) e Piconez (1991); além de outros que tratam do tema na ótica dos cursos superiores: Buriolla (2000), Cardoso (2007), Silva (2002), dentre outros. A pesquisa “*Concepções e práticas de estágio supervisionado no campus Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá*”, visa contribuir para o aprimoramento das práticas ora adotadas no âmbito da instituição, buscando garantir que o estágio seja uma ferramenta de complementação da formação do estudante.

Diante das evidências, demonstramos a relevância dessa pesquisa como referência para futuros pesquisadores do tema em questão, ou outros estudos envolvendo as organizações concedentes, que fazem parte do tripé, ensino, pesquisa e extensão, no estágio supervisionado, junto com as instituições de ensino e estagiários, mas são pouco mencionadas conforme observado no levantamento bibliográfico.

1.4. OBJETIVOS

1.4.2. Objetivo Geral

- Verificar as concepções e práticas de estágio supervisionado desenvolvidas pelos estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari.

1.4.3. Objetivos Específicos

- Explicar o conceito de estágio, suas diferentes formas de realização e suas principais características que o identificam como atividade pedagógica e o distinguem de atividade produtiva.

- Descrever a gestão do trabalho pedagógico e a forma como o estágio supervisionado nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado é encaminhado pelo IFAP/Laranjal do Jari;
- Analisar as concepções e ações docentes no desenvolvimento do estágio supervisionado nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari;
- Analisar as expectativas dos estudantes em relação ao estágio supervisionado;
- Identificar os fatores que interferem na experiência de estágio vivida por estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari.

1.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa é uma pesquisa básica que apresenta como fundamento a abordagem qualitativa, de caráter descritivo, que se enquadra na categoria de pesquisas do tipo levantamento, em que as etapas do trabalho investigativo são construídas junto aos sujeitos participantes da pesquisa. De acordo com Assis (2007, p. 32), a pesquisa descritiva:

É abrangente, permitindo uma análise aprofundada do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos. A pesquisa descritiva serve “para descrever aspectos ou analisar a distribuição de características/atributos de determinada população ou de determinado fenômeno”. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A Figura a seguir resume a abordagem metodológica utilizada:

Figura 8: Abordagem metodológica utilizada na pesquisa



Para explicar o conceito de estágio, suas diferentes formas de realização e as principais características que o identificam como atividade pedagógica e o distinguem de atividade produtiva, buscamos suporte principalmente na Legislação específica sobre estágio supervisionado (BRASIL, 2008) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), além de autores como Buriolla (2009), Piconez (1991) e Pimenta (2006), dentre outros.

Para descrever a gestão do trabalho pedagógico e a forma como o estágio supervisionado nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado é encaminhado pelo IFAP/Laranjal do Jari, realizamos o levantamento de fontes bibliográficas primárias, obtidas por meio da análise dos documentos institucionais, como PDI, PPC, Regimento Interno e registros escolares. Essa etapa foi fundamental para conhecer de forma mais aprofundada a normatização que rege o IFAP/Laranjal do Jari e as atividades de estágio supervisionado.

Uma das técnicas utilizadas no decorrer da pesquisa foi a observação participante que, na visão de Moreira (2002), é conceituada como: “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”. Ainda segundo o autor, o principal produto dessa observação participante é o que se conhece por relato etnográfico, entendido como “relatos detalhados do que acontece no dia-a-dia das vidas dos sujeitos e é derivado das notas de campo tomadas pelo pesquisador” (MOREIRA, 2002, p.52).

A fim de analisarmos as concepções e ações docentes no desenvolvimento do estágio supervisionado nos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari, adotamos como técnica de investigação a aplicação de questionário eletrônico, com questões abertas e fechadas, elaborado em forma de formulário do *Google Drive*¹⁴, enviada por e-mail, para todos os 45 docentes do IFAP/Laranjal do Jari. Esta categoria é composta pelos docentes, os pedagogos e os técnicos em assuntos educacionais (TAE). Foram obtidas 20 respostas ao questionário eletrônico de um total de 45 questionários enviados por e-mail, o que corresponde a uma amostra de 44,4% do total de docentes. Ainda para compor os dados sobre as concepções e ações docentes no desenvolvimento do estágio supervisionado na instituição investigada, nos utilizamos da técnica de entrevista semiestruturada aplicada aos seguintes sujeitos pertencentes à categoria de docentes:

- Diretor de Ensino
- Coordenador Pedagógico
- Coordenador de Pesquisa, Extensão e Estágio
- Coordenador do Curso Técnico em Informática
- Coordenador do Curso Técnico em Meio Ambiente
- Coordenador do Curso Técnico em Secretariado
- Professores-Orientadores de Estágio

¹⁴ Formulários personalizados para a realização de pesquisas e aplicação de questionários eletrônicos a partir do aplicativo Google Drive.

Conforme Lüdke e André (1986), a técnica de entrevista semiestruturada é a que mais se adapta ao ambiente educacional por oferecer mais espontaneidade ao entrevistado. Considerando-se que esse instrumento permite ao pesquisador a realização de perguntas imprescindíveis à pesquisa, a inclusão de novos questionamentos não previstos inicialmente e a maior flexibilidade no momento de entrevistar docentes, estudantes, diretores, coordenadores e orientadores de estágio, dentre outros. Nesse aspecto, a entrevista semiestruturada nos permitiu aprofundar muitas questões que emergiram da aplicação dos questionários aos docentes e aos estudantes.

O roteiro da entrevista foi apresentado previamente e feita à comunicação de que a conversa seria gravada, onde obtivemos o aceite de todos os participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Durante a gravação, a pesquisadora pode interpor questões adicionais a partir do desdobramento da entrevista buscando esclarecer e/ou complementar alguns assuntos. Após a transcrição realizada pela pesquisadora, o texto produzido foi repassado aos entrevistados para confirmação das informações, onde este teve a oportunidade de acrescentar ou suprimir dados, conforme a necessidade.

Para a análise das expectativas dos estudantes dos cursos Técnicos em Secretariado e em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari em relação ao estágio supervisionado e identificação dos fatores que interferem na experiência de estágio vivida pelos mesmos, utilizamos também o questionário eletrônico com questões abertas e fechadas no formato de formulário eletrônico do *Google Drive*. Foram obtidas 62 respostas ao questionário eletrônico de um total de 210 questionários enviados por e-mail, o que corresponde a uma amostra de cerca de 30% do total de estudantes.

Em função da instabilidade do serviço de internet local, boa parte das respostas ao questionário foi feita a partir da impressão do formulário *on-line* e digitação das respostas pela pesquisadora. Para complementar a coleta de dados e conhecer a visão dos estudantes sobre o estágio supervisionado. Utilizou-se também da técnica de Grupo Focal, cada vez mais empregada nas pesquisas de abordagem qualitativa, pois com essa técnica os sujeitos expressam mais espontaneamente sua opinião, favorecida pelo ambiente, induzindo-os a uma participação mais efetiva.

Sobre a utilização de mais de uma técnica de pesquisa visando validar e ratificar os resultados, explica Calder (1977 *apud* DIAS, 2000, p. 11).

A natureza da pesquisa qualitativa não a limita a nenhuma técnica como sendo a melhor. Outras técnicas são tão boas quanto os grupos focais, e devem ser exploradas. A maior ameaça à pesquisa qualitativa não é a falta da capacidade de generalizações, mas a falta de validade. A validade só pode ser atingida a partir do uso de múltiplos métodos.

Podemos definir grupo focal baseando-nos em Rodrigues (1988), que assim define: “GF [Grupo Focal] é uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”. Gomes e Barbosa (1999) acrescentam: “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”. Krueger (1996), por sua vez, descreve grupo focal como: “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”. Na concepção de Gatti (2005, p. 9), ao se utilizar da técnica do grupo focal, “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”. O autor enfatiza que ao se reportar ao grupo focal como técnica para coleta de dados, faz-se menção de que ele é utilizado quando se querem compreender diferenças e divergências, contraposições e contradições (GATTI, 2005). De acordo com Debus, grupo focal é uma das principais técnicas de investigação, que se apropria da dinâmica de grupo, permitindo a um pequeno número de participantes ser guiado por um moderador qualificado, procurando alcançar níveis crescentes de compreensão e aprofundamento de um tema em estudo (DEBUS, 2004, p. 3).

Desse modo, as sessões de grupo focal foram planejadas e organizadas com antecedência, por sugestão do coordenador do GTPS e orientador da pesquisa, que atuou como moderador nos grupos. Após consulta à Coordenação Pedagógica da instituição pesquisada para agendamento das sessões e do local, a pesquisadora convidou alguns estudantes para participar do grupo focal. Após esclarecer o objetivo da técnica e a importância para a pesquisa em andamento, sem detalhar sobre a dinâmica a ser desenvolvida, foram recrutados vinte e quatro estudantes dispostos a participar de forma voluntária, em seguida assinaram o termo de concessão do direito de uso e imagem, fornecido pelo GTPS.

A técnica foi aplicada em duas sessões com grupos distintos. A primeira aconteceu no dia 26/06/2014, às 09 h e 30min, onde participaram 12 estudantes do segundo

ano do Curso Técnico em Secretariado na forma integrado do período matutino; a segunda sessão ocorreu na mesma data, às 19 horas e contemplou estudantes de dois cursos: quatro do Curso Técnico em Comércio, na modalidade PROEJA¹⁵ e oito cursando Secretariado na forma Subsequente, todos do penúltimo ano do turno da noite. Pelo fato de a pesquisadora atuar como Coordenadora de Assistência Estudantil na instituição investigada, sua presença foi evitada para não provocar interferências ou qualquer tipo de constrangimento que pudesse comprometer o objetivo final do grupo focal. Sobre essa questão afirmam Borges e Santos (2005, p.3): “[...] os integrantes não devem pertencer a um mesmo círculo de amizade ou trabalho. Isto visa evitar que a livre expressão de ideias no grupo seja prejudicada pelo temor do impacto (real ou imaginário) que essas opiniões possam causar posteriormente”.

Como procedimento de coleta de dados, o grupo focal é um instrumento que apresenta uma variedade de informações, pois permite ao pesquisador ouvir vários depoimentos num mesmo momento, observar as interações que caracterizam um processo de grupo, além de permitir a leitura não verbal expressa através de comportamentos, gestos e atitudes inerentes aos sujeitos participantes. O ambiente criado para o acolhimento dos estudantes durante a realização da técnica foi essencial para que se sentissem valorizados e pudessem expressar suas dúvidas, anseios e angústias colaborando para a compreensão dos fenômenos existentes sobre o tema abordado.

Após a realização das sessões de grupo focal pelo coordenador do GTPS, o material gravado foi disponibilizado à pesquisadora, seguido de algumas recomendações do orientador, principalmente quanto ao caráter confidencial do material.

Para o tratamento dos dados coletados por questionário, entrevista e grupo focal, nos utilizamos do procedimento analítico conhecido como análise de conteúdo, que poderia ser definido como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2006, p. 38).

¹⁵ Apesar de o Curso Técnico em Comércio não fazer parte do universo de cursos investigados, consideramos que não haveria prejuízos caso esses quatro estudantes voluntários participassem do grupo focal, ao contrário, consideramos até que foi uma contribuição bastante oportuna.

Quanto a análise de conteúdo, foram definidas categorias analíticas de modo a permitir a o agrupamento dos dados coletados e posterior análise, buscando decodificar e identificar as concepções e práticas dos sujeitos acerca do estágio supervisionado.

2. RELAÇÃO ENTRE A CRISE DO CAPITALISMO E AS MUDANÇAS NO TRABALHO E NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

*“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”
(Paulo Freire)*

Para o estudo das *“Concepções e práticas de Estágio Curricular no campus Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”*, adotamos questões norteadoras como: relação entre a crise do capitalismo e as mudanças no trabalho e na formação dos trabalhadores; ensino médio; ensino técnico; estágio supervisionado e relação entre a escola e o mundo do trabalho, que delineiam a trajetória, elucidam a amplitude e a complexidade de aspectos, mostrando o contorno abrangente dos eixos temáticos da pesquisa. Neste capítulo, explicitaremos o quadro teórico com o intuito de esclarecer as referências analíticas empreendidas na análise do objeto de estudo.

As transformações decorrentes da reorganização do sistema de produção capitalista ocorridas ao final da década de 1970 e, na realidade brasileira, enfatizada na década de 1990, trouxeram profundas modificações nas relações sociais e de trabalho. Devido à crise econômica e o esgotamento do antigo padrão de acumulação, o paradigma de organização produtiva taylorista-fordista foi perdendo espaço, sendo paulatinamente substituído por um novo paradigma mais flexível, para atender a necessidade de recomposição do sistema capitalista. Nesse contexto, a escola e a educação também foram atingidas, configurando-se a partir daí como uma importante ferramenta na recomposição das bases de acumulação do capital, bem como na regulação da ordem social. A essência antagônica do capital se utiliza da educação para sua reorganização produtiva, ideológica e política (ALVES, 2007).

Dessa forma, baseado na tradição, a educação se reproduz na perspectiva de formar prioritariamente para os postos de trabalho, visando criar um excedente de mão de obra minimamente qualificada. Para tanto, ampliam-se as oportunidades de escolarização básica para as classes trabalhadoras e inserem-se ao nível de ensino médio, cursos profissionalizantes de forma obrigatória para que, então, a grande massa trabalhadora possa ocupar os postos de trabalho necessários para a acumulação capitalista.

O novo momento de organização do trabalho e da produção instalado apresenta características como a valorização da educação, sobretudo a profissional, intensificação do trabalho por meio de novas medidas de conformação psicofísica do trabalhador e da importância do trabalho em equipe como nova estratégia de controle do trabalho. Tal estratégia contribui para desarticular a organização dos trabalhadores e esmaecer sua reação contrária à ordem social estabelecida. Segundo Alves (2007, p. 249),

O que temos caracterizado como novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, promoveu mudanças estruturais no mercado de trabalho e na própria estrutura das qualificações profissionais, com rebatimentos decisivos nas políticas educacionais e demandas formuladas à escola.

Todas essas transformações vão além das relações de trabalho, impactando nos direitos trabalhistas, na educação, na vida privada e no lazer, gerando mudanças drásticas na vida do trabalhador. A concentração do capital para um número reduzido de pessoas, aliada a ampliação da pobreza, acirra ainda mais as contradições sociais.

O novo regime de acumulação do capital procurou estabelecer uma nova estrutura de trabalho, buscando driblar o desemprego por meio da subproletarização do trabalho, configurando-se pela criação de “novos postos”, terceirização e subcontratação de trabalhadores, estabelecendo-se aí a precariedade do emprego e da remuneração (BIHR *apud* ANTUNES, 2000, p. 52).

Por outro lado, as mudanças organizacionais e tecnológicas ocorridas no mundo do trabalho, combinadas com a materialização do processo de mundialização do capital, proporcionaram aumento na qualidade da produção, trazendo como consequência mudanças profundas nas concepções de educação e qualificação dos trabalhadores,

provocando a reformulação dos sistemas educacionais em diferentes países com a finalidade de formar um novo tipo de trabalhador adequado à nova base técnica do trabalho (SILVA, 1999, p. 75).

Sob a égide da suposta valorização do trabalhador, noções como competência, empreendedorismo, participação e autonomia surgem buscando diminuir o impacto nas relações sociais e de produção, amenizando contradições geradas pela gradual precarização do trabalho e pelo retrocesso dos direitos sociais da política neoliberal, mais fortalecida na década de 1990, apontada como a grande responsável pela precarização das relações de trabalho e baixos salários (SILVA, 2002, p. 32).

De acordo com a concepção de Souza (2004), a reformulação do modelo de desenvolvimento do capital sob a hegemonia neoliberal tem se materializado no campo educacional na forma de políticas públicas para a adaptação dos sistemas educacionais às necessidades imediatas do mercado de trabalho, muitas vezes utilizando-se de estratégias de conformação da escola e de seus profissionais à ordem de profundas mudanças sociais e econômicas em curso no mundo inteiro.

2.1. O ENSINO MÉDIO

No Brasil, a promulgação da Lei 9394/1996 (BRASIL, 1996), dentro do modelo neoliberal, foi uma das principais mudanças ocorridas no campo educacional durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁶. Nessa Lei, a educação brasileira está organizada nos níveis de Educação Básica e Educação Superior, excetuando-se a Educação Profissional. Essa disposição deixou uma “brecha” para que o Ensino Médio fosse desvinculado do Ensino Técnico, por intermédio do Decreto 2208/1997 (BRASIL, 1997), promovendo o regresso do conflito da dualidade entre a educação acadêmica e o ensino profissionalizante.

¹⁶ O presidente Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil por dois mandatos consecutivos: de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

Com base na Lei 9394/1996, o Ensino Médio caracteriza-se como a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, onde os conteúdos do ensino fundamental são reforçados e aprofundados, a fim de possibilitar o prosseguimento dos estudos, a preparação para o mundo do trabalho, além de aprimorar valores de cidadania e permitir a compreensão de processos relacionados à práxis. A mesma Lei determina que o ensino médio em conjunto com o ensino fundamental e o ensino infantil, constitua o ensino básico nacional (BRASIL, 1996, Art. 35).

A indefinição da identidade e dos objetivos dessa modalidade de ensino gera uma crise com raízes históricas, onde o perfil dos estudantes varia de acordo com a prevalência de fatores políticos e econômicos. Essa dualidade mostra uma tendência terminal quando prepara o jovem para o mercado de trabalho ou, ao contrário, permite a continuidade nos estudos, ao assumir o perfil generalista de ensino. De acordo com Xavier (1990, p. 03), a dualidade do ensino médio passou a existir quando as massas tiveram maior acesso à educação.

A incapacidade de superar a contradição formação geral versus formação profissional, dentro desse contexto de preocupações, acabou garantindo a pior espécie de especialização no campo do ensino, a separação entre a educação das camadas privilegiadas e a educação das camadas subalternas. Consolidou-se assim a partir da Reforma Francisco Campos, a dualidade dentro do sistema público de ensino, levada as últimas consequências na dualidade de sistemas, resultado final da gestão Capanema no que tange ao ensino técnico-profissional (XAVIER, 1999, p. 114).

Baseado em Frigotto, Ciavatta e Ramos (2004, p. 4), a dualidade histórica entre a educação geral e técnica se efetiva de forma diversa em diferentes sociedades, dependendo das relações de força entre classes e sua posição nas relações internacionais. Essa questão é claramente percebida entre vários países estruturados ao longo do século passado como centros hegemônicos do capitalismo e outros situados na periferia ou semiperiferia. Nota-se também uma materialização de direitos relacionados à educação básica e sistemas de formação ou educação profissional de qualidade; Na outra ponta, é explícita a desigualdade no acesso e na qualidade da educação básica, resultando em índices elevados de analfabetismo e População Economicamente Ativa (PEA) com pouca escolaridade.

Ao pensar a formação integrada, Ciavatta (2005) sugere a superação do ser humano historicamente desmembrado pela divisão social e técnica do trabalho, marcado pela separação entre a ação de executar e pensar, dirigir ou planejar. Busca-se garantir ao adolescente, jovem ou adulto, o direito a uma formação integral para a leitura crítica de mundo e participação cidadã e política na sociedade.

Segundo Ramos (2005, p. 108), a integração dos níveis médio e técnico permite ao estudante a compreensão de forma concreta do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências e das Artes e da Tecnologia. O que faz a diferença para o sucesso escolar é o projeto político pedagógico centrado no debate e na concepção da escola comprometida na formação de jovens que articulem ciência, cultura e trabalho, com autonomia para decidir entre seguir os estudos ou ingressar no mercado de trabalho.

Todavia, a dualidade no ensino médio se sustentou por conta das diferenças na qualidade do ensino observadas nas esferas pública x privada, onde a última, a despeito das dificuldades da primeira, utilizava estratégias para burlar a legislação, garantindo assim, a continuidade de estudos de seus alunos em nível superior.

A partir das modificações impostas pelo movimento de reestruturação do capital em todo o mundo, o Brasil dedica maior atenção à educação, efetivando mudanças no ensino médio, no tocante à sua ampliação, estrutura pedagógica, financiamento e principalmente quanto à sua adequação às transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Diante disso, o MEC lança um programa que reforça a necessidade de mudanças no currículo e incremento nas tecnologias e metodologias para enfrentar essa realidade e conhecer as práticas e estratégias utilizadas pelas instituições de ensino para garantir a permanência e sucesso com qualidade no ensino médio (MOREIRA, 2013).

Ao final da década de 1990, as secretarias estaduais de educação passam a elaborar, a pedido do MEC, um plano de ações e metas que irão nortear as reformas do ensino médio nas respectivas secretarias. O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) envolve uma série de investimentos como: adequação da rede física e melhoria do equipamento, reorganização

curricular, recursos didáticos, avaliação, gestão escolar, eleição do diretor, constituição de equipes na gestão escolar, conselhos de escola, gestão do financiamento e formação docente.

As reformas implementadas pelo governo federal na educação brasileira promoveram aumento significativo no número de matrículas para o ensino médio em todo o país. Apesar dessa ampliação, observa-se ainda, uma realidade marcada por escolas sucateadas, carência de docentes e falta de infraestrutura adequada, fazendo com que os jovens encontrem condições extremamente desfavoráveis, concorrendo para o aumento da evasão escolar e conseqüente redução do número de matrículas nos últimos anos (KRAWCZYK, 2003).

2.2. O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

A educação profissional passou por algumas adequações a partir das reformas educacionais ocorridas na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. É nesse contexto de globalização e neoliberalismo e dentro da lógica da acumulação produtiva que compreende: a desregulamentação, privatização e flexibilização que são geradas as políticas educacionais em curso no Brasil na década de 90, com remanejamento dos recursos da educação; a formação profissionalizante como prioridade, na intenção de formar mão de obra eficiente para o mercado, em prejuízo da educação integral. Esta questão é exposta por Carrielo

[...] a reforma do ensino médio e técnico na última década do século XX foi justificada pela necessidade de novos perfis profissionais exigidos pelas mudanças no mercado de trabalho, pela necessidade de expansão do ensino médio, pela demanda de um trabalhador qualificado afinado com as novas tecnologias e com os novos processos produtivos, pelo desaparecimento de uma série de profissões, exigindo do trabalhador uma reprofissionalização, a transformação das escolas técnicas de qualidade em cursos preparatórios para os vestibulares, fato que atraiu os filhos de classes mais favorecidas em detrimento dos filhos das classes trabalhadoras, o alto custo das escolas técnicas para oferecer preparação ao vestibular e a existência de laboratórios e oficinas subutilizadas (CARRIELO, 2009, p.34).

O Decreto 2208/1997 (BRASIL, 1997) estabelece que o objetivo do ensino médio não é formar trabalhadores para o mercado de trabalho e propõe que neste nível seja ofertada unicamente a formação geral. Uma das principais características desta Lei é a

separação entre a formação geral e a formação para o trabalho, regulamentados pelos artigos referentes ao Ensino Médio (Art.36) e Educação Profissional (Art. 39 a 42) da Lei 9394/1996 (BRASIL, 1996). Outra particularidade é a organização curricular própria dos cursos técnico-profissionais, atualizada frequentemente valorizando as competências profissionais em detrimento do conteúdo, procurando agilizar as adequações da escola às demandas colocadas pelo avanço do conhecimento e pelas transformações do setor produtivo.

A reforma educacional tem como seu principal instrumento jurídico-normativo o Decreto no. 2.2208/97 de 17.04.97. Para Lima Filho uma das principais funções dessa reforma é: [...] a de proporcionar uma alternativa ao ensino superior. Esta função contenedora (sic) é buscada pela oferta de cursos pós-médios para a formação de tecnólogos. A reforma, ao mesmo tempo que redireciona a demanda por estes cursos, vincula às necessidades imediatas do mercado a oferta de cursos, a flexibilização de currículos e a própria organização e gestão das instituições educacionais. Enfim, a relação educação-trabalho é associada ao primeiro e a empresa ao segundo. Os produtos – educandos e assessorias etc., são como outras mercadorias, que tem suas ofertas, demandas e valores de trocas regulados conforme a relações de mercado (VASCONCELOS, 2008, p. 08).

Durante a reforma do ensino técnico profissional no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2004), possibilitando a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, em diferentes formas: integrado, concomitante e subsequente. O aludido Decreto prevê no Art. 1º o desenvolvimento da educação profissional por meio dos cursos e Programas em três planos: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. O Art. 2º, apresenta as premissas que deverão ser atendidas pela educação profissional, são elas: a organização por áreas profissionais, em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica; a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia (RAMOS, 2005). O Decreto traz ainda, alguns conceitos novos, como o itinerário formativo, “[...] considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, 2004, art.3º).

Por meio dos Decretos 5.224/2004 e 5.225/2004, foram definidos e organizados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) ¹⁷, que passam a atuar em todos os níveis da educação tecnológica, desde o básico até a pós-graduação, inclusive dedicando-se à pesquisa aplicada¹⁸, prestação de serviços e licenciatura (BRASIL, 2004).

A regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, formulada na Lei 11.741/2008 (BRASIL, 2008), por meio da Seção IV-A, altera dispositivos da Lei 9394/1996 (BRASIL, 1996), buscando o redimensionamento, a institucionalização e a integração das ações da educação profissional técnica de nível médio, da EJA e da educação profissional e tecnológica. Por meio desta Lei, o ensino médio integrado aos cursos técnicos permite a preparação para o exercício das profissões técnicas, desde que atendida à formação geral do estudante. Com base nos Art.36-B e 36-C da Lei 11.741/2008 (BRASIL, 2008), este nível de educação profissional poderá ser desenvolvido nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- a) Na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) Em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) Em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

A articulação entre a formação geral e diversificada visa garantir a aproximação entre o conhecimento e o contexto social em que o estudante está inserido, oportunizando uma formação integral, tendo o trabalho como princípio educativo.

¹⁷ Os CEFET têm por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada (BRASIL, 2004, art.2º).

¹⁸ A pesquisa aplicada é aquela cujo principal objetivo é a geração de conhecimento e inovação para aplicação prática em curto e médio prazo, com vistas à solução de problemas ou necessidades específicos envolvendo os interesses locais e/ou regionais.

A Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008), por meio do Art. estabelece: “Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino”. A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Em 2008, a lei 11.892/2008 cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), visando oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, além de promover a integração e verticalização da educação profissional, desde a educação básica à superior. Estas unidades devem constituir-se como centros de excelência e referência na oferta do ensino das ciências de forma geral, bem como na capacitação técnica e atualização dos docentes (BRASIL, 2008).

Na visão de Pacheco (2012, p.21), no Brasil o ensino técnico ou educação profissional é orientado para a rápida integração do estudante ao mercado de trabalho e direcionado para aqueles que tenham concluído a etapa do ensino fundamental, ou que já tenham concluído o ensino médio. Esta modalidade de ensino pode ser ofertada tanto por instituições públicas, quanto privadas, desde que sejam previamente autorizadas pelas secretarias estaduais de educação ou secretarias de ciência e tecnologia. O autor ressalta que a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas. Com as suas conquistas e os seus revezes busca capacitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotá-las.

A educação profissional precisa do suporte de uma educação básica de qualidade, a fim de que seja eficaz e bem sucedida. Para ilustrar essa afirmação, tomamos como exemplo as dificuldades apresentadas por estudantes das redes municipal e estadual de ensino do município de Laranjal do Jari ao ingressarem nos cursos técnicos ofertados pelo IFAP/Laranjal do Jari. É possível que fatores como a baixa qualidade do ensino recebido nos níveis fundamental e médio e o despreparo dos docentes para lidar com tais dificuldades tenha

contribuído significativamente para a elevação dos índices de repetência e evasão escolar desses estudantes.

Tomando como referência a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008), verifica-se que pelo acesso às novas metodologias e participação em projetos de pesquisa e extensão, os estudantes, após adaptados à dinâmica do Instituto Federal desenvolvem capacidades técnicas associadas ao saber intelectual, que vão além do mundo do trabalho, rompendo o dualismo entre a concepção e execução, contribuindo, sobretudo, com o desenvolvimento de competências na prática social e produtiva.

De acordo com o PDI (IFAP, 2012), o objetivo principal dos Institutos Federais é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua configuração histórica, como forma de produção. Portanto, estas instituições devem responder, de maneira ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.

2.3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No Brasil, o estágio supervisionado surgiu nos anos 1940, sobretudo no Ensino Técnico Profissional. Entretanto, a prática profissional denominada estágio só foi oficializada no país a partir da publicação da Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Portaria MTPS 1.002, de 29 de setembro de 1967, estabelecendo o vínculo entre as áreas acadêmica e empresarial, visando tanto à preparação de profissionais de nível técnico, quanto à melhoria do ensino tecnológico brasileiro.

Apesar de esclarecer sobre a não existência de vínculo empregatício, a Lei não deixava claro sobre a jornada de trabalho e a duração do estágio. Dessa forma, a partir da Lei 6.494/1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497/1982, são instituídas alterações que trazem a obrigatoriedade de matrícula e frequência para os estudantes participarem da atividade de estágio, além da determinação da jornada de um semestre letivo, prorrogável por igual período.

Por esse mesmo Decreto, também são estabelecidos o Termo de Compromisso a ser assinado por todas as partes envolvidas: estudantes, Instituição e Empresa, onde são definidas as condições do estágio, além da obrigatoriedade de contratação de seguro pessoal para o estudante. Portanto, o Termo de Compromisso se configura como um instrumento legal de normatização e deve ser entendido por todos os interessados como tal. Pois, como observa Habermas (2007), o sucesso de uma norma se dá a partir da participação dos indivíduos, que serão submetidos a ela, durante sua elaboração.

Na literatura e legislação específicas foram encontrados diversos conceitos a respeito de estágio. A Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), dispõe sobre estágios nas diferentes modalidades e níveis de ensino e traz a seguinte definição:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL 2008, art. 1º).

A Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), também conhecida como a Nova Lei do Estágio, determina duas modalidades de estágio: obrigatório e não obrigatório, dependendo do PPC.

A prática profissional denominada estágio supervisionado, dependendo da modalidade adotada, precisa estar prevista no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PPC, como acontece nas Instituições de Ensino pertencentes à Rede EPCT. Além disso, precisa haver o envolvimento de diversos atores conduzindo o processo para que o estudante possa ser inserido dentro de uma prática organizada, planejada e de acordo com o currículo do curso em questão.

É de fundamental importância que o estudante tenha clareza dos fundamentos e objetivos do estágio a fim de compreender do processo. Essa dialética favorecerá a

cristalização da pretendida práxis¹⁹ na formação do futuro profissional. Sobre essa questão, nos fundamentamos em Kosik:

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1976, p. 202).

Pimenta e Lima (2004) destacam também que a dinâmica de organização do estágio é fundamental para que o estudante possa compreender a sua inserção naquele ambiente de atuação profissional, pois além de contribuir para a superação das dificuldades encontradas no seu percurso de formação, o estudante exercita o protagonismo na carreira que escolheu. Corroborando essa afirmação, o Decreto Lei 87.497/82 (BRASIL, 1982), em seu art. 2º, traz a seguinte definição para o estágio supervisionado:

Estágio é a atividade de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionado ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral, sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

A Lei 6.494/1977 (Brasil, 1977), define que “Estágio é uma experiência prática na linha da formação”. Deste modo, o estágio figura como um meio de participação legítima do estudante em situações reais de vida e trabalho. Assim sendo, antes de qualquer outra definição, o estágio implica numa ferramenta de aprendizagens múltiplas proporcionada ao discente, inserindo o em situações concretas do mundo do trabalho.

O envolvimento de todas as partes é fator indispensável para que o objetivo do estágio seja atingido. Entretanto, normalmente se percebe que o plano de atividades do estagiário é realizado no âmbito da instituição de ensino, restringindo-se entre o docente e o estudante, sem a participação da parte concedente nesse processo, considerada responsável também pela supervisão. Na visão de Cardoso (2007), essa prática contribui para que muitos campos de estágios sejam utilizados, sem que haja a participação efetiva do supervisor de

¹⁹ Percebida como uma ação com sentido humano de forma projetada, refletida, consciente, transformadora do natural, do humano e do social (PEREIRA, 1982).

campo, por considerar que o estudante já chega com o plano de atividades pronto. Conseqüentemente, não havendo necessidade de verificar outras atividades a serem incorporadas à realidade local.

Conforme sustentam Colliselli *et alli* (2009, p. 10), o estágio como ferramenta pedagógica precisa ir além da relação professor-aluno pois requer a ampliação das relações humanas. Visto que todos os atores membros desse contexto precisam estar envolvidos, a fim de não fragilizar o processo.

Num espaço onde convivem profissionais de diferentes áreas, a atividade comunicativa, as relações interpessoais e o efetivo trabalho em equipe são aspectos indispensáveis para que se aproveite o máximo do que é oferecido no ambiente de trabalho. Nesse sentido, espera-se que docente e estudante, que atuam no estágio supervisionado, busquem juntos o desenvolvimento de competências e habilidades instrumentais da profissão. De modo que o estagiário seja conduzido a um processo de ação-reflexão-ação e à construção de conhecimentos e de valores que articulam com a realidade e com a equipe de trabalho (AMANTÉA, 2004).

A Lei n. 11.788/2008 (BRASIL, 2008) prevê essa a articulação entre ensino e campo de trabalho para a realização do estágio. Contudo, o que difere o campo de estágio do campo de trabalho, é que o campo de estágio apresenta a figura do orientador que além de orientar, deve realizar intervenções sobre as decisões a serem tomadas pelo estudante e pelas atividades desenvolvidas em momentos presenciais e à distância. Ou seja, o orientador funciona como mediador no processo de ensino-aprendizagem estabelecido no momento da prática profissional do estudante. Nesse sentido, Buriolla (2009, p. 13) entende que estágio é: “[...] lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativo e sistematicamente com essa finalidade [...]”.

Na concepção de Pimenta (2006, p. 75), “o estágio deve ser um momento de síntese dos conteúdos, das matérias de ensino, das teorias de aprendizagem e das experiências pessoais, bem como deve constituir-se em um processo de reflexão-ação-reflexão [...]”. A autora acrescenta ainda que: “a prática não fala por si mesma. Exige uma relação teórica com

ela. A prática não existe sem um mínimo de ‘ingredientes teóricos’ [...], ou seja, teoria e prática são indissociáveis como práxis” (PIMENTA 2006, p. 93).

Ao analisarmos a prática do estágio, percebemos que teoria e prática se complementam, se coadunam. Pois a prática não existe sem uma base teórica, da mesma forma que a teoria comumente apresenta reflexos da prática. Segundo Krug (2008, p.33) o estágio deve ser: “[...] concebido como uma experiência, ou seja, como um conjunto de vivências significativas através das quais o estagiário identifica, seleciona, destaca os conhecimentos necessários e válidos para a atividade profissional”.

Para Ricetti (2010, p. 13-15), a atividade de estágio realiza de forma eficiente, com adequado acompanhamento e geram benefícios para a instituição de ensino, empresa e estudante, à medida que proporciona eficiência além da introdução de novas tecnologias nas atividades empresariais, bem como pela oportunidade de o aluno realizar na prática o que vivencia em sala de aula. Essa questão é exposta por Perelló (1998, p. 30):

A questão que se insere é que o estágio como prática se configura como elemento essencial de formação profissional, pois concretiza a relação “teoria e prática”. Além disso, o estágio tem uma função social, a de integrar o acadêmico no mercado de trabalho, como profissional e como cidadão consciente e crítico.

O estágio pode ser compreendido como um lugar de reflexão, construção e fortalecimento da identidade profissional. A identificação e análise das necessidades presentes no contexto das instituições de ensino poderá possibilitar o confronto acerca de saberes, habilidades e compromisso profissional necessários na construção do futuro profissional. Essa questão é reforçada pela visão de Felício e Oliveira (2008), quando afirmam que o período dedicado ao estágio como processo de ensino e aprendizagem implica no reconhecimento de que, embora seja fundamental, a formação teórica isolada não é suficiente no preparo dos estudantes para o exercício profissional.

Assim sendo, o ambiente profissional é considerado como lócus privilegiado de vivências e aprendizagens concretas que contribuem de forma efetiva para o amadurecimento pessoal e profissional do estudante e futuro profissional.

2.4. RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO

A globalização da economia gerou mudanças importantes nas bases de acumulação capitalista, impondo novos desafios à área da educação. Para adaptarem-se à nova situação, as instituições de ensino precisaram rever processos pedagógicos e formas de organização para atender as necessidades do capital e do trabalho. Essa análise baseia-se em Marx (1978 p.18-19):

[...] não é o operário quem utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo [...]; é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção do trabalho vivo, graças ao qual se converte em um valor que se valoriza, em capital, e como tal funciona.

A educação para o trabalho surgiu praticamente junto com o modo de produção capitalista. Pois, enquanto o acesso à educação formal era reservado à classe burguesa, os pobres e marginalizados eram recrutados para a iniciação profissional na aprendizagem de ofícios. A formação dos jovens no período industrial limitava-se a formar trabalhadores que mal sabiam ler e escrever em máquinas de produzir mais-valia.²⁰

Considera-se o capitalismo como um sistema que reproduz a injustiça, separando o trabalho manual do intelectual. Esta separação é fruto da herança e do sistema de educação, uma vez que a educação para ricos e pobres é diferenciada. De acordo com Bakunin (2003, p.69):

[...] enquanto houver dois ou vários graus de instrução para as diferentes camadas da sociedade, haverá necessariamente classes, quer dizer, privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de afortunados, e a escravidão e a miséria para a maioria.

A globalização generalizou-se em todo o mundo, estimulada a partir da década de 1970 e 1980, baseando-se na doutrina do neoliberalismo, que prega o livre mercado e o Estado mínimo. Na visão de Chomsky (2002, p. 36) “As doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição de renda.”

O modo de produção capitalista necessita da mão de obra de trabalhadores

²⁰ Pode ser definida como a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor da sua força de trabalho. Esta aparece como lucro, o resíduo após o pagamento dos custos de produção.

para se reproduzir. A intenção do capital é encontrar localidades com melhores condições de reprodução, por isso se instala em países onde a legislação trabalhista e ambiental é frágil. Onde existem altas taxas de desemprego e a exploração do trabalhador possa se dar livremente, a fim de estimular o trabalho precário. Este sistema permite que a precariedade seja aceita devido à grande massa de desempregados que por necessidade, se submetem a essa situação.

O Estado legitima essa submissão do trabalhador por meio de leis que fragmentam a ação sindical em diversas categorias e cria todas as bases legais para a livre ação do capital. O Brasil compartilha das consequências mundiais desta nova fase por razão de as políticas adotadas por seus últimos governos serem bastante integradas nesta lógica globalizada.

Para atender as novas exigências impostas pelo capital, um novo trabalhador é demandado. Os capitalistas preparam esse trabalhador para exercer especialmente as funções da empresa e delegam ao Estado a responsabilidade pela qualificação dispensável ao processo, buscando garantir o mínimo da força de trabalho necessária à produção. Sobre essa questão destaca (KUENZER, 2002, p.66):

É o próprio capital que passa a demandar uma nova pedagogia para formar o produtor e o consumidor, o homem da “pólis” globalizada, desenvolvendo-a em suas agências de treinamento, no próprio trabalho e nas relações sociais amplas, principalmente através dos meios de comunicação de massa, que passam a disseminar a nova concepção de mundo demandada pela acumulação flexível. Ao mesmo tempo, reivindica ao Estado mais atenção com a educação básica, e à escola um novo projeto, em que a repetição, a memorização, a aprendizagem de conteúdos e de formas operacionais parciais e a submissão à ordem sejam substituídas pelo domínio das habilidades comunicativas, pelo raciocínio lógico, pela capacidade de discernir, de criar, de comprometer-se, de trabalhar com a informação, de construir soluções originais, e, principalmente, de duvidar, de não se satisfazer e, em decorrência, de educar-se continuamente.

Com a progressiva perda de hegemonia e superação do taylorismo/fordismo, novas condições foram incorporadas ao mundo do trabalho, exigindo do trabalhador novas competências, como a capacidade de pensar, decidir, comunicar-se com os pares e de trabalhar em equipe. Seguindo essa linha de pensamento, Kuenzer (2002, p.8), define competência como:

[...] a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida

e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida vinculada à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos.

Kuenzer (2006) ressalta que o modelo em questão caracterizou-se principalmente pela organização pautada na divisão técnica do trabalho, na especialização, na repetição do movimento e na produção em massa. Concomitante, no âmbito da educação, o processo de ensino aprendizagem, mediante esse contexto, caracteriza-se principalmente pela aquisição de atividades repetitivas, controladas e especializadas em um determinado tipo de conhecimento, quais sejam: memorização, fragmentação do trabalho, conteúdos rígidos, hierarquização, entre outros, que se tornam compreensíveis, tendo em vista que:

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da educação escolar para atender a essas demandas da organização do trabalho de base taylorista/fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em **todas as suas modalidades**, as quais, embora privilegiassem ora a racionalidade formal, ora a racionalidade técnica, sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação. (KUENZER, 2006, p. 35 – *grifo nosso*).

Na concepção de Antunes (2006), essas novas qualificações e habilidades fazem parte de um conjunto de estratégias utilizadas pelo capital a fim de captar a subjetividade dos trabalhadores, de forma a ser construído um novo padrão de organização e controle do trabalho, assegurando a disciplina e o comprometimento do trabalhador tanto no seu local de trabalho, quanto fora dele.

Frigotto (1996) avigora essa questão quando afirma a necessidade de uma formação científica e tecnológica de alto nível que forme trabalhadores polivalentes e com elevado grau de abstração, requisito indispensável à reestruturação produtiva.

No processo determinado pela acumulação flexível surge a necessidade de novos projetos educacionais, a fim de formar trabalhadores polivalentes, participativos, com uma visão do conjunto do processo de trabalho. Tais mudanças, porém, têm gerado alterações na natureza do trabalho, nas funções e profissões. Pois, a chamada “polivalência” não significa valorização ou enriquecimento, pelo contrário, além de assumir múltiplas responsabilidades e funções, os trabalhadores são submetidos a jornadas intensas de trabalho e as atividades que eram realizadas por um maior número de trabalhadores, deviam ser

realizadas por um menor número de trabalhadores sem alteração salarial ou mudança nas condições de trabalho.

As recentes reformas no sistema educacional brasileiro materializaram a universalização do ensino fundamental e ampliaram o acesso ao ensino médio e técnico. Contudo, a expansão do sistema educacional prejudicou a qualidade do ensino oferecido. As reformas educacionais no Brasil foram imaginadas conforme a tendência mundial, passando de um sistema de ensino centrado nos conteúdos, para um sistema de aprendizagem onde o estudante é ator de seu percurso escolar e as competências são identificadas conforme as situações e tarefas específicas.

Essa relação de educação com o mundo do trabalho fundamenta-se na LDB 9394/96(BRASIL, 1996) mais especificamente sobre Educação Profissional integrada ao Ensino Médio cuja alteração veio com a Lei 11.741/2008(BRASIL, 2008). Além disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) enfatiza para o ensino médio: “uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como a preparação geral para o trabalho ou facultativamente, para profissões técnicas.” (BRASIL, 2010).

Com base na pesquisa “*Da escola para o mundo do trabalho*”, da Fundação Carlos Chagas (2006), a transição da escola para o mundo do trabalho depende de vários condicionantes. Além das capacidades individuais, depende também do contexto e do modo como os sistemas educacionais estão organizados.

Os vínculos entre a escola e o mercado de trabalho variam de acordo com a sociedade. Em países como a Alemanha, o ensino técnico é altamente valorizado contrastando com o Brasil, onde socialmente o ensino geral é mais valorizado que as formações profissionais, preconizando a hierarquia entre os postos de trabalho, divididos em elaboração e execução.

A pesquisa aponta também que a flexibilização dos processos de trabalho exige além de conhecimento especializado, habilidades como iniciativa, responsabilidade e capacidade de trabalhar em equipe. O chamado trabalhador polivalente, que sabe lidar com várias tarefas e situações complexas e inusitadas é o mais valorizado atualmente. Porém, os

vínculos mais heterogêneos e flexíveis, elevam as formas de trabalho temporário, precarizado, subcontratado e terceirizado²¹.

Vale ressaltar que a estrutura do mercado de trabalho brasileiro também contribui para que o risco de cair ou permanecer no desemprego ou na inatividade se intensifique (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2006).

[...] a educação ou aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais, apenas habilitam o indivíduo para a competição, num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, entretanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho (ALVES, 2007, p. 7).

Num país onde a maioria dos jovens abandona a escola e entram precocemente para o mercado de trabalho, sem a perspectiva de que a aquisição de conhecimentos possa levá-los a superação da sua condição de excluídos, a transição da escola para o mundo do trabalho deveria estar pautada em ações focadas nas trajetórias ocupacionais deste público, que se superpõe as trajetórias escolares. Apesar disso, não podemos esquecer a relevância da educação:

Independente de qualquer argumento contrário, temos que reconhecer que alguém à margem da escolarização não pode (e nem mesmo o sabe) aceder ao status de cidadão na sua plenitude. Seus direitos, mesmo que em tese sejam iguais aos dos outros, na prática serão mais escassos. O acesso pleno à educação é, sem dúvida, o passaporte mais seguro da cidadania, para além de uma sobrevivência mínima, à mercê do destino, da fatalidade enfim (AQUINO, 1996, p. 48).

Dados de outro estudo intitulado “*Perfil da Juventude Brasileira*” – pesquisa amostral representativa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003 – informam que as preocupações dos jovens brasileiros estão centradas na escola e no trabalho, aonde a ênfase vai para o medo do desemprego. Embora acreditem que por meio da formação contínua as oportunidades de trabalho melhor qualificado são maiores, mesmo assim demonstram uma clara preocupação com o futuro.

²¹ [...] essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ANTUNES, 1977, p. 44).

Diante dos aspectos apresentados, entendemos que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e conseqüentemente no âmbito da educação, sobretudo na educação profissional, por inúmeras razões ratificam o estágio supervisionado como prática indispensável à formação técnico profissional. Mesmo que criem novos desafios para que esta atividade cumpra seu papel pedagógico e não se transforme em mais uma forma de flexibilização do trabalho e de precarização. Porém essa prática não pode estar dissociada da teoria, elo indispensável para promover a complementação da formação profissional enquanto processo educativo. Sanchez-Vasquez (2007, p. 27; 32), nos auxilia nesse entendimento quando define o real exercício da práxis como: “atividade consciente, objetiva, social e transformadora”.

Apesar das contradições que envolvem as atividades de estágio, conseguir fazer com que ele se constitua uma experiência da práxis deve ser o propósito de todos aqueles que almejam a formação de um trabalhador crítico e consciente de seu papel na sociedade em que vive e atua, pois o verdadeiro trabalhador cidadão tem que ser capaz de dar direção a sua própria vida e intervir nos rumos da sociedade.

Para que a experiência de estágio supervisionado seja de fato relevante na formação dos futuros técnicos, as instituições de ensino onde esse componente é requisito para a integralização curricular precisam aperfeiçoar a relação teoria-prática de forma a assegurar sua função pedagógica a fim de contribuir para a formação de sujeitos críticos e reflexivos. Além disso, a escola e as empresas concedentes precisam estar articuladas, convictas de sua responsabilidade e esclarecidas sobre a legislação específica, ampliando as oportunidades para que os estudantes vivenciem o mundo do trabalho.

3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS LARANJAL DO JARI

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a
caminhar”.*
(Paulo Freire)

Neste capítulo, descrevemos a organização da atividade de estágio supervisionado no âmbito do IFAP/Laranjal do Jari, além das concepções e ações empreendidas por diferentes sujeitos docentes nesse processo. Além disso, apresentamos as percepções dos estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado e quais fatores interferem na experiência de estágio desses estudantes, levando em consideração os resultados da coleta de dados.

3.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A GESTÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Para a compreensão da estrutura organizacional disponível para a gestão do estágio supervisionado no IFAP/Laranjal do Jari, apresentamos a coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio responsável por esta atividade no Campus.

A coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio funciona numa única sala, junto com duas outras coordenações. A coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, pertence à categoria docente do EBTT e atua no Eixo Gestão e Negócios, ministrando aulas no Curso Técnico em Secretariado nas formas integrado e subsequente e no Curso Técnico em Comércio na modalidade PROEJA. Para as atividades administrativas, a coordenação tem o

apoio de uma aluna-bolsista do Programa Formação²² que colabora na organização da documentação, no atendimento aos estudantes e nas demandas gerais das áreas de Pesquisa, Extensão e Estágio, no período vespertino.

No IFAP/Laranjal do Jari, as ações de Pesquisa, Extensão e Estágio estão vinculadas a uma única coordenação, onde “o ensino, pesquisa e extensão constituem de forma articulada um processo educativo, cultural e científico para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas socioeconômicos, científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades do ensino, com vistas a promover o desenvolvimento e transformação econômica e social das comunidades atendidas” (PDI-IFAP, 2012, p. 65-68). Ainda de acordo com o PDI, as atividades de extensão ocorrem de forma diversificada, através de serviços, cursos, programações culturais e eventos que possam divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos à comunidade atendida, tendo em vista a integração da instituição com os diversos segmentos da sociedade.

O estágio supervisionado é uma atividade que propicia ao estudante adquirir experiência profissional específica que deve contribuir de forma eficaz, à sua futura prática profissional. Tem por objetivo oportunizar ao aluno a práxis de seus conhecimentos acadêmicos, refletindo sua atuação entre a teoria e a prática (PDI-IFAP 2012, p.93). Para tanto, as atividades de estágio devem acontecer de forma programada, orientada e avaliada, buscando-se a aprendizagem do estudante nos âmbitos social, profissional ou cultural, por meio da sua participação em atividades vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional.

Um dos papéis do coordenador institucional de estágio é fazer a articulação com empresas da região, buscando parcerias para concessão de estágio e posterior

²² O Programa Formação se destina a proporcionar um aprendizado *in loco*, para que o aluno bolsista tenha a oportunidade de desenvolver habilidades e competências necessárias ao seu processo de formação, sendo para muitos estudantes, sua primeira experiência profissional. Este é um momento ímpar que o bolsista tem de conhecer a organização da estrutura administrativa bem como os espaços laborais de uma instituição de educação profissional como o IFA P. O aluno recebe uma bolsa auxílio equivalente a 60% do salário mínimo para atuar durante 20 horas semanais no contraturno de estudos. O programa não caracteriza, contudo, atividade de monitoria e/ou de estágio curricular e/ou atividades complementares (EDITAL Nº 01/2014, DE 13 DE JUNHO DE 2014).

encaminhamento de estudantes ao mercado de trabalho. Nesta aproximação são apresentados os cursos técnicos existentes na instituição, o perfil do profissional que está sendo formado, a legislação do estágio, além dos requisitos necessários à efetivação do estágio supervisionado conforme a Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008, Art.3º), que são: frequência regular do educando público-alvo da lei; celebração de Termo de Compromisso entre o educando, entre a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e também a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

Desde o início das atividades do IFAP/Laranjal do Jari, ocorrida em setembro de 2010, quatro gestores já passaram pela Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio. Essa rotatividade tem provocado descontinuidade das ações e desperdício de tempo, haja vista que cada novo coordenador precisa se apropriar das responsabilidades e atribuições inerentes à função. A atual coordenadora assumiu a gestão da área de Pesquisa, Extensão e Estágio em fevereiro de 2013 e pelo seu dinamismo e comprometimento, foi possível perceber resultados positivos nas áreas relacionadas à sua coordenação.

Uma das ações implementadas pela nova coordenação foi o evento denominado “*Feira das Profissões*”, realizado no dia 02 de maio de 2014, direcionado à comunidade escolar e ao público em geral, para apresentar os eixos tecnológicos existentes no IFAP/Laranjal do Jari e os cursos técnicos relacionados. Um dos objetivos do projeto foi demonstrar para os estudantes do campus, a atribuição de cada profissional e as empresas locais onde poderiam ser inseridos posteriormente. Na oportunidade foram realizadas exposições sobre as perspectivas do mercado de trabalho na área de Meio Ambiente e os novos cursos implantados, que são: Licenciatura em Ciências Biológicas, Curso Técnico em Florestas, na forma subsequente e os Cursos Técnicos em Segurança no Trabalho e em Serviços Públicos na modalidade EAD. Foram exibidos também trabalhos de pesquisa e extensão através de maquetes e outros materiais de baixo custo desenvolvidos pelos estudantes. Foram apresentados projetos de bolsa formação, de estágio supervisionado, de monitoria, realização de cursos FIC, relatos de experiências de estagiários, projetos de extensão e pesquisa em andamento. Devido à participação significativa do público e a

aceitação pela comunidade acadêmica, a intenção da Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio é incluir a Feira das Profissões no calendário letivo anual da instituição de ensino.

A comunicação da coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio com os estudantes é realizada principalmente, por meio de um mural onde ficam disponíveis como: notícias de eventos nas áreas de pesquisa, extensão e estágio, empresas conveniadas com o IFAP/Laranjal do Jari, oportunidades de estágio e outras informações de interesse da comunidade acadêmica.

Conforme relato da coordenação, as dificuldades mais frequentes no desenvolvimento de suas atividades são: o estabelecimento de convênios com as empresas locais, o reduzido número de vagas ofertadas pelas empresas concedentes e o elevado número de estudantes que de forma equivocada, aguardam que a coordenação consiga sua vaga de estágio e exemplifica:

A gente ainda sente essa dificuldade na assinatura de um termo de construção de convênio. Eu posso dizer que isso, é principalmente porque tem uma apólice de seguro aí, quem paga essa apólice, quem não paga essa apólice e aí por conta da questão orçamentária das instituições, eles acabam por segurar um pouco nessa, nesse medo, principalmente a prefeitura daqui, a gente não conseguiu ainda firmar parceria porque eles são temerosos que na nossa minuta eles sejam responsabilizados em pagar o seguro obrigatório dos meninos que vão [...].

[...] o aluno ele tem essa ideia falsa, de que a gente tem que ir atrás das oportunidades de estágio pra ele e nós temos que consegui-la, porque eles ficam extremamente insatisfeitos na ausência dessa oportunidade (Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013).

Baseado nesses relatos percebe-se que a falta de informação pode estar dificultando o acesso de estudantes aos campos de estágio dentre outras questões. Conforme determinado no capítulo III da Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), que trata que é de responsabilidade da empresa concedente contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, o parágrafo único faz uma ressalva contrária: “No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino” (BRASIL, 2008).

Com base no exposto, vimos que não há equívoco por parte dos estudantes. Eles podem não estar cientes sobre a legislação, mas a instituição é responsável por encaminhá-los às empresas concedentes, quando admite o estágio como prática obrigatória para conclusão do curso e o estudante não consegue por meios próprios a vaga de estágio.

A Tabela 7 demonstra os estudantes inseridos e/ou dispensados do campo de estágio por Unidade Concedente.

Tabela 7: Estudantes inseridos e/ou dispensados do campo de estágio por Unidade Concedente.

UNIDADE CONCEDENTE	ESTUDANTES INSERIDOS	APROVEITAMENTO ESTÁGIO/DISPENSA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2	-
CEA	1	-
DETRAN	1	-
EDP	-	1
FUNDAÇÃO JARI	3	1
GOVERNO DO ESTADO-SIAC/AP	-	1
ICMBio	1	-
JARI CELULOSE	4	1
MINISTÉRIO PÚBLICO	1	-
PREFEITURA DE LARANJAL DO JARI	-	3
RURAP	12	1
SEMATUR	-	12
TOTAL	25	20

Fonte: Elaboração da autora com base nos registros da Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio do IFAP/Laranjal do Jari - 2013

Verifica-se na Tabela acima que o número de estudantes inseridos em campos de estágio no ano de 2013, é pouco significativo se considerarmos o universo dos que se encontram aptos a estagiar nos cursos técnicos onde o componente é obrigatório. Outro fato preocupante é que grande parte dos estudantes que ingressaram em 2011, nos Cursos Técnicos na forma integrado, estão concluindo seus cursos e dependem da realização do estágio para integralização curricular.

Para os estudantes que já desenvolvem atividades profissionais correlatas à área do curso realizado, é possível o aproveitamento ou dispensa da atividade de estágio, mediante comprovação por parte da empresa que ele atua. Esse recurso normalmente é

aplicado aos estudantes da forma subsequente, que já atuam na área cursada e buscam a certificação para possível ascensão na empresa a partir da certificação.

Diante da realidade local com relação à oferta reduzida de vagas de estágio e baseado no (PDI-IFAP 2012, p. 93) que determina:

O estágio supervisionado, tanto no ensino profissional como no nível superior, poderá ser vivenciado no interior do Instituto Federal do Amapá ou em empresas e ou escolas públicas ou privadas, desde que ofereçam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência investigativa reflexiva e de prática efetiva na área de formação do estudante.

Em 2014 foi implantado no IFAP/Laranjal do Jari, o Programa de Estágio supervisionado de caráter obrigatório, visando proporcionar aos estudantes regularmente matriculados nos Cursos Técnicos em Secretariado e em Meio Ambiente a vivência da prática profissional, no âmbito institucional. As atividades desenvolvidas pelos estagiários estarão de acordo com a área de formação acadêmica, estabelecendo as conexões necessárias entre o conhecimento teórico adquirido e o exercício da prática profissional. As vagas foram disponibilizadas conforme especificado na Tabela abaixo:

Tabela 8: Distribuição de vagas de estágio por curso no IFAP/Laranjal do Jari – 2014.

CURSO	LOCAL DO ESTÁGIO	VAGAS	TURNO
Meio Ambiente	Coordenação Meio Ambiente	2	Manhã
Meio Ambiente	Coordenação Meio Ambiente	4	Tarde
Secretariado	Coordenação Licenciatura em Ciências Biológicas	1	Manhã
Secretariado	Coordenação Licenciatura em Ciências Biológicas	1	Tarde
Secretariado	Coordenação do PROEJA	1	Manhã
Secretariado	Coordenação do PROEJA	1	Tarde
Secretariado	Coordenação Informática	1	Tarde
Secretariado	Coordenação Meio Ambiente	1	Manhã

Ambiente			
Secretariado	Coordenação Pedagógica	3	Manhã
Secretariado	Coordenação Pedagógica	2	Tarde
Secretariado	Coordenação Pedagógica	1	Noite
Secretariado	Coordenação Financeira	1	Manhã
Secretariado	Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio	1	Manhã
TOTAL DE VAGAS		20	

Fonte: Edital IFAP-DIRGER – 002/2014

De acordo com o Edital, o estágio terá duração de três meses a partir da data de assinatura do Termo de compromisso e carga horária total de 200 horas. Essa medida pretende amenizar a baixa oferta de vagas demonstrada na Tabela anterior, entretanto essa questão está longe de ser resolvida devido ao elevado número de estudantes que necessitam realizar o estágio para integralização curricular, pois conforme relata a coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio (2013):

Agora a gente tem trinta pra colocar no estágio porque eles tão pra se formar, e a gente tem que dar um jeito. Mesmo não sendo a obrigação da coordenação, a gente tem que ir buscar, porque enquanto não tiver esse acesso mais livre, esse link direto, a gente vai ainda ter que bater lá na porta e dizer: fulano, por favor, é, verifica de que forma a gente pode estar abarcando nossos alunos?

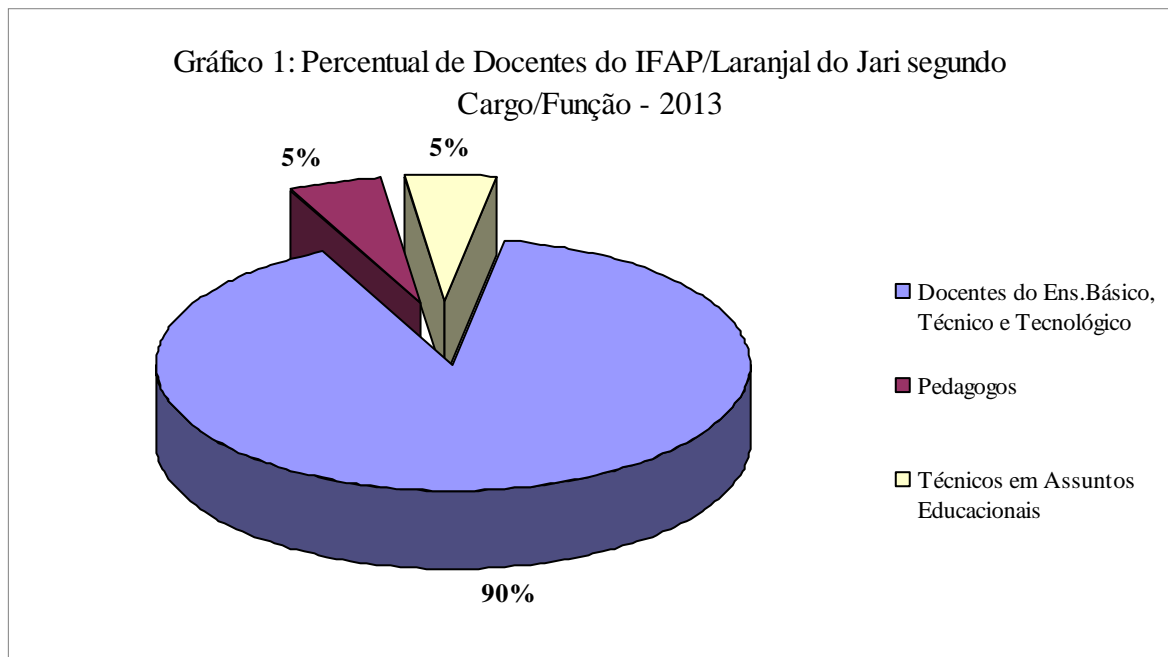
A medida adotada pela instituição de ensino ao implantar o estágio supervisionado foi acertada, por conta das dificuldades já relatadas. Porém, essa implantação deve ser acompanhada e monitorada de forma mais efetiva pela coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio, a fim de que os estagiários não sejam desviados da função pedagógica desse componente. Para que não venham realizar atividades incompatíveis com sua área de formação ou até mesmo substituindo servidores nos setores em que estão alocados, descaracterizando a atividade de estágio como prática educativa, transformando-a em trabalho precário.

3.2. CONCEPÇÕES E AÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

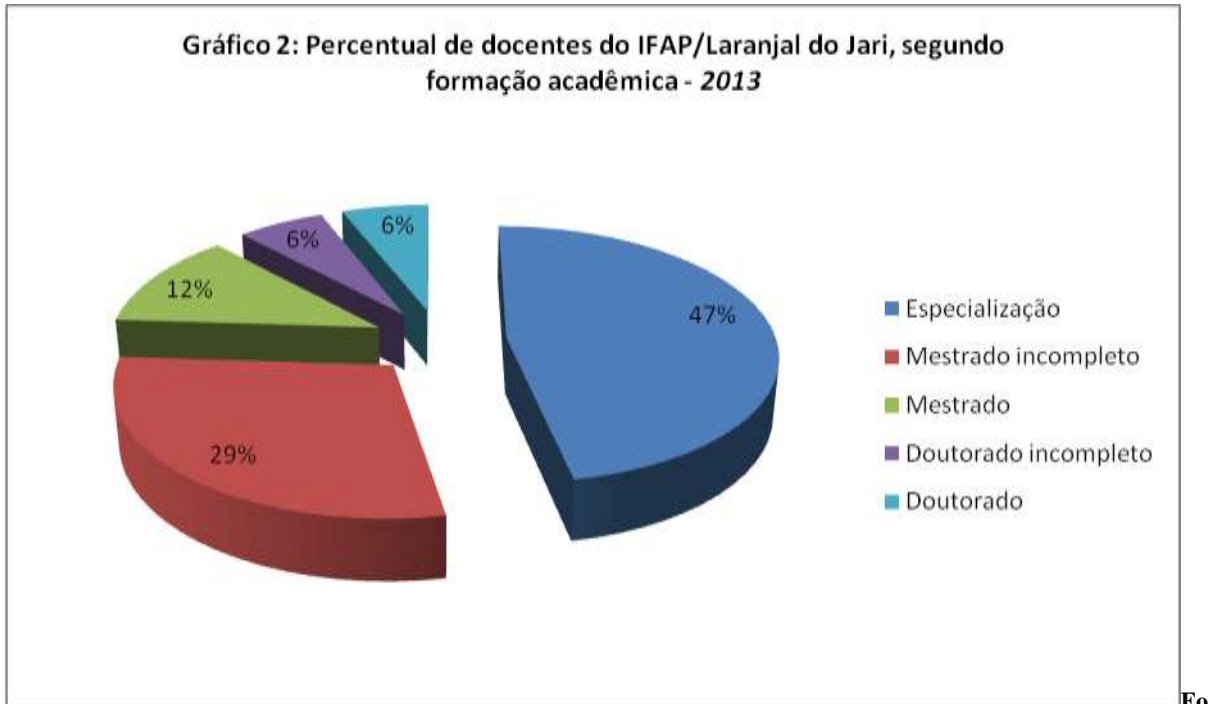
3.2.1. Os Docentes

Conforme já relatado, para a coleta de dados dos docentes e demais atores envolvidos no desenvolvimento do estágio supervisionado no IFAP/Laranjal do Jari, utilizamos como instrumentos questionários e entrevistas semiestruturadas. Decidimos por inserir nesta categoria os técnicos administrativos vinculados à direção de ensino, são eles os pedagogos e os TAE, por entender que sua atuação está diretamente relacionada aos processos de ensino e aprendizagem e ao desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado.

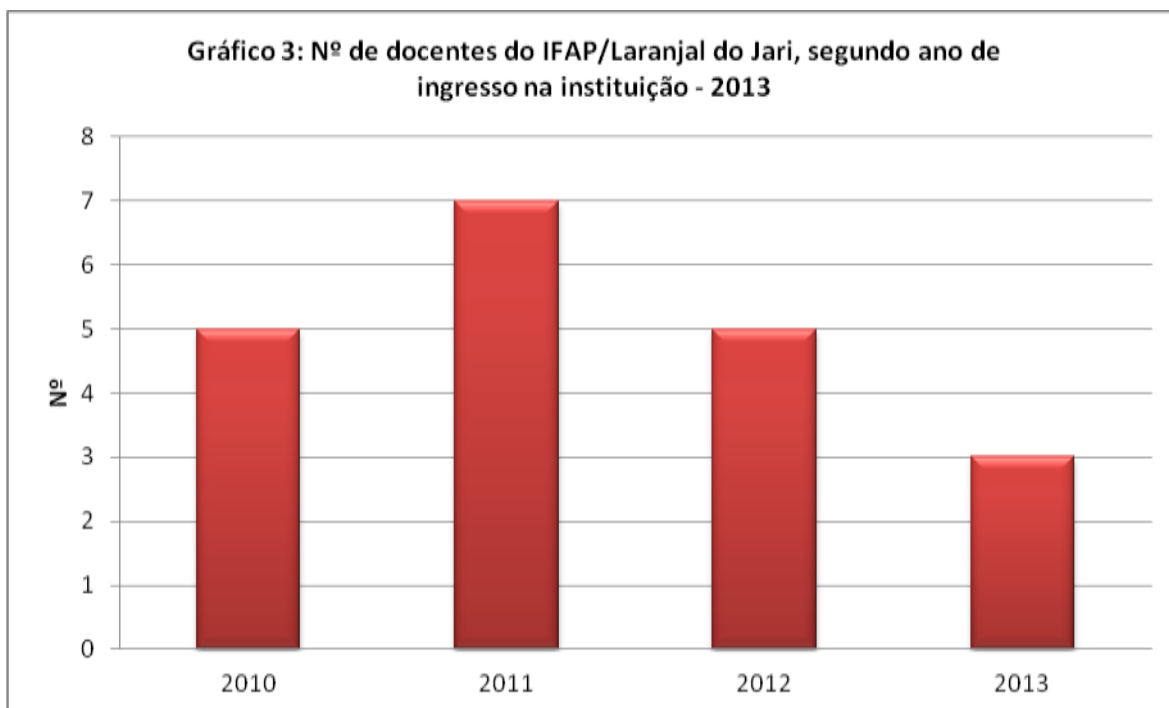
De um total de 45 questionários encaminhados por e-mail para os servidores vinculados à Direção de Ensino e coordenação pedagógica do IFAP/Laranjal do Jari, obtivemos vinte respostas (44,4%), distribuídas nas categorias profissionais relacionadas no Gráfico 01:



Com base no quantitativo de docentes do EBTT, apresentaremos a seguir algumas informações referentes ao perfil dessa categoria profissional, antes de focalizar nas concepções referentes ao estágio supervisionado.

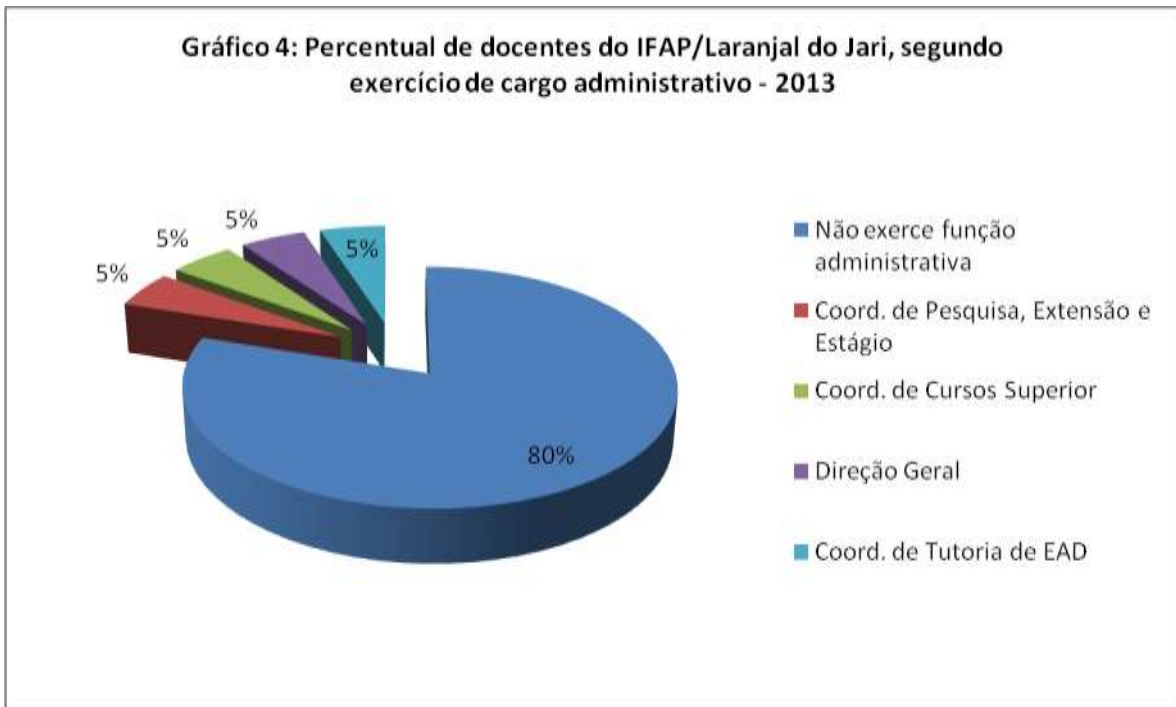


Percebe-se através do Gráfico 2 um nível considerável de formação dos docentes do IFAP/Laranjal do Jari, onde todos têm no mínimo especialização *lato sensu* concluída. Destacam-se os 29% que estão concluindo o mestrado e 12% com mestrado concluído, os 12% que estão concluindo ou já concluíram o doutorado. Isto nos permite projetar para os próximos anos um quadro docente com 53% de mestres e doutores, com perspectiva de crescimento. Esses dados também indicam que a instituição está investindo na formação continuada de seus docentes, o que impreterivelmente contribuirá para a melhoria do trabalho educativo desenvolvido na Região. Vale ressaltar que desde 2012, o IFAP mantém convênio com o PPGEA, da UFRRJ, buscando qualificar o quadro de servidores em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado, onde a maioria dos estudantes é docente do EBTT.



Fonte: Dados coletados pela autora

Conforme demonstrado no Gráfico 3, o ingresso dos docentes ocorreu a partir de 2010, o que se justifica pelo fato do IFAP/Laranjal do Jari ter sido implantado no município no mesmo ano de ingresso dos primeiros servidores.



Fonte: Dados coletados pela autora

Com base no exposto no Gráfico 4, verifica-se que a maioria dos docentes não tem cargo administrativo. Uma vez que todos atuam como docentes do EBTT e cumprem carga horária de 40 horas semanais, infere-se que tenham disponibilidade de horário para atuar como orientadores do estágio supervisionado, o que se contrapõe ao reduzido número de docentes atuando com orientação de estágio no IFAP/Laranjal do Jari.

Em relação aos elementos considerados mais importantes para formar técnicos de nível médio, os docentes destacaram:

- a. estrutura física adequada contemplando biblioteca e laboratórios com acesso a internet;
- b. prática profissional / Estágio supervisionado;
- c. corpo docente qualificado;

- d. estímulo à pesquisa;
- e. atendimento às demandas do mundo do trabalho para o desenvolvimento do País;
- f. possibilidade de promoção do desenvolvimento regional; e
- g. Visitas técnicas, dentre outros.

Concordamos com as considerações dos docentes em relação aos subsídios necessários para a formação dos técnicos com qualidade. Entretanto ponderamos alguns pontos que interferem diretamente no atendimento dessas necessidades, tais como: a falta de estrutura local fragiliza o acesso a uma série de bens e serviços indispensáveis à boa qualidade dos cursos oferecidos; a localização geográfica do campus não desperta o interesse dos fornecedores; internet precária e/ou inexistente em diversos períodos; escassez de empresas para manutenção dos equipamentos; atraso nas obras de ampliação do campus; carência de técnicos administrativos, atuando especialmente na biblioteca, etc.

Na opinião dos docentes, a instituição de ensino deve adotar medidas necessárias para a garantia da boa relação entre teoria e prática na formação dos estudantes dos cursos técnicos, onde apontaram:

- a. capacitação permanente dos docentes;
- b. estrutura física adequada;
- c. investir em eventos científicos;
- d. pesquisa, estágio e extensão;
- e. aulas práticas; e
- f. visitas técnicas;

Nas duas últimas questões apresentadas, percebe-se que as respostas dos docentes se repetem e se assemelham, denotando que concordam quanto à importância de aliar a teoria à prática profissional durante todo o processo de formação dos estudantes dos cursos técnicos da instituição. O que é reforçado pela concepção de Demo (2002, p. 62) quando afirma que:

Toda prática necessita ser teoricamente elaborada, e isto deve fazer parte da elaboração curricular. Prática não é ir ver, passar perto, mas a união do fazer com o teorizar o fazer. No confronto salutar da teoria com a prática e vice-versa, motiva-se o verdadeiro especialista, sempre pesquisador.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica. O mesmo documento destaca como princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: “*trabalho assumido como princípio educativo*, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógico e do desenvolvimento curricular” e, ainda, “indissociabilidade entre *teoria e prática* no processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2012 – *grifo nosso*).

Segundo Pimenta (2002, p. 93), “a educação é uma prática social. Mas a prática não fala por si mesma, exige uma relação teórica com ela [...]”. Nesta fase da análise é muito importante se estabelecer um entendimento da relação entre teoria e prática na ação ou prática social, pois segundo o mesmo autor, algumas características contribuem para isso:

- a. Um conhecimento da realidade que tem como objetivo a transformação;
- b. Um conhecimento dos meios e de sua utilização técnica exigida em cada prática – como que se leva a cabo essa transformação;
- c. Um conhecimento da prática acumulada, em forma de teoria que sintetiza ou generaliza a atividade prática [...] posto que o homem só pode transformar o mundo a partir de um determinado nível teórico, ou seja, inserindo sua práxis atual na história teórico-prática correspondente;
- d. Uma atividade finalista, ou antecipação dos resultados objetivos prévios, ideias que só poderão cumprir sua função prática na medida em que

correspondem a necessidade e condições reais, predominem na consciência dos homens e contem com os meios adequados para a sua realização. (PIMENTA, 2002, p. 93)

Com base nas análises apresentadas, consideramos o estágio supervisionado como uma atividade extremamente importante na formação dos futuros técnicos, por permitir ao estudante o conhecimento real em situações concretas da vivência profissional, complementando a teoria adquirida em sala de aula, à medida que articulada com a prática vivenciada.

Na opinião dos docentes, a vivência dos estudantes no campo de estágio, pode trazer inúmeras contribuições para a formação de um técnico, tais como:

- a) desenvolvimento de habilidades;
- b) convivência com ações em grupo ou equipe;
- c) constatação da teoria na prática, trazendo a realidade da sala de aula, em que os alunos estão habitualmente acostumados para a prática profissional;
- d) aproximação da escola com o mercado de trabalho, proporcionando ao futuro profissional confirmar se fez a escolha certa;
- e) oferecer ao estudante oportunidade que as IE não oferecem; e
- f) contribui quando o técnico tem a oportunidade de vivenciar na prática, situações reais de trabalho e fazer a relação com a teoria aprendida em sala de aula.

Estas opiniões podem ser traduzidas por meio dos depoimentos a seguir:

A vivência do cotidiano do trabalho é muito importante, pois é um processo de aprendizagem indispensável a um profissional que deseja estar preparado para enfrentar os desafios de uma carreira (Docente 19)

Diretamente, já que, a familiarização com o futuro trabalho faz com que o estudante tenha a capacidade de lidar com situações que possivelmente irá enfrentar no trabalho. Além disso, o contato com a profissão faz com que o aluno

ratifique se é a profissão que quer seguir (Docente 11).

Com relação às opiniões relacionadas ao conceito de estágio supervisionado, apenas um docente respondeu que consiste em “Cumprimento de horas, atividades práticas realizadas e relatórios das atividades realizadas” (Docente 12), contrariando a concepção dos demais, que enfatizaram que a atividade de estágio supervisionado é indispensável para a articulação entre teoria e prática, conforme demonstrado no depoimento a seguir:

Estágio supervisionado consiste em atividade prática de complemento de formação, agregadora de teoria e prática, devidamente acompanhado por um ou mais profissionais designados para a finalidade de supervisão da atividade de estágio (Docente 18).

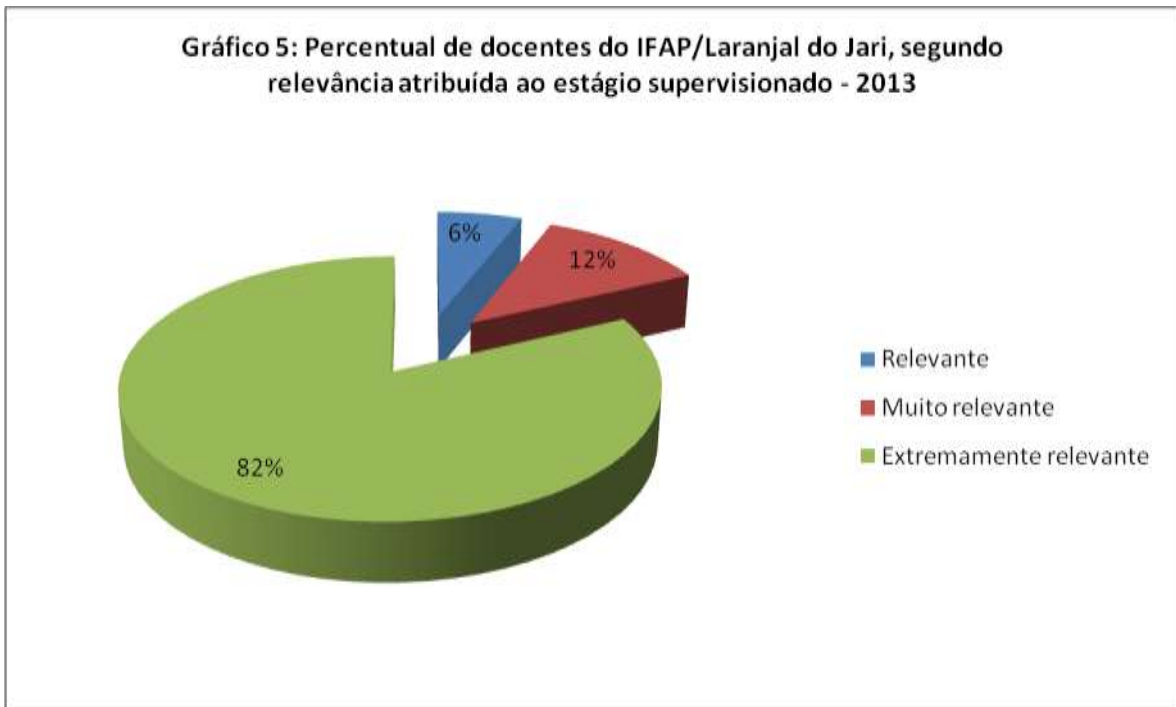
Neste sentido, Pimenta e Gonçalves (1990) assentem que a finalidade do estágio é aproximar o estudante da realidade prática na qual está sendo preparado e defendem uma nova reflexão e postura quando argumentam:

[...] não se deve colocar o estágio como o “polo prático” do curso, mas como uma aproximação à prática, na medida em que será conseqüente à teoria estudada no curso, que, por sua vez, deverá se constituir uma reflexão sobre e a partir da realidade da escola pública (PIMENTA; GONÇALVES, 1990, p. 129).

Entendemos que a instituição de ensino enquanto formadora do futuro profissional, precisa garantir essa articulação entre teoria e prática no percurso acadêmico do estudante, suscitando a reflexão destes sobre os aspectos da realidade onde estão inseridos.

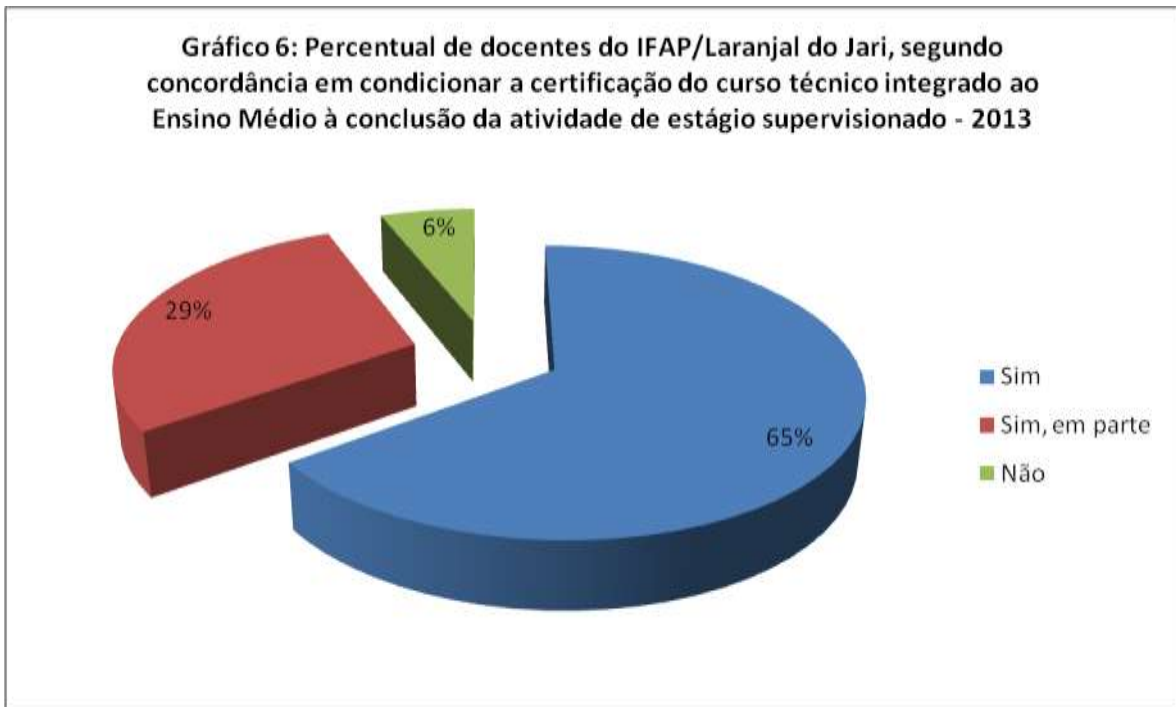
Alguns docentes demonstraram preocupação quando recomendaram sobre a necessidade de acompanhamento do estágio, para garantir que seja na área de formação do estudante, evitando assim, desvio de função e exploração da mão de obra do estagiário:

O estágio supervisionado é uma ferramenta que concerne à aplicação de teorias num ambiente real. A partir da supervisão de algum professor, para que não ocorra desvio de função. Ex.: um aluno de meio ambiente tem que estagiar na sua área de formação e não comprar pão ou ficar tirando cópias de documentos (Docente 19).



Fonte: Dados coletados pela autora

A partir das informações coletadas no questionário, evidencia-se o grau de importância atribuído pelos docentes à atividade prática na formação dos estudantes de cursos técnicos. Este resultado é confirmado por meio do Gráfico 5, onde 82% consideram o estágio supervisionado extremamente relevante para a formação profissional. O depoimento a seguir comprova que a partir do envolvimento da comunidade educativa, a atividade prática tende a melhorar: “as ações sobre o estágio ainda são pequenas, mas o primeiro passo foi dado, começamos nas discussões a cerca da importância dessa prática ao desenvolvimento profissional e pessoal dos nossos estudantes” (Docente 2).



Fonte: Dados coletados pela autora

Quando questionados se concordavam em condicionar a certificação do curso técnico integrado ao Ensino Médio à conclusão da atividade de estágio supervisionado, 65% dos docentes responderam de forma afirmativa, conforme ilustrado no Gráfico 6. A escolha foi explicada pelos depoimentos a seguir:

Porque garante a prática do que foi estudado, além de fornecer ao mundo do trabalho um profissional com maiores subsídios de conhecimento da área de formação (Docente 8).

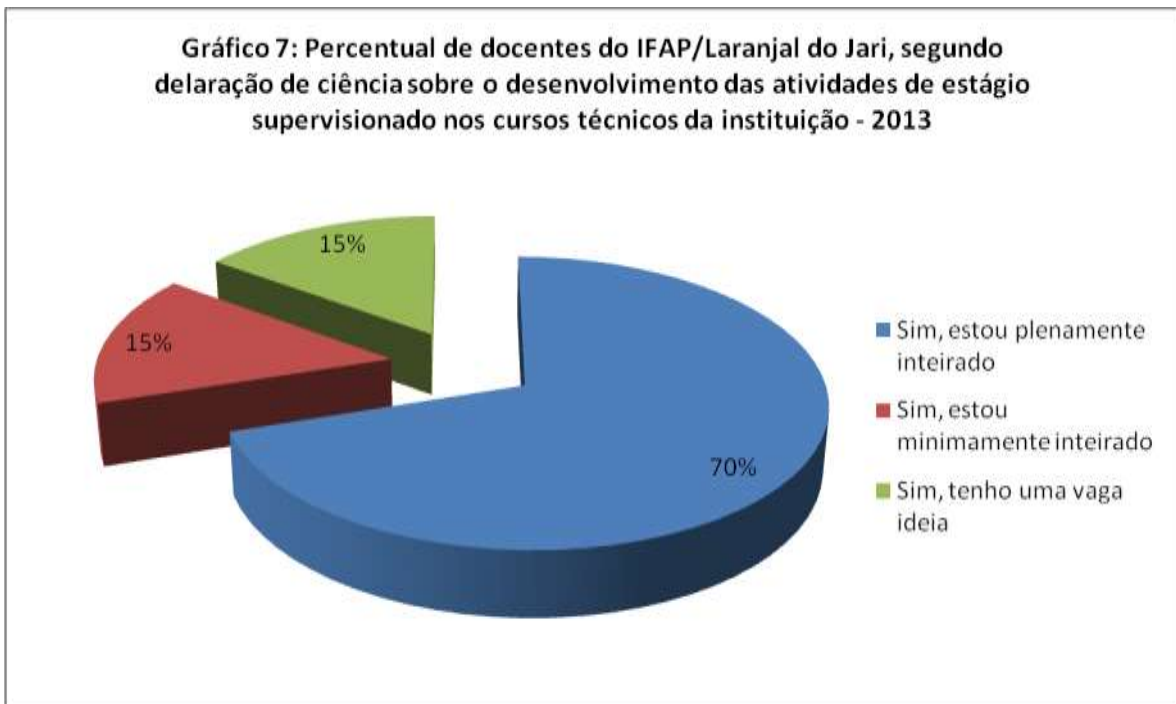
É no estágio que o técnico aplica o que aprendeu em sala, e verifica se realmente está habilitado a exercer a sua profissão (docente 13).

Desta forma, a instituição aumenta o nível dos futuros profissionais enviados para o mercado de trabalho, não só tendo as experiências de sala de aula e atividades prática, mas também a realidade do "mundo real". Além disso, o compromisso do aluno durante o curso será maior, pois ele verificará que os ensinamentos de sala de aula serão cobrados no estágio e ainda existe a condicionante da certificação (Docente 17).

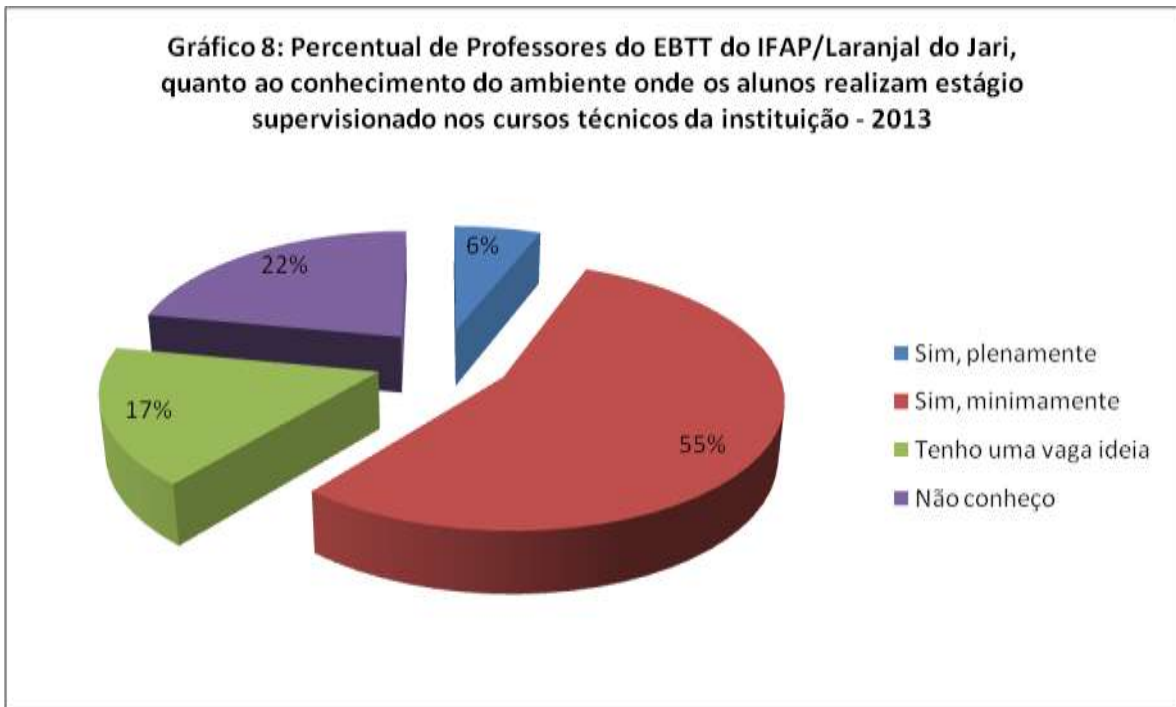
Outros 29% concordaram em parte sobre condicionar a certificação do estudante ao estágio supervisionado. Dentre os argumentos apresentados, selecionou-se o seguinte: “Em minha opinião, acredito que seria também imprescindível além da realização de estágio com a confecção do seu relatório, a sua apresentação oral, espécie de defesa, para uma banca pré-definida” (Docente 4).

Dos docentes questionados 6% não concordaram em condicionar à certificação do estudante ao estágio supervisionado, com base no argumento a seguir: “Devido algumas cidades não ter infraestrutura com empresas para receber esses alunos” (Docente 12).

Segundo exposto anteriormente, o número de vagas de estágio na região é bastante limitado, o que posterga a certificação de muitos estudantes. Esse fato reforça a necessidade da instituição estar equipada em relação aos ambientes e ferramentas indispensáveis (laboratórios, oficinas, simulação) para oportunizar o exercício profissional durante a formação dos técnicos, além de ampliar o número de vagas de estágio interno buscando minimizar tal situação.



Fonte: Dados coletados pela autora



Fonte: Dados coletados pela autora

Com base na análise dos gráficos 7 e 8, identificamos uma série de contradições relacionadas à opinião dos docentes no que se refere ao desenvolvimento da atividade de estágio desenvolvida pelos estudantes. No Gráfico 7, o equivalente a 70% dos docentes declaram que conhecem plenamente o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado nos cursos técnicos da instituição. Porém, no Gráfico seguinte, 94% dos respondentes, demonstram desconhecimento sobre o ambiente onde os estudantes realizam a atividade prática. De que forma os docentes podem ter ciência sobre o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado, se ao mesmo tempo desconhecem o ambiente onde a prática é realizada? Esta constatação denuncia uma possível falta de integração entre os sujeitos envolvidos na atividade de estágio supervisionado no âmbito escolar. Os depoimentos a seguir comprovam essa percepção:

Falta divulgação das atividades relacionadas ao estágio para os servidores (Docente 10);

Deve haver uma interação entre professores, pedagogos e coordenadores para que o estudante não "sofra" com seu estágio (docente 19);

Que o estágio seja mais bem acompanhado, pois até o momento, temos uma turma preste a se formar, e nenhum professor foi chamado para comparecer no acompanhamento do estágio (Docente 9).

Os depoimentos anteriores contrariam completamente a informação do Gráfico 7, onde a maioria dos docentes declara ter pleno conhecimento sobre o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado. O que fica explícito por meio das falas é a provável falta de acompanhamento da atividade prática e a deficiência no trânsito de informações entre os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do estágio supervisionado.

Com relação aos principais problemas enfrentados pelos estudantes, na realização do estágio supervisionado, as respostas mais frequentes dos docentes foram:

- a) falta de vagas nas empresas para estágio;
- b) falta de interesse das empresas;
- c) burocracia encontrada nos órgãos públicos para estágio;
- d) estágio não remunerado;
- e) dificuldade em conciliar estudo e estágio;
- f) rigor da Lei do Estágio;
- g) acomodação dos alunos;
- h) falta de assinatura de termo de convênio pela empresa devido ao seguro obrigatório.

A maioria dos docentes declara que todos devem se preocupar com o bom desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado nos cursos técnicos: os estudantes e seus pais, o supervisor de estágio, o coordenador institucional de estágio, os coordenadores de curso, a coordenação pedagógica, o diretor de ensino, os docentes da área de formação técnica, os docentes da área de formação geral, e as empresas concedentes de estágio. O depoimento a seguir possivelmente ilustra o sentimento dos docentes com relação ao

acompanhamento das atividades de estágio supervisionado: “Falta interação entre as partes interessadas no estágio: pais, alunos, coordenação de curso, professores e empresas” (Docente 5);

O depoimento do Docente 5 comprova que a deficiência na comunicação entre os envolvidos na atividade prática como fator de interferência no bom andamento do estágio supervisionado.

Acerca do que uma empresa concedente precisa oferecer ao estudante para que eles tenham uma boa experiência de estágio supervisionado, os docentes apresentaram as seguintes sugestões:

- a) oportunidade de aprendizado e ambiente de trabalho com condições para desenvolver sua atividade;
- b) ela não deve desviá-lo de sua função, que é o que tradicionalmente ocorre. Geralmente os estagiários são encaminhados a cumprir funções meramente administrativas, independente de sua formação;
- c) acompanhamento de profissional competente e algumas formas de incentivo, como: seguro contra acidentes, vale transporte, material escrito, crachás e uniformes;
- d) acompanhamento das atividades realizadas e tarefas de acordo com a área de formação do estudante;
- e) suporte e acompanhamento durante o estágio, ou seja, a empresa também deve se preocupar com este profissional. Esta é a contribuição do terceiro setor também, todas as organizações estão engajadas neste sentido;
- f) espaço para a aprendizagem, acolhimento por parte dos funcionários;
- g) condições adequadas para que o estudante transite pela experiência prática, como forma de melhorar a formação dessa pessoa.

Com base na análise das declarações dos docentes, constatamos que, de maneira geral, demonstram ter conhecimento pouco aprofundado sobre a atividade de estágio, mas a consideram extremamente relevante para a formação dos técnicos. E que apesar da grande expectativa demonstrada com relação à atividade prática, a maioria dos docentes não conhece o ambiente onde as atividades são desenvolvidas, revelando aí uma contradição entre o discurso e a ação. Percebe-se também a deficiência na comunicação como um fator que interfere negativamente na experiência de estágio dos estudantes, que explicita-se quando os docentes afirmam que essa atividade é responsabilidade de toda a comunidade educativa, sugerindo, desse modo, que talvez nem todos estejam cumprindo o seu papel no desenvolvimento da prática profissional.

3.2.2. O Diretor de Ensino

Além dos questionários aplicados aos docentes foram realizadas entrevistas semiestruturadas com outros sujeitos envolvidos no desenvolvimento do estágio supervisionado no IFAP/Laranjal do Jari, buscando compreender as concepções que construíram sobre a vivência de tal prática profissional. Esses sujeitos ocupam as seguintes funções: Diretor de Ensino; Coordenador de Pesquisa, Extensão e Estágio; Coordenador Pedagógico; Coordenadores de cursos técnicos e Orientadores de Estágio.

A Direção de Ensino é responsável pela gestão da atividade pedagógica envolvendo as seguintes coordenações e setores: Coordenação Pedagógica; Coordenação de Cursos Superiores; Coordenação de Cursos Técnicos; Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio; Coordenação de Apoio ao Ensino; Coordenação de EAD; Coordenação de Registro Acadêmico e Biblioteca.

Para a direção de ensino o estágio significa: “[...] o momento em que o aluno vai articular. Ali ele está se formando, estudando para ser técnico. Então tem todo aquele momento teórico e ele agora vai vivenciar. O que ele estudou na escola, o que ele praticou de certa forma nos laboratórios. Mas ele vai pra empresa, pra ver como é todo o ambiente [...]”. A direção de ensino ressalta a importância da atividade de estágio por favorecer ao aluno a

possibilidade de vivenciar no ambiente da empresa o que ele está estudando na instituição e poder fazer a relação ente a teoria e a prática.

Sobre essa questão nos respaldamos na Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), onde o estágio é traduzido como ato educativo supervisionado, configura-se como um importante momento de integração dos conhecimentos teóricos repassados na escola, com a realidade prática. Mesmo ocorrendo num ambiente profissional, não deve ser confundido com emprego ou trabalho voluntário. Trata-se de um componente curricular restrito ao momento de formação orientada e supervisionada, necessariamente previsto no projeto do curso.

Quanto à obrigatoriedade da atividade de estágio, a direção de ensino afirma que concorda que a atividade seja obrigatória, independente da modalidade do curso e justifica:

[...] eu entendo que o estágio ele deveria ser atividade obrigatória, por conta dessa possibilidade de vivenciar. A gente escuta muito, né? Ah, mas eu não estudei, vi toda teoria, mas eu não vi a prática, não trabalhei na prática. Então isso atrapalha um pouco o indivíduo na hora que ele vai lá para o trabalho, vai se candidatar a um emprego, por exemplo, sem ter a experiência prática.

Com relação aos benefícios advindos da atividade de estágio a direção de ensino destaca a oportunidade concedida ao estudante de vivenciar e compreender o mundo do trabalho em todas as suas dimensões. Em contrapartida, menciona que uma das principais dificuldades observadas relaciona-se aos estudantes da forma subsequente, que trabalham durante o dia e estudam à noite e não têm disponibilidade de horários para realizarem o estágio. Outra dificuldade relatada é a carência de vagas nos cursos técnicos ofertados pelo IFAP/Laranjal do Jari e complementa descrevendo as ações da direção de ensino para contornar tais dificuldades:

[...] a gente agora está realizando nosso Plano de Metas. A partir do ano que vem, no segundo semestre a gente já vai ter o curso de florestas na forma subsequente, e aí depois já o curso de integrado. A gente já diminuiu as turmas de meio ambiente, porque a gente percebe que demanda não está tão grande. E aí, a ideia justamente agora é fazer uma pesquisa de mercado, na comunidade, na região pra verificar quais são as verdadeiras necessidades. Então o que a gente está fazendo é suscitando essa discussão entre os coordenadores, junto à Pro Reitoria

de ensino, a Pro Reitoria de desenvolvimento institucional para agora, de fato, adequar os cursos à realidade.

Por meio do depoimento da direção de ensino, constata-se que os cursos ofertados pelo IFAP/Laranjal do Jari podem não estar traduzindo o perfil dos arranjos produtivos locais. É mister que a instituição promova um estudo de viabilidade para adequar a oferta de cursos às reais necessidades da comunidade local, conforme sugere a própria direção de ensino.

Como proposta de melhoria, a direção de ensino acredita que precisa “amarrar” melhor os procedimentos relacionados ao estágio. Por conta do processo de implantação, a instituição ainda não tem procedimentos específicos. Os planos de curso são diferenciados em relação à obrigatoriedade do estágio e a instituição como um todo, vem buscando um norte enquanto aguarda a elaboração da regulamentação. Ressalta que pelas dificuldades regionais, a regulamentação deve atender a realidade do curso e também do mercado de trabalho local.

Entendemos que existe um distanciamento da direção de ensino com relação às atividades de estágio no IFAP/Laranjal do Jari. Essa questão possivelmente pode ser explicada pela subordinação equivocada entre a atividade de estágio e a direção de ensino na instituição investigada. Isso se constata por meio de depoimentos onde considera o estágio indispensável à formação do técnico, porém não faz a associação com sua função pedagógica, articulando teoria e prática.

A Direção de Ensino reconhece as dificuldades na condução das atividades de estágio supervisionado quando relata a falta de direcionamento institucional por conta do processo de implantação. Acreditamos que precisam ser envidados esforços nesse sentido, haja vista a necessidade premente dos estudantes que estão finalizando seus cursos e dependem de uma ação planejada e orientada.

3.2.3. O Coordenador de Pesquisa, Extensão e Estágio

No Campus Macapá do IFAP, a Coordenação de Estágio está subordinada à Direção de Relações Institucionais. No IFAP/Laranjal do Jari, essa Direção não existe. O que

existe é uma Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio que está excepcionalmente vinculada à Direção de Ensino do campus e a Pró Reitoria de Extensão que fica em Macapá. Essa organização nos traz o seguinte questionamento: esse vínculo é uma decisão pedagógica, ou um “arranjo” para suprir a deficiência de uma Direção de Extensão/Relações Institucionais?

Com relação às atribuições da coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio, voltadas à gestão do estágio institucional, a coordenadora justificou que o regimento interno que define o perfil de cada profissional está em fase de elaboração, mas traduziu da seguinte forma:

[...] a realidade da coordenação de estágio é dar agilidade aos processos, para não ficar tão burocrático; trazer os empregadores pra dentro da instituição; fazer a relação direta entre professor/orientador e o estagiário; o supervisor de dentro da instituição e a instituição de ensino; assinatura do termo de construção de convênio e contratos que são estabelecidos com o CIEE, NUBE (Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013).

Quando se refere ao Centro de Integração Escola Empresa (CIEE) e Núcleo Brasil de Estágios (NUBE), a Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio está fazendo referência aos Agentes de Integração²³ que têm convênio firmado com o IFAP/Laranjal do Jari. Vale destacar que os agentes de integração, quando encaminham estagiários para uma empresa, assumem a responsabilidade sobre as atividades que serão desenvolvidas por eles, conforme estabelecido no Art. 5º da Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008) “[...] os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso”.

Para esta coordenação, o estágio supervisionado pode ter caráter obrigatório e não obrigatório e relatou que no IFAP/Laranjal do Jari existem as duas formas de estágio:

Aqui nós temos dois cursos que não são obrigatórios, mas os alunos, graças a Deus estão sendo abarcados. E eles vão, pra poder engrandecer a lista do

²³ São entidades que visam, principalmente, auxiliar no processo de aperfeiçoamento do estágio, contribuindo na busca de espaço no mercado de trabalho, aproximando, instituições de ensino, estudantes e empresas (BRASIL, 2008).

histórico e da experiência profissional, que são o curso de informática e o Proeja. Mas os estágios obrigatórios já estão vinculados ao plano de curso (Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013).

Embora o conceito de estágio supervisionado não tenha ficado muito claro, na definição dessa coordenação, classifica a atividade como muito importante porque prepara o estudante para a prática profissional. Acredita que a partir do momento que os estudantes vão para o local de estágio, terão a oportunidade de visualizar se há correlação com o que estão estudando e poderão fazer a articulação com a teoria aprendida.

Com relação aos benefícios que o estágio supervisionado proporciona aos estudantes, cita os seguintes aspectos:

- a) qualificação profissional;
- b) aumento da responsabilidade, os alunos eles começam a ser mais pontuais;
- c) eles começam a verificar que a função que eles exercem pode trazer benefícios pra dentro da instituição;
- d) adquirem postura profissional;
- e) melhoria na atuação profissional.

Uma das principais dificuldades relatadas pela Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio para a gestão da atividade de estágio está relacionada ao pouco conhecimento que as empresas ainda têm sobre a instituição de ensino:

Ainda, é a questão dos empregadores não reconhecerem os nossos profissionais. Eles ainda emperram em muitos aspectos no sentido de receber os nossos alunos. Eles nem nos conhece ainda, eles nem sabem dos perfis que nós temos, a capacitação que nós conseguimos aqui, tanto do corpo técnico quanto dos professores que estão diretamente com os meninos. Eles não conseguem ainda, abarcá-los ou aceitá-los, de imediato (Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013).

No seu relato a coordenação esclarece que essa dificuldade fica mais evidente no momento da assinatura do Termo de Convênio, onde o principal empecilho relaciona-se ao

pagamento da apólice de seguro. Acrescenta que a empresa alega questões orçamentárias e inviabiliza a parceria. Sobre essa questão esclarece: “[...] a prefeitura daqui, a gente não conseguiu ainda firmar parceria porque eles são temerosos que na nossa minuta eles sejam responsabilizados em pagar o seguro obrigatório dos meninos que vão realizar o estágio”.

Com relação às principais dificuldades encontradas pelos estudantes, para a realização do estágio supervisionado ressalta:

- a) poucas oportunidades oferecidas pelas empresas da região;
- b) ausência de auxílio-transporte;
- c) localização das empresas;
- d) falta de condições financeiras dos alunos;
- e) precariedade do serviço de transporte local;
- f) conciliar as atividades escolares ou profissionais com o estágio.

Para contornar algumas dessas dificuldades, a coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio, divulga por meio de um mural as vagas de estágio disponíveis nas empresas concedentes e procura manter os estudantes informados sobre os procedimentos necessários para a realização do estágio.

Quando percebe que o estudante não consegue conciliar a atividade escolar com o estágio supervisionado, orienta-o a priorizar os estudos, visto que o estágio pode ser realizado posteriormente à conclusão do curso.

Um dado interessante relatado pela coordenação é que as empresas locais alegam que os estudantes do IFAP/Laranjal do Jari são muito capacitados para trabalhar em suas empresas, por isso têm dificuldade em aceitá-los. O relato a seguir ilustra essa informação:

A gente é bastante visada aqui, né? Nós carregamos uma responsabilidade muito

grandiosa, muitos empregadores também, não querem aceitar os nossos meninos, por achar que a gente está além do que eles têm como empresa. É muito engraçado, porque eu falo: Meu Deus, então quer dizer que a gente está preparando profissionais a mais que o mercado local? (Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013)

Em relação à diferença de perfil entre os estudantes dos diversos níveis e modalidades de ensino, a coordenação entende que a principal diferença está na maturidade e esclarece:

Os meninos do integrado, tanto é que no plano de curso deles, eles só podem entrar para o mercado de trabalho através do estágio no 2º ano. Porque eles precisam ter uma preparação a mais, eles precisam estar mais maduros, no sentido mesmo teórico, emocional e psicológico pra poder fazer essa atuação. Mas os meninos do subsequente, como eles passam com a gente só um ano e meio, então no 2º módulo deles parece que é o 3º ano dos meninos do integrado e a maturidade deles é maior, afinal eles são mais velhos [...](Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013)

Acrescenta que os estudantes adolescentes se mostram inseguros num primeiro momento e não têm certeza da aptidão ou habilidade para aquela área e apresentam mais dificuldades no início do curso. Entende-se que os estudantes da modalidade PROEJA e da forma subsequente, já entram com objetivo definido: estão procurando uma certificação ou melhores condições de trabalho.

Quanto ao cumprimento dos papéis por seus pares na condução da atividade de estágio, a coordenação admite que existam entraves que dificultam o desenvolvimento da atividade, como por exemplo: empresas que dificultam o acesso de estudantes; estagiário que descumpram prazos; deficiência na orientação e supervisão do estudante. Para contornar tais dificuldades, informa que busca junto aos demais setores da instituição flexibilizar em alguns aspectos, como por exemplo, maior tolerância no horário de entrada para não prejudicar o estudante que está realizando o estágio.

Para a melhoria da atividade de estágio, a coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio sugere uma discussão mais ampliada sobre a importância do estágio supervisionado abrangendo os setores responsáveis. Recomenda a realização de um fórum sobre o estágio, esclarecendo papéis e responsabilidades dos envolvidos no processo:

Um trabalho em equipe mesmo, onde cada esfera, ou cada eixo, ou cada setor, juntos, a gente possa melhorar o estágio supervisionado dentro do campus. E aí, falar das limitações também. Não deixar só na coordenação de estágio, a responsabilidade total desse estágio obrigatório. Porque parece que só a gente é obrigada. Imagina, como é que eu vou conseguir? São 600 meninos, como é que eu vou conseguir estágio pra todos eles? (Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Estágio, 2013).

A Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), estabelece que o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, dependendo do projeto pedagógico do curso. Entendo que uma vez que a instituição opta pelo estágio obrigatório, deverá estar estruturada para atender o acordado no termo de compromisso, garantindo assim, o caráter educativo da atividade. Sobre essa questão buscamos suporte no Art. 7º da Lei de Estágio: “[...] zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas; e elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos”.

A atividade de estágio deve estar desvinculada da Direção de Ensino e trazer um setor específico para atender, orientar, acompanhar e encaminhar as demandas relacionadas ao estágio, bem como mapear os estudantes que se encontram aptos a realizar a vivência da prática profissional. Nesse espaço seriam realizados também, os encontros de orientação pelos docentes indicados, onde a coordenação teria oportunidade de acompanhar, garantir a frequência e dar continuidade dessa prática no decorrer da atividade de estágio. A realização de eventos de aproximação com possíveis empresas concedentes também é fundamental para dar visibilidade à instituição, apresentar os cursos técnicos oferecidos e possibilitar novas parcerias. Além do mais, vincular a atividade de estágio a uma coordenação com tantas atribuições, admite que uma ou outra área permaneça fragilizada.

3.2.4. O Coordenador Pedagógico

Segundo o Coordenador Pedagógico entrevistado, essa coordenação trabalha com todos os processos de ensino-aprendizagem. Sejam eles relacionados à evasão, acompanhamento de docentes, planejamento, análise de avaliação escolar, acompanhamento das atividades docentes, acompanhamento das atividades discentes e também a relação

família/escola. A coordenação pedagógica é responsável pela equipe de pedagogos, formada por três profissionais e pelos TAE.

O Coordenador Pedagógico relata que as maiores dificuldades na gestão da sua atividade estão relacionadas às questões burocráticas e ao trabalho com os docentes. Admite que existe resistência dos docentes em relação à aceitação do papel do pedagogo, bem como na realização do planejamento e análise das avaliações.

Essa coordenação define o estágio supervisionado como uma atividade que está prevista na matriz curricular do estudante e de acordo com o Plano de Curso, podendo ser obrigatório ou não. Acrescenta que o estágio supervisionado é quando o estudante vai realizar a prática do que ele já aprendeu teoricamente na instituição.

Percebemos nesta definição que teoria e prática estão desarticuladas, contrariando a compreensão da indissociabilidade entre esses dois aspectos do estágio supervisionado. A teoria não deve estar desvinculada da prática, nem o contrário. Sobre essa questão afirma Saviani (2005, p. 107):

Quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente, e desenvolvida for à teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria.

A coordenação pedagógica informa que a mediação entre a teoria e a prática nos cursos técnicos do IFAP/Laranjal do Jari acontece por meio de visitas técnicas, projetos integradores, projetos interdisciplinares promovidos pela instituição, por meio do estágio e atividades complementares.

Em relação à diferença de perfil entre os estudantes dos cursos técnico, o coordenador esclarece que cada modalidade tem suas características específicas e exemplifica:

Proeja é aquele aluno que está fora da faixa etária, com características próprias e muita dificuldade em permanecer na instituição, a gente tem um número de

evasão aqui excessivo; O subsequente é aquele aluno adulto que trabalha, às vezes por turno, que a gente precisa ter um olhar diferenciado; E integrado é o aluno adolescente, que está em fase de transformação, onde temos muita dificuldade com a presença dos pais na escola (Coordenador Pedagógico, 2013).

Segundo o coordenador pedagógico, a maior dificuldade encontrada pelos estudantes para realizar o estágio é encontrar empresas parceiras que queiram realmente atender a demanda e explica:

[...] a gente tem poucas empresas e as empresas que tem, elas querem atender um, dois alunos. Então numa turma de quarenta, atender só dois alunos? É... A gente tem essa dificuldade de inseri-los no mercado de trabalho e eles também tem dificuldade de encontrar empresas que sejam parceiras (Coordenador Pedagógico, 2013).

O Coordenador Pedagógico considera a atividade de estágio muito importante e acrescenta que sem essa atividade o estudante não tem como relacionar teoria e prática, nem vivenciar toda a dinâmica do trabalho técnico específico do seu curso de formação. Além disso, vai ter mais dificuldade quando for enfrentar o mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Na visão do Coordenador Pedagógico, os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos estudantes são: a) vivência da prática; b) relação entre teoria e prática; c) vivência da dinâmica de uma empresa; d) melhoria da postura, da pontualidade; e) tem a visão do mundo do trabalho;

Na opinião do Coordenador Pedagógico, todos os cursos técnicos deveriam ter o estágio obrigatório. Porém, observa que devido à realidade local, faltam espaços para atender a demanda de estudantes que precisam estagiar. Revela que muitos deles já concluíram o curso, mas não foram certificados porque não realizaram o estágio obrigatório. Diante desse panorama, acredita que a instituição precisa montar estratégias, ou ampliar as alternativas já existentes, como os “Projetos integradores”, para que na falta do estágio obrigatório, o estudante tenha uma atividade com caráter de prática, evitando assim a retenção escolar.

Como proposta de melhoria da atividade de estágio na instituição, o Coordenador Pedagógico sugere que haja mais envolvimento e compromisso de profissionais e estudantes, além da aproximação com as empresas da região no sentido de sensibilizar e firmar parcerias. Afirma que até o momento não presenciou qualquer ação para discutir ou avaliar a atividade de estágio na instituição.

A coordenação pedagógica demonstra domínio na sua área de atuação e apresenta uma visão geral e crítica sobre o desenvolvimento da atividade de estágio, quando revela a ausência de ações mais direcionadas à atividade por parte da instituição. Apesar dessa questão, percebe-se o equívoco quando se refere à atividade de estágio como prática realizada posteriormente à teoria apreendida em sala de aula, reforçando o senso comum.

3.2.5. Os Coordenadores de Cursos Técnicos

Os coordenadores dos cursos Técnico em Secretariado, em Informática e em Meio Ambiente estão vinculados aos seguintes eixos tecnológicos: Gestão e Negócios, Informação e comunicação e Meio Ambiente e Segurança, respectivamente. Desde 2013, os coordenadores de eixo tecnológico são responsáveis pelos docentes da parte técnica e da formação geral, distribuídos uniformemente entre os três eixos de forma a possibilitar maior integração entre os profissionais.

Na concepção dos profissionais entrevistados a função do coordenador de curso técnico está baseada nos relatos a seguir:

O coordenador de curso tem a função de buscar principalmente melhorias na qualidade do ensino específico do curso. Promover atividades que potencializem a capacidade desses alunos que estão dentro do eixo de curso e fomentar atividades profissionais fora do instituto, né? Fazer com que esse aluno chegue o mais próximo possível do mercado de trabalho. Na realidade o que ele irá encontrar nesse mercado de trabalho” (Coordenador de Curso 1).

[...] na verdade ele acompanha as atividades dos docentes e também dos discentes paralelamente. Ah, como alguns projetos é, vou dizer pra você: Todo desempenho do docente né? Acerca da sua atividade laboral, enfim, essa questão mais do ensino. Desenvolvimento de qualquer trâmite de projeto dentro da instituição que envolva esses docentes vinculados à área de secretariado (Coordenador de Curso 2).

Bom, como o próprio nome já auto explica, ele faz a coordenação do curso é, tanto subseqüente como no integrado, verificando quais são as matrizes curricular... Como é que se dá a matriz curricular do curso, quais as ementas de cada disciplina, qual a vertente, qual o foco que o curso vai tomar diante do mercado de trabalho. Conforme a necessidade do mercado de trabalho, a gente acaba adaptando ao curso para atender essas necessidades (Coordenador de Curso 3).

Os coordenadores de cursos técnicos relataram que as maiores dificuldades na gestão do trabalho que realizam são os procedimentos burocráticos administrativos e trâmites internos, que por falta de definição limitam a autonomia. Outro ponto bastante citado são as relações interpessoais, como entrave no desenvolvimento de algumas das atividades.

Em relação ao conceito de estágio supervisionado, os coordenadores expressam as seguintes opiniões:

O estágio supervisionado é uma forma do aluno experimentar o mundo do trabalho. Poder sentir o que ele irá realmente trabalhar quando ele estiver formado, finalizado seu curso. A gente espera que esse momento seja atendido em toda sua plenitude, com relação aquilo que o curso realmente trabalha. Ou seja, esperamos que não seja desviada a função a qual esse aluno se formou (Coordenador 1).

Bom, o estágio supervisionado ele é na verdade uma prática, né? O estágio supervisionado ele é a prática do aluno acompanhado de um orientador, de um professor. Então o estágio supervisionado ele existe justamente para complementar a teoria. Então tudo que foi lecionado, tudo que foi colocado em sala de aula, agora na vida real, agora você profissional, só que aprendiz, né? Só que estagiário (Coordenador 2).

No meu entendimento, embora muito leigo nesse assunto. Mas estágio supervisionado creio que é, aquilo que no final, tenha um relatório do professor-orientador. Não somente no final, mas ele fique ali em paralelo se comunicando com o aluno, durante o estágio né? E o aluno vai relatando, talvez através de um relatório semanal, mostrando pro seu professor-orientador, que deve ser um professor graduado pra ele. E o professor vai orientando de que maneira ele vai, ele tem que se comportar, ele tem que desenvolver as tarefas lá na empresa que ele está estagiando (Coordenador 3).

Pelo fato do estágio supervisionado não ser uma atividade obrigatória para todos os cursos oferecidos no IFAP/Laranjal do Jari, percebe-se por meio dos depoimentos que a compreensão dos coordenadores é diferenciada em relação ao conceito. Alguns

conseguem perceber a dimensão da atividade prática dentro do contexto do curso, outros apresentam uma leitura equivocada da prática profissional.

Não houve concordância de todos os coordenadores com relação ao grau de importância atribuído ao estágio supervisionado. Dois deles consideraram muito importante e justificam:

Muito importante né? Porque ele vai estar naquele momento ganhando certo nível de experiência. Quando ele chegar numa empresa com esse estágio supervisionado em seu currículo, com certeza a empresa vai olhar ele com um diferencial. Porque o estágio ele outorga isso para o aluno. E com certeza, o grau que eu dou é muito importante (Coordenador 1).

Muito importante, justamente porque através desse estágio supervisionado ele vai desenvolver as habilidades inerentes àquela profissão. Bom, eu sei como é que eu faço o agendamento de uma reunião. Eu sei como é que eu faço pra agendar uma hospedagem em São Paulo, no Rio de Janeiro. E os alunos, sabem? Na prática, já fizeram? Então, desenvolver essas habilidades (Coordenador 2).

O terceiro coordenador apresenta uma opinião diferente sobre a importância do estágio supervisionado e argumenta: “Eu acho que depende da área. Por exemplo, no caso de informática, tem várias situações em que o desenvolvimento de uma ferramenta pode servir como trabalho de conclusão de um curso dispensando a realização do estágio”.

Diante desse argumento podemos deduzir que a opinião do coordenador está baseada na característica do curso de informática do IFAP/Laranjal do Jari, onde a prática profissional é realizada através de projetos integradores e o estágio tem caráter não obrigatório no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

Em relação ao papel da coordenação de curso no desenvolvimento da atividade de estágio, dois coordenadores responderam que o papel da coordenação seria indicar orientadores que estivessem dentro do perfil para fazer o acompanhamento do estudante na instituição e na empresa, além de orientar sobre as atividades que os mesmos precisam desenvolver durante a atividade prática. O coordenador de número três optou por não responder alegando que o estágio não tem caráter obrigatório no curso que coordena.

Para os coordenadores os principais benefícios adquiridos a partir do estágio supervisionado são os seguintes:

- a) aquisição de experiência na área de estudo;
- b) maior habilidade nos relacionamentos interpessoais (as empresas buscam profissionais que saibam trabalhar em grupo e gerenciar conflitos);
- c) aumento do networking (relações profissionais).

Segundo a percepção dos coordenadores, as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes para ingressarem no mercado de trabalho são:

- a) questões financeiras;
- b) já estar inserido no mercado de trabalho;
- c) ter filhos pequenos;
- d) burocracia na regulamentação do estágio;
- e) falta de convênios com empresas.

Para contornar as dificuldades apresentadas pelos estudantes os coordenadores relatam que fazem o papel de orientação, no sentido de sensibilizar, convencer e motivar, buscando evitar a evasão e retenção escolar diante das dificuldades que eles apresentam. Os relatos ilustram essas ações:

Bom, geralmente a gente orienta o aluno a esperar o melhor momento possível, para poder executar o seu estágio. Porque a empresa que concede, ela acaba não querendo saber dessas questões, ela quer que cumpra a sua carga horária, né? E o aluno também ficar faltando no âmbito do estágio não vai ser positivo pra ele. Então ele tem que cumprir de uma forma homogênea o estágio dele. Então a gente orienta, que quando ele estiver num momento mais tranquilo. Porque se isso é um problema que está de repente deixando ele fora desse momento. A gente orienta que ele resolva o problema e volte num momento mais oportuno e conclua o seu estágio. Que ele faça com qualidade (Coordenador de Curso 1)

Nós orientamos esses alunos, principalmente estes que tem esses problemas. Vou falar mais de perto assim, do pessoal do integrado, os alunos do integrado que são esses meninos que ficam com essa dificuldade devido à quantidade de componentes que se estuda naquele momento. A nossa orientação é uma conversa né? Pra que de fato como eles ainda têm a possibilidade de fazer esse estágio, inclusive posteriormente aos estudos pra que nesse momento não abracem a causa. A não ser que haja é, que não haja essas dificuldades né? Já no subsequente é um pouco mais difícil ter essa conversa de deixar o estágio. Porque muitos deles, já não acham que devem fazer. Então aqui, eu já faço o papel contrário. Vocês façam o possível, o necessário, pra realizar essa prática. Porque é algo obrigatório dentro do estudo de vocês, está em regulamento e tudo da nossa instituição. Sem esse estágio não há como formar, como obter diplomas (Coordenador de Curso 2).

Conforme relatado em um dos depoimentos, os estudantes da forma subsequente apresentam muita resistência em realizar o estágio supervisionado. Embora a orientação sobre a obrigatoriedade do componente seja repassada no início do curso, a falta de disponibilidade faz com que muitos deles fiquem sem a certificação por não realizar a prática profissional obrigatória.

Os coordenadores de curso técnico apresentaram os seguintes pontos para a melhoria das atividades relacionadas ao estágio supervisionado:

- a) divulgar o nome dos alunos que estão estagiando para incentivar outros a buscar estágio;
- b) realizar reuniões regulares com as empresas concedentes no âmbito do IFAP/Laranjal do Jari para que todos saibam quem são os parceiros da instituição;
- c) conceder auxílio transporte para os estagiários;
- d) melhorar a comunicação entre os setores envolvidos no estágio supervisionado;
- e) apresentar as atribuições da coordenação de estágio aos demais servidores institucionais para nivelar o conhecimento.

Com base na análise dos depoimentos apresentados pelas categorias profissionais entrevistadas, fica evidente que as ações relacionadas ao estágio supervisionado não estão claras para todos os atores, o que nos faz refletir segundo a concepção de Amantéa (2004) quando diz:

[...] espera-se que o professor, atuante no estágio curricular, busque o desenvolvimento não somente de competências e habilidades instrumentais da profissão, mas a provocação pela promoção da sensibilização para a coerência entre a teoria e a prática na trilogia ação-reflexão-ação, levando o estagiário à construção de conhecimentos e valores em articulação com a realidade e com a equipe de trabalho (AMANTÉA, 2004, p.108).

A deficiência de informação e comunicação institucionais, aliada às dificuldades nas relações interpessoais tem limitado às ações no desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado. Entendemos também que é atribuição das coordenações acompanhar e garantir as atividades práticas no decorrer da formação dos estudantes, independente da obrigatoriedade do estágio nos cursos. Além do mais, precisam estar providas de informações estratégicas relativas à instituição como um todo, e na falta destas, devem buscá-las junto aos setores competentes para transmiti-las quando necessário.

Acreditamos que a instituição, por meio das coordenações de curso, precisa reavaliar se a atividade de estágio enquanto complementação da formação de sala de aula está garantindo a articulação da relação entre teoria e prática indispensáveis na aprendizagem e formação dos futuros técnicos. Do mesmo modo, ponderar a possibilidade de adotar estratégias que se equiparem ao estágio obrigatório, mormente para os cursos subsequentes, amenizando o problema da retenção escolar já detectado nessa forma de ensino.

3.2.6. Os Orientadores de Estágio

Foram identificados três docentes que atuam como orientadores de estágio nos cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado, porém nesta pesquisa realizamos entrevistas com apenas dois deles. Para esses docentes, a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento de suas respectivas atividades é a deficiência de internet no município como um todo. Essa situação é expressa em um dos depoimentos:

Eu acho que aqui no Instituto Federal do Amapá, o maior gargalo que nós encontramos é a internet. Eu acho que é um mecanismo utilizado mundialmente hoje pra troca de informações, para atualização de conhecimento e atualmente a gente vem tendo essa dificuldade, essa limitação pra encontrar informações que são indispensáveis pra socializar com os alunos dos cursos, né? (Orientador de estágio 1).

Sobre o conceito de estágio supervisionado um deles respondeu:

Na minha concepção o estágio, ele pode ser definido tanto pelas resoluções internas, quanto pela Lei 11.788/2008, que é Lei que trata do Estágio, ele nada mais é do que um ato educacional supervisionado realizado no ambiente de trabalho que desenvolve ou desempenha para aquele aluno que está em fase regular de ensino, é demonstrar um pouco mais do que é que ele vai encontrar quando ele concluir o seu curso (Orientador de estágio 1)

Um ponto bastante positivo na visão dos orientadores é a concepção do estágio como ato educacional, considerando-se a finalidade da atividade prática na construção da identidade profissional do estudante. Ressaltam também a importância do acompanhamento do estudante durante esse processo, para garantir que a atividade seja inerente ao curso realizado, por meio da atuação do orientador e supervisor. Enfatizam que nessa vivência, o estudante vai se deparar com a realidade prática e confirmar se tem aptidão para aquela profissão ou não. Dessa forma, a atividade contribui para a maturidade e preparação profissional possibilitando a futura inserção no mundo do trabalho.

Neste sentido, Werneck *et alli* (2010) sustentam que o objetivo basilar do estágio é estabelecer a capacidade de autonomia profissional e política do estudante, pois,

Naquele ambiente, a interação academia-mundo do trabalho torna-se real para o aluno. Sendo um local privilegiado de aprendizagem as vivências concretas com condições físicas e materiais para se trabalhar e produzir são ressignificadas, os conflitos, disputas e as diversas hierarquias são problematizadas em um cenário de pressão constante das pessoas na busca de solução para seus problemas (WERNECK *et alli*, 2010, p. 226).

Segundo o orientador do Curso Técnico em Meio Ambiente, a mediação entre teoria e prática no IFAP/Laranjal do Jari se dá por meio da aplicação de atividades práticas (em torno de 80 a 90%), dentro dos laboratórios de química, física, meio ambiente e

informática. Além disso, existe uma área de biodiversidade muito grande nas redondezas do campus, que também é utilizado para a prática dos estudantes.

O orientador de estágio do Curso Técnico em Secretariado, partilha da mesma opinião com relação à utilização da prática no decorrer do curso e estima que a teoria aplicada gira em torno de 40%; Os outros 60% é parte prática, onde o estudante vai desenvolver a teoria adquirida em sala de aula e comenta:

Na hora que o aluno vai pra prática, que ele vai ver que cada empresa é uma realidade. No comércio, é uma realidade; Numa indústria, é outra realidade; Um Então naquele momento que ele vai ver: Ah, aquilo que eu aprendi, eu posso aplicar aqui. Aquilo, aqui. Então naquele momento, ele vai ter que primeiro: Vivenciar aquilo, ver como que ele vai aplicar e de que forma que ele vai aplicar. E eu sempre falo pra eles: É “*sui generis*”. Ah, nem tudo está no livro. Muitas situações vão estar naquela vivência ali (Orientador de estágio 2).

Com relação à carga horária destinada à atividade de estágio, as opiniões foram contraditórias, conforme os depoimentos que seguem:

Bem, na verdade não existe uma carga horária específica. Por exemplo: Se eu tiver uma carga horária de 18 horas de aula, eu vou ter quatro horas pro estágio [...] A gente não trabalha dessa forma. É uma carga horária acrescida, mas não computada dentro das suas atividades. Ela fica naquela carga horária das 40 horas semanais, certo? (Orientador de estágio 1).

Dentro aqui da instituição aqui nós temos já a divisão desta carga horária, onde nós temos 50% para atividades em sala de aula, os outros 50% nós temos questão de preparação de aulas, questão de pesquisa, extensão, que entraria no estágio [...]” (Orientador de estágio 2).

Conforme repassado pela Coordenação Pedagógica, todos os docentes do IFAP/Laranjal do Jari trabalham em regime de dedicação exclusiva, ou seja, devem cumprir 40 horas semanais. Portanto as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão (incluindo o estágio) devem estar distribuídas nessa carga horária.

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes para conseguir vaga de estágio não diferem dos relatos anteriores e podem ser expressas pelo depoimento seguinte:

Na verdade são locais para realizar o estágio. Hoje o instituto, associado ao eixo de ambiente e saúde, nós temos de convênio firmado mesmo, apenas com a

empresa de extensão rural do Estado, que é o RURAP. Com exceção do RURAP, nós já mantivemos contato com o IEF, que é o Instituto Estadual de Florestas; a Secretaria de Meio Ambiente Estadual, a SEMA, Secretaria de Meio Ambiente Municipal, a SEMATUR e a Fundação Jari. Sendo que destes quatro, o que está tendo como empecilho é justamente o pagamento da apólice de seguro. Esse é o ponto chave para a realização do convênio e conseqüentemente do estágio (Orientador de estágio 1).

O orientador do Curso Técnico em Secretariado acrescenta que depois que conseguem estágio, as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes, mais frequentemente da forma integrado, estão relacionadas aos seguintes comportamentos: a) não conseguem cumprir o horário; b) não gostam de receber ordens; c) não assumem responsabilidades inerentes a atividade. Daí se infere que a falta de maturidade dos estudantes, já referida em vários depoimentos, pode estar influenciando esses comportamentos.

A sugestão apresentada por um dos orientadores para minimizar a deficiência de vagas de estágio é ampliar as oportunidades através de atividades de pesquisa e extensão, conforme o relato seguinte: “[...] já visando esse tipo de dificuldade a instituição incluiu um artigo na sua resolução interna em que, o estágio supervisionado pode ser abatido em 50%, quando o estudante desenvolve pesquisa ou extensão”.

Com relação à falta de maturidade, os coordenadores argumentam que conversam com os estudantes e orientam com relação à postura profissional, porque percebem que falta acompanhamento familiar, tanto em casa, quanto na escola e aconselham:

Gente, hoje não temos mais o projeto Jari celulose, o projeto CADAM. Acabou. Hoje o Vale do Jari, está inserido no mercado internacional. Hoje o que o projeto Jari Celulose fez... o cara dá casa, dá carro, dá isso... Ninguém dá mais nada. Hoje eles querem profissional, vão buscar no Brasil todo. Vocês já estão aqui... Então hoje, não tem mais aquele paternalismo. Hoje o mercado é competitivo (Orientador de estágio 2).

Um dos orientadores entrevistados trouxe uma informação preocupante sobre o perfil das empresas locais e o tratamento dispensado aos estagiários:

Hoje o que eu fico vendo é que essas empresas entendem o estagiário como uma mão de obra. Não é. O estagiário está ali pra aprender. Tem uma carga horária X,

que é determinada por lei né? E eu estou vendo ai, que eles estão ainda né? Se inteirando do que é o estagiário. Eu vejo assim que muitas empresas não sabem qual o papel do estagiário. E não vê assim, a importância deles né? Então, esse modo de se dizer: A abertura do órgão, ou abertura da empresa, para atuação dessas, desses alunos junto à sua empresa. E o que eles podem trazer de novos conhecimentos (Orientador de estágio 2).

Essa afirmação fere os princípios da Lei 11.788/2008 e nesse caso, a empresa concedente pode responder por descumprir o determinado com relação à contratação de estagiários.

Com base na Lei de estágio, lembramos que o estágio não caracteriza vínculo de emprego, desde que observados os requisitos legais para sua concessão e manutenção, não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários. Convém registrar que o estágio não se destina a suprir mão de obra necessária e permanente da parte concedente, nem a substituir empregados afastados, por qualquer razão, de suas atividades (IEL, 2010).

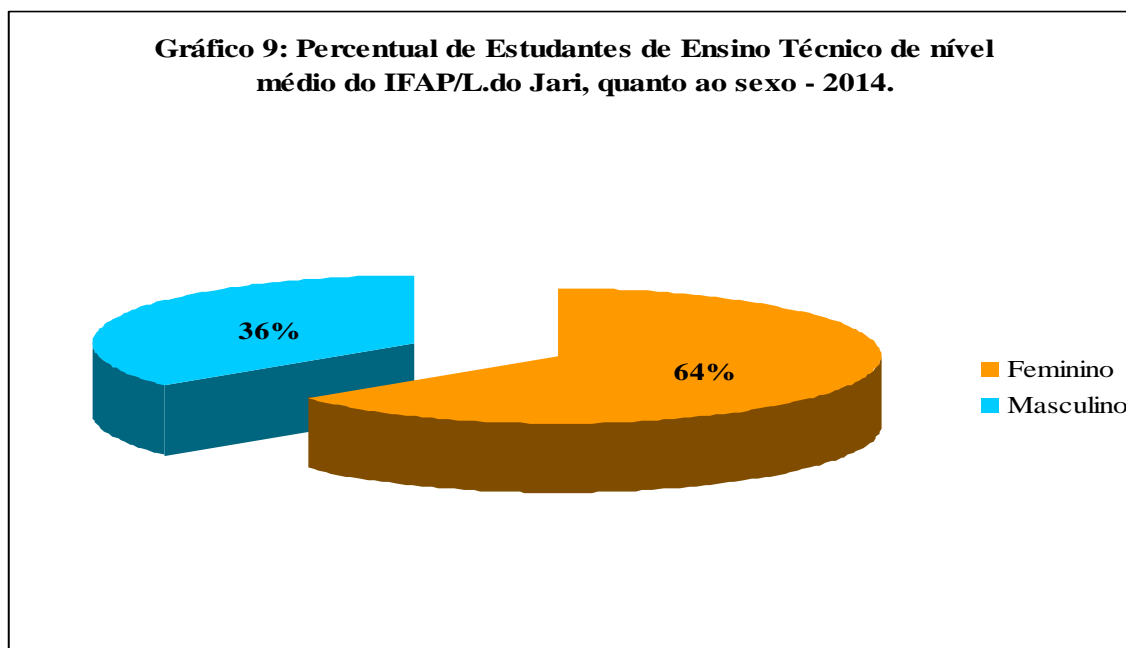
Os orientadores concordam que precisam ser implementadas melhorias para o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado na instituição. Como sugestão apresentam as seguintes propostas:

O primeiro ponto seria conseguir abarcar um número maior de empresas. A partir do momento, que eu consigo diversificar essas empresas que podem receber os alunos, essa situação vai ficando melhor. E o outro ponto também que a gente pode comentar é que, incluir os alunos pra realizar estágio dentro da própria instituição. Eu acho que isso é uma alternativa viável para as condições que nós encontramos hoje. Se nós temos dificuldades ou algumas limitações, nós poderíamos verificar em alguns setores, por exemplo: Nos laboratórios. Utilizar o aluno como um estagiário das atividades que o professor desenvolve nos laboratórios para conseguir fechar sua carga horária de estágio obrigatório (Orientador de estágio 1).

[...] Fazer laboratórios simulados né? Núcleos de prática. Desenvolver dentro dos cursos laboratórios que seriam inerentes a cada profissão. Por exemplo, secretariado poder montar uma pequena laboratório de atividades secretariais, quando o aluno for aprender a mexer com uma ata, a mexer com livro caixa, a mexer com agenda, saber trabalhar isso daí. O aluno técnico em meio ambiente, criar um laboratório né? Onde ele possa desenvolver as atividades dele inerentes à profissão. Saber fazer, um documento de origem florestal, um documento de origem animal, se enveredar a fazer um plano de manejo né? (Orientador de estágio 2).

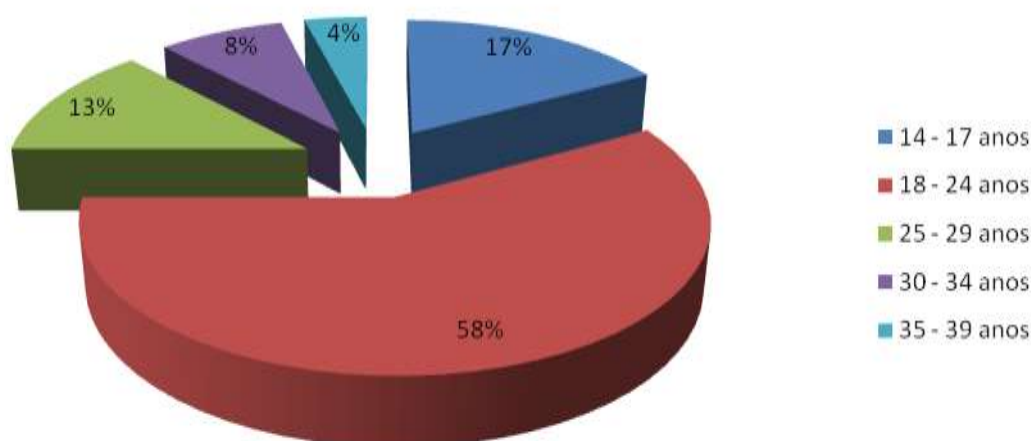
3.3. EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Para levantar dados sobre as expectativas dos estudantes com relação ao estágio supervisionado, foi aplicado um questionário com questões fechadas e abertas em forma de formulário do *Google Drive*. Considerando o total de estudantes dos cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari, temos um universo de 210 estudantes, onde obtivemos respostas ao questionário de 62 estudantes, o que corresponde a uma amostra de cerca de 30% do universo investigado. Para alcançar esse quantitativo de respostas, houve a necessidade de aplicação do questionário impresso, buscando amenizar as dificuldades de acesso à internet no Campus e garantir um número maior de retornos por parte dos mesmos. Durante os diversos contatos estabelecidos com os estudantes, visando à participação na pesquisa, notou-se que muitos se negaram a participar sem, contudo, apresentar uma explicação que justificasse a negativa, fazendo-nos inferir que provavelmente lhes falte à consciência sobre a relevância da pesquisa científica na produção do conhecimento.



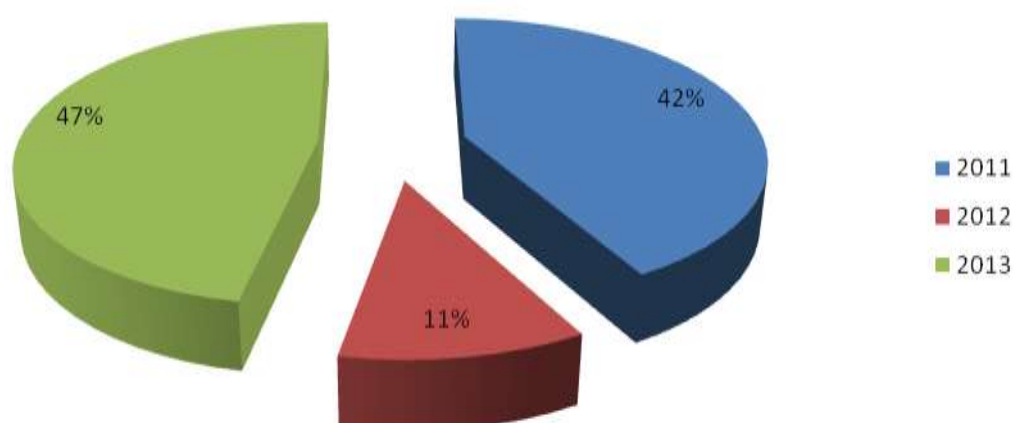
Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 10: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a faixa etária - 2014



Fonte: Dados coletados pela autora

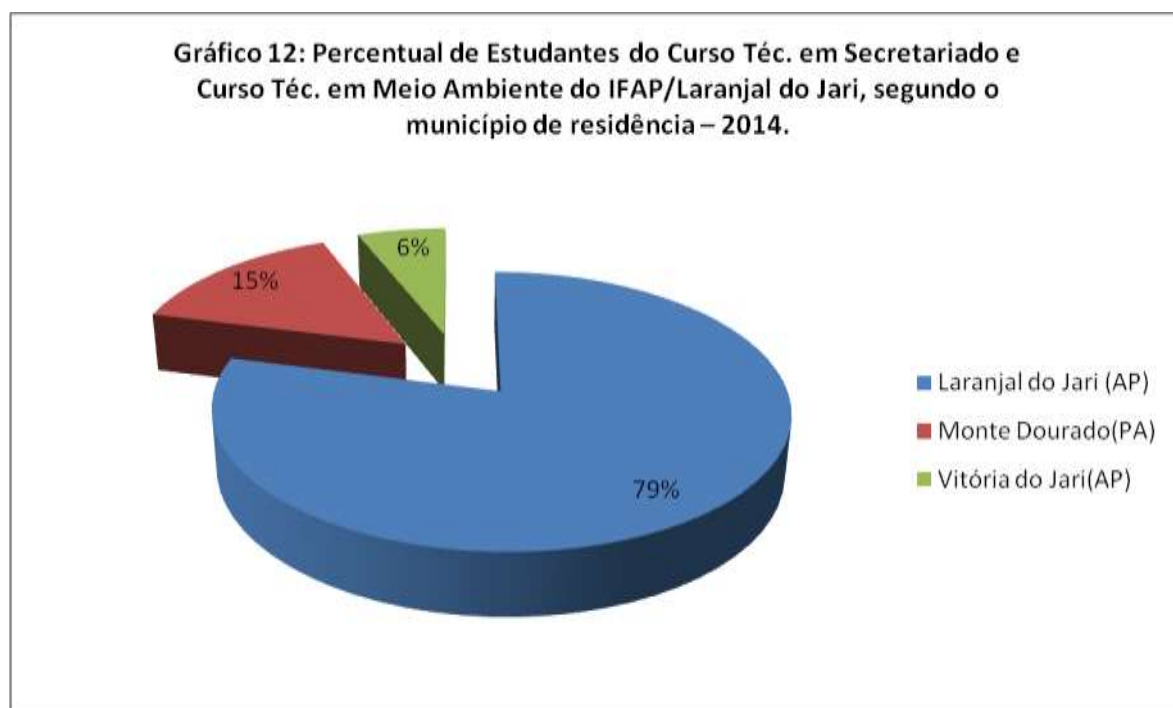
Gráfico 11: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o ano de ingresso - 2014.



Fonte: Dados coletados pela autora

Por meio da análise dos gráficos verificamos que o maior percentual de estudantes é do sexo feminino, onde podemos inferir pela característica da região, que as pessoas do sexo masculino entram precocemente para o mercado de trabalho e abandonam os estudos, retornando posteriormente na modalidade de EJA.

A faixa etária predominante é de 18 a 24 anos, concentrando os estudantes das primeiras turmas da forma integrado ingressantes em 2011 e que estão finalizando seus cursos, além de uma parcela de jovens que ingressaram nos cursos subsequentes a partir de 2013. As faixas etárias mais altas têm como público, profissionais que já atuam em áreas relacionadas ao curso de formação em busca de certificação, ou outros trabalhadores em busca de qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.



Fonte: Dados coletados pela autora

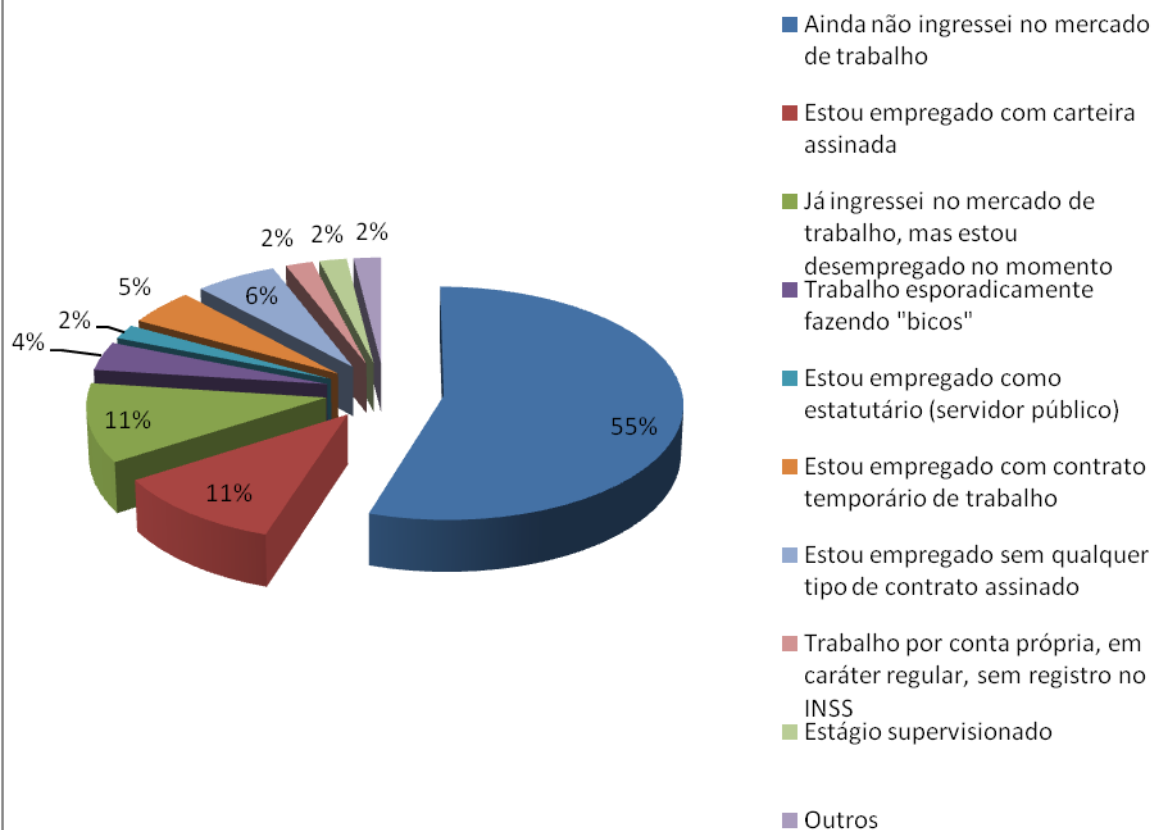
Embora o IFAP/Laranjal do Jari tenha sido implantado para atender a demanda da comunidade do Vale do Jari, distribuída nos municípios de Almeirim, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, a maior concentração de estudantes está em Laranjal do Jari. Este fato é

justificado pela localização geográfica do campus, distante do centro comercial, aliada a falta de estrutura local com relação ao transporte coletivo. Os meios de transporte mais utilizados para acesso ao IFAP/Laranjal do Jari, são os táxis (em regime de lotação) e mototáxi, inacessível para a maioria dos estudantes. Com base em pesquisa realizada em 2014, pelo Núcleo de Estudos de Evasão Escolar, existente no campus, a localização do instituto e a falta de transporte foram os fatores apontados pelos estudantes egressos como responsáveis pela evasão escolar.



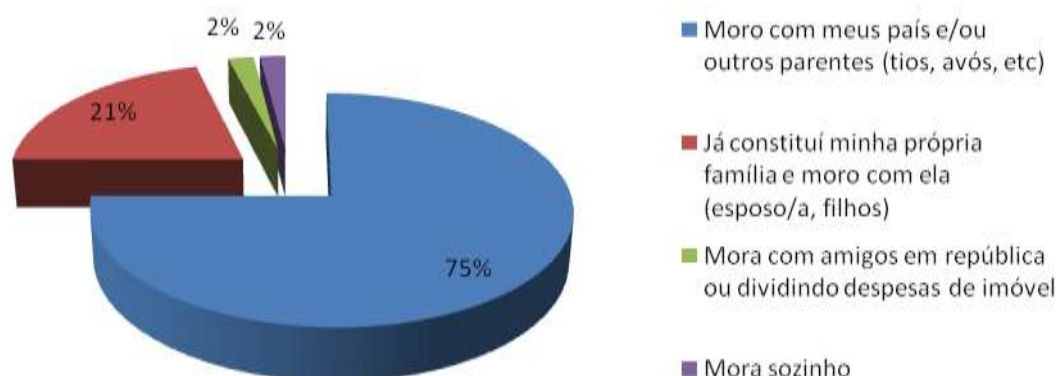
Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 14: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a situação profissional – 2014.



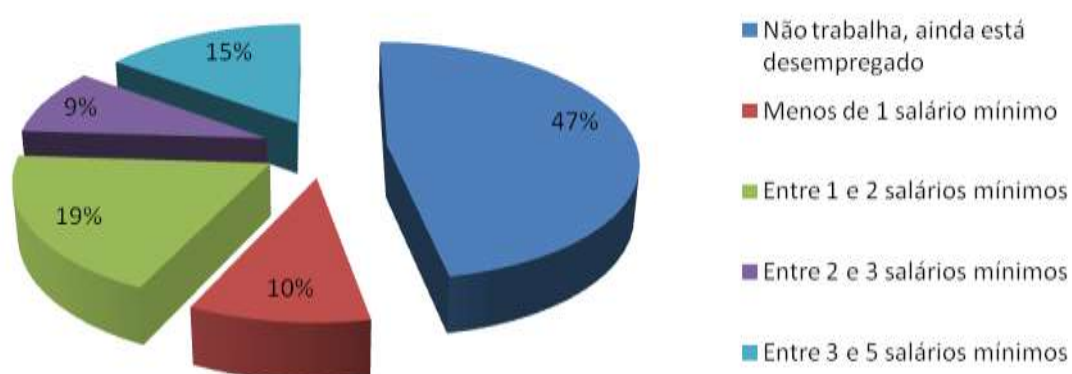
Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 15: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a condição domiciliar – 2014

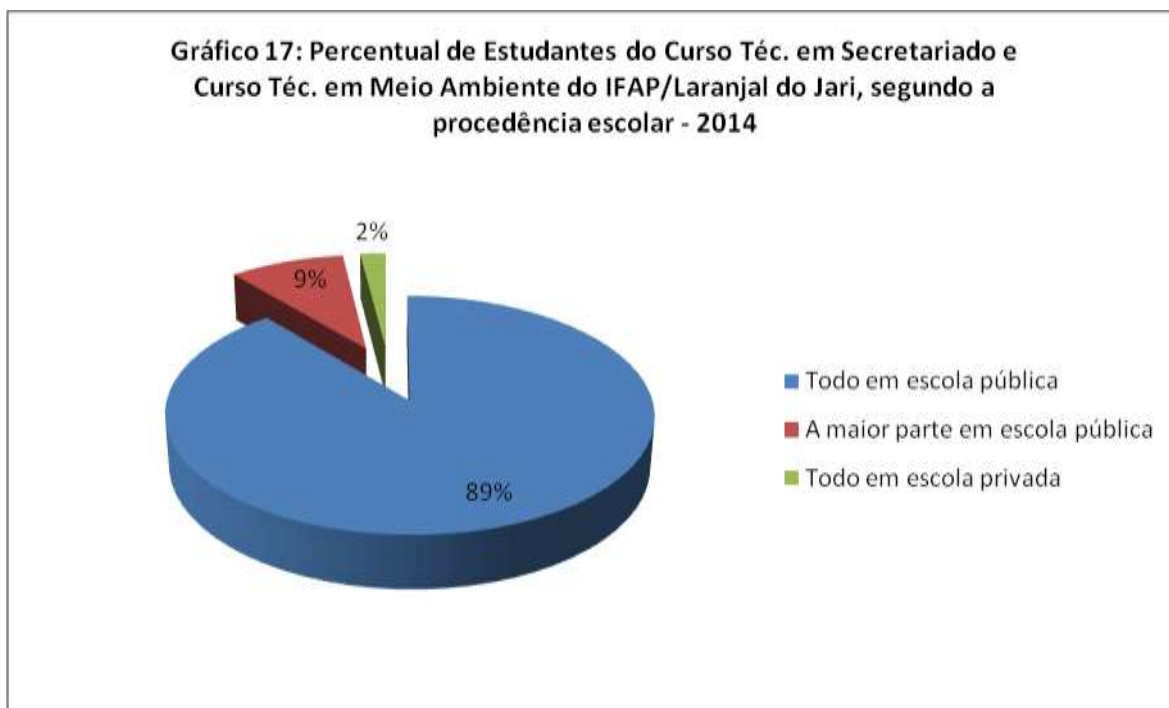


Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 16: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo a faixa de renda mensal – 2014



Fonte: Dados coletados pela autora



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Com base nos dados apresentados, vimos que o maior percentual de estudantes é solteiro, ainda não ingressaram no mercado de trabalho e residem com os pais. Esses dados nos levam a inferir que esse público é composto por adolescentes, na idade regular de estudos, que na condição única de estudantes, ainda permanecem na dependência familiar, conforme demonstrado nos Gráficos 13, 14, 15, 16 e 17. Outro fator importante é que a maior incidência de desemprego recai sobre a população mais jovem, visto que estes não contam com o requisito da experiência prévia e se lançam no mercado com baixa escolaridade e qualificação, aumentando as estatísticas de desempregados e ou subempregados.

Quando perguntados sobre a decisão de fazer um curso técnico no IFAP/Laranjal do Jari, duas questões se destacaram na opinião dos estudantes: um grupo informa que a decisão foi baseada principalmente no prestígio da instituição, gratuidade e qualidade do ensino, podendo fazer a diferença no futuro deles; outros enfatizaram a urgência em realizar um curso técnico para progressão funcional, ou seja, facilitar o ingresso no mercado de trabalho.

Esta constatação se confirma quando lançamos a questão sobre os planos para o futuro, onde parte dos estudantes sinaliza o desejo de prosseguir nos estudos por meio do ingresso em universidades, preferencialmente públicas e também no serviço público, conforme depoimentos:

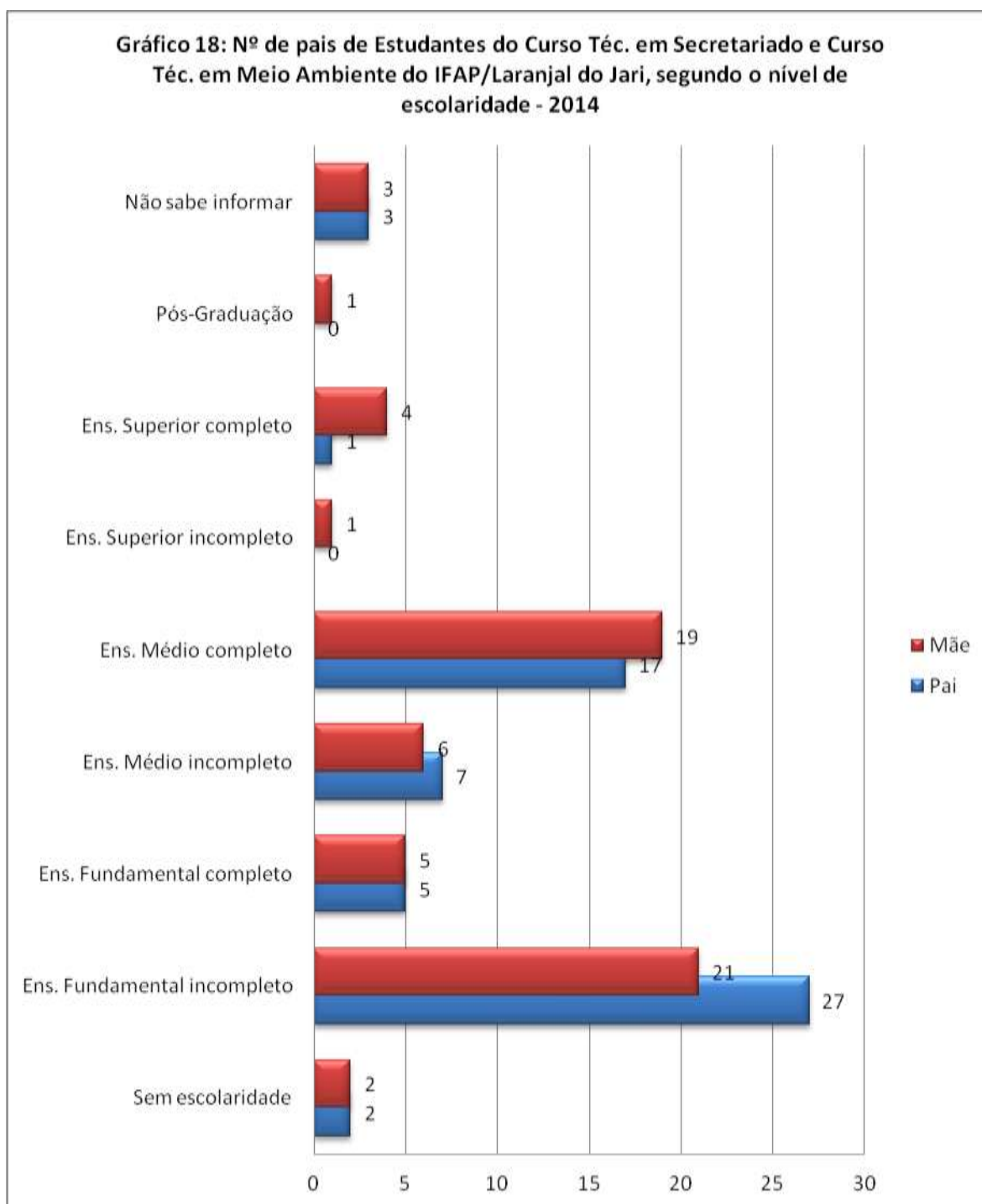
Meus planos são de conseguir passar no vestibular para cursar medicina veterinária em uma universidade federal e tentar novas chances de adentrar e servir ao exército brasileiro na minha profissão (Discente 8);

Além de tentar passar em concurso público, é fazer o nível superior (Discente 19).

Outros estudantes esperam se colocar no mercado de trabalho para ter melhores condições de vida. Os depoimentos a seguir ilustram essas afirmações:

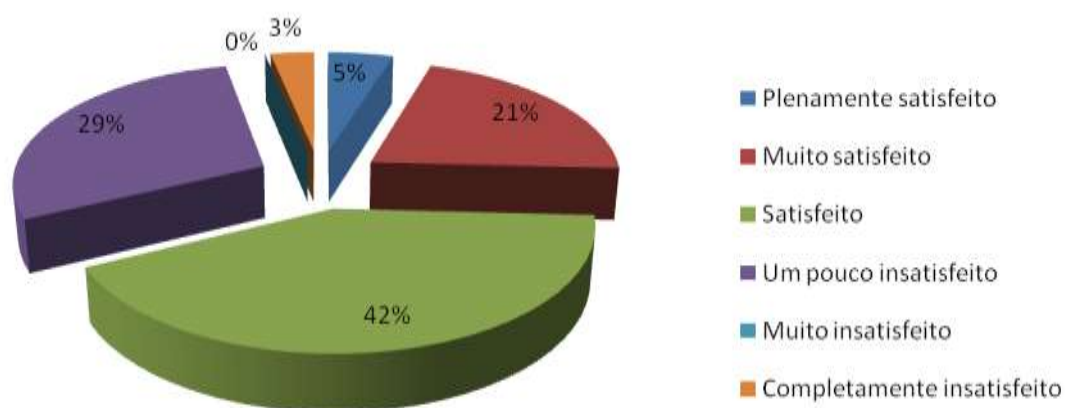
Porque eu concluiria o nível médio e técnico em uma única instituição, que me oferece mais chances de entrar para o mercado de trabalho mais preparada (Discente 3);

Para que no futuro eu possa estar mais qualificado para o mercado de trabalho, assim dando um futuro melhor para minha família (discente 11).



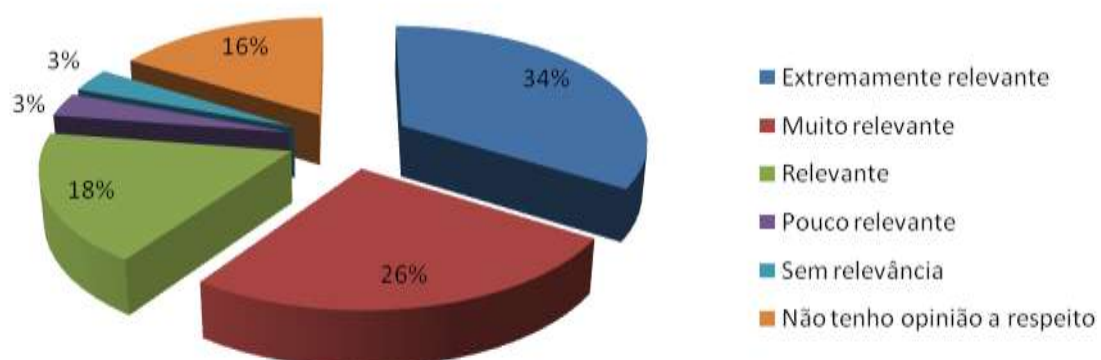
Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 19: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o grau de satisfação com o curso frequentado - 2014



Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 20: Percentual de Estudantes do Curso Téc. em Secretariado e Curso Téc. em Meio Ambiente do IFAP/Laranjal do Jari, segundo o grau de relevância atribuído ao estágio supervisionado na sua formação - 2014



Fonte: Dados coletados pela autora

Na análise do Gráfico 19, vimos que a maioria dos estudantes (68%) está satisfeita com o curso realizado. Os 32% restantes, declaram níveis de insatisfação com o curso frequentado. A maioria das queixas concentrou-se na deficiência de internet no campus, na falta de oportunidades de estágio, na carência de informações pela instituição e frustração com o curso frequentado.

Sobre o grau de relevância atribuído ao estágio supervisionado, 21% dos estudantes considera extremamente relevante, outros 12% o consideram muito relevante. Apesar da opinião positiva da maioria, verifica-se que 16% informaram não ter opinião à respeito, o que traduz-se em desconhecimento da atividade prática. Percebe-se por meio dos depoimentos que ao descrever a atividade de estágio, os estudantes não conseguem fazer a articulação entre teoria e prática, denunciando a fragmentação do conhecimento, conforme os relatos a seguir:

É onde podemos desenvolver atividades relacionadas ao curso na prática, ou seja, colocar tudo o que aprendeu na teoria na prática, tudo isso com a supervisão de um especialista da área (Discente 19);

É o estágio em que vou colocar meus conhecimentos em prática, além de aprender com os profissionais ali existentes, sendo supervisionado por um professor de minha escolha, este estará me observando e no final relatará se estou apto ou não (Discente 33);

Não sei informar, mas me disseram que sem estágio não consigo diploma/certificado, e isso muito me preocupa, pois trabalho e não tenho como fazê-lo (Discente 42);

Estágio cujo objetivo é mostrar serviço e aplicar tudo que foi estudado (Discente 16).

Com base nos depoimentos apresentados verificamos que, de forma geral, a escolha do curso técnico no IFAP/Laranjal do Jari, está relacionada à confiança que os estudantes depositam na instituição de ensino, bem como nas oportunidades decorrentes da certificação por uma instituição diferenciada. Assim, as expectativas dos alunos estão relacionadas principalmente à conclusão do curso técnico e posterior ingresso em instituições de ensino superior e repartições públicas. Além de almejarem ocupar posições privilegiadas nas empresas da região a partir da certificação, visando à satisfação de necessidades pessoais e profissionais.

3.4. FATORES QUE INTERFEREM NA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ESTUDANTES DO IFAP/LARANJAL DO JARI

A prática de estágio supervisionado como parte integrante da formação dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari é uma das formas mais eficazes de preparação para o mundo do trabalho. Por meio dessa vivência, o estudante tem a possibilidade de interagir em situações reais da sua futura profissão, fazer a mediação entre o saber acadêmico e a aplicação prática deste, pois: “o estágio tem por finalidade colocar o aluno em contato direto com a atividade real da profissão em formação, para oportunizar-lhe a aquisição ou análise de uma experiência profissional” (PORTELA; SCHUMACHER, 2007, p. 36).

Por meio dos dados coletados, verificamos que alguns fatores têm interferido na experiência de estágio dos estudantes do IFAP/Laranjal do Jari. Essas situações são demonstradas pelos Gráficos a seguir:



nte: Dados coletados pela autora

Fo

Com base no Gráfico 21, o maior percentual de estudante, correspondente a 51%, declara que teve dificuldade para conseguir vaga de estágio; 34% revelam que não tiveram dificuldade e os demais 15% responderam que tiveram dificuldade em parte e justificam:

[...] a instituição ainda não conseguiu firmar parcerias com empresas, por isso estagiei na própria instituição (Discente 44).

Pelo fato das oportunidades serem poucas, porém elas existem (Discente 53).

Devido ao meu trabalho que tem uma carga horária muito extensa e não tenho tempo para estágio durante o curso (Discente 22).

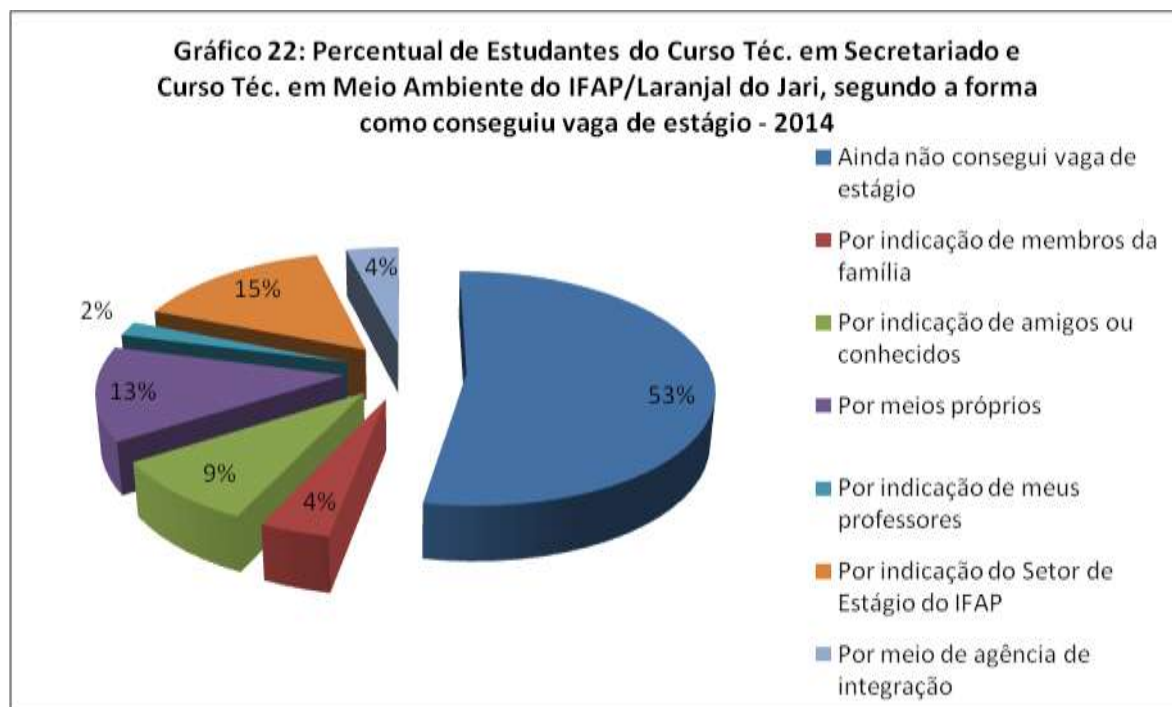
Falta associar o tempo do trabalho com o estágio (Discente 49).

Verificamos a partir dos depoimentos que um dos motivos que dificultam o acesso aos campos de estágio, é o fato de o aluno estar inserido numa atividade profissional, não dispondo de tempo para dedicar ao estágio supervisionado. Uma estratégia adotada pela instituição para não prejudicar o aluno que trabalha, é realizar o aproveitamento de estágio, desde que a atividade esteja relacionada ao curso que realiza. Nesse caso, o mesmo é dispensado da atividade obrigatória mediante declaração emitida pela empresa onde trabalha.

Outra questão recorrente na resposta dos estudantes é associar a dificuldade em conseguir vagas de estágio com a falta de convênios pelo não pagamento do seguro obrigatório. Segundo a coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio essa informação não procede, o que ocorre é que o número de empresas é insuficiente para atender a demanda de estudantes, por isso foi implantado o Programa Institucional de Estágio visando oportunizar aos alunos que ainda não realizaram estágio concluir a integralização curricular.

Durante a realização do grupo focal identificamos uma questão interessante e contraditória. Os estudantes entrevistados verbalizaram não ter encontrado dificuldade em conseguir vaga de estágio e muitos afirmaram já ter realizado mais de uma atividade profissional. Entendemos que o que eles acreditavam ser estágio, pode ser traduzido como trabalho precário, uma vez que as empresas contratantes não têm convênio com a instituição de ensino. Ou seja, não houve orientação ou supervisão das atividades, as tarefas realizadas

não tinham relação com a área do curso, assumiram responsabilidades de um funcionário da empresa.



Fonte: Dados coletados pela autora

O Gráfico 22 demonstra que mais da metade dos estudantes entrevistados (53%), ainda não conseguiu vaga de estágio. Confirmando dentre outras possibilidades, a pouca oferta já relatada. Os demais estudantes conseguiram vagas por meios diversos.

Uma preocupação que existe nos estágios “arranjados” é que, na ânsia de cumprir um componente obrigatório para a sua certificação, o estudante possa realizar atividades incompatíveis com a sua área de formação ou até mesmo substituir um colaborador da empresa, descaracterizando o perfil pedagógico da atividade e descumprindo o que determina a Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008):

O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Caso o estudante consiga o estágio por conta própria, precisa comunicar a Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio para verificar se a empresa concedente mantém convênio com a instituição de ensino. Se não houver termo de convênio assinado, o IFAP/Laranjal do Jari, por meio da coordenação, avalia a viabilidade de convênio para que o estágio do estudante seja validado.

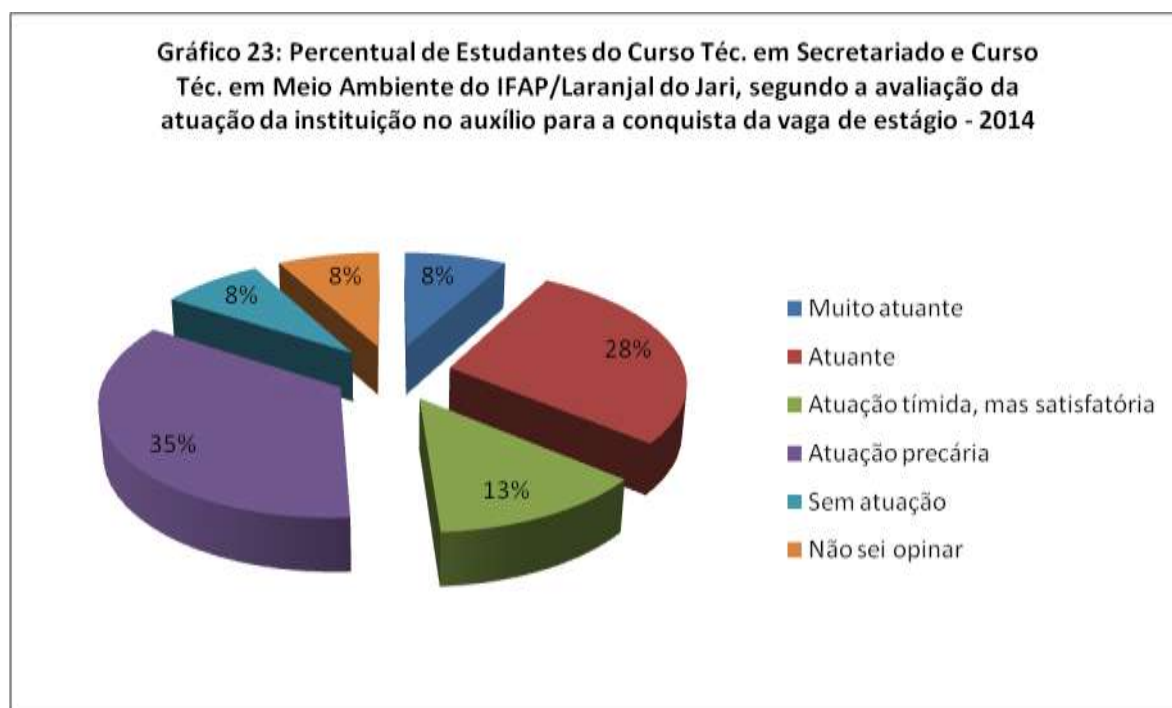
Antes de iniciar o estágio, o estudante preenche um cadastro junto a coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio, recebe o encaminhamento para que se apresente na empresa e assina o termo de compromisso entre a instituição de ensino, empresa e aluno. Outros documentos que fazem parte do processo de estágio são: O plano de atividades de estágio, a ser preenchido pelo supervisor institucional e devolvido à Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio para apreciação e acompanhamento pelo professor-orientador; a ficha de avaliação e o termo de realização de estágio, a ser preenchida pelo supervisor do campo de estágio e remetidos à instituição de ensino e por fim, o relatório final do estágio apresentado pelo estudante.

A demanda de estudantes por estágio é crescente, porém muitos fatores contribuem para que grande parte deles permaneça fora dos campos de estágio. Com base nas informações do questionário as principais dificuldades relatadas pelos estudantes para conseguir vaga de estágio em ordem de importância são:

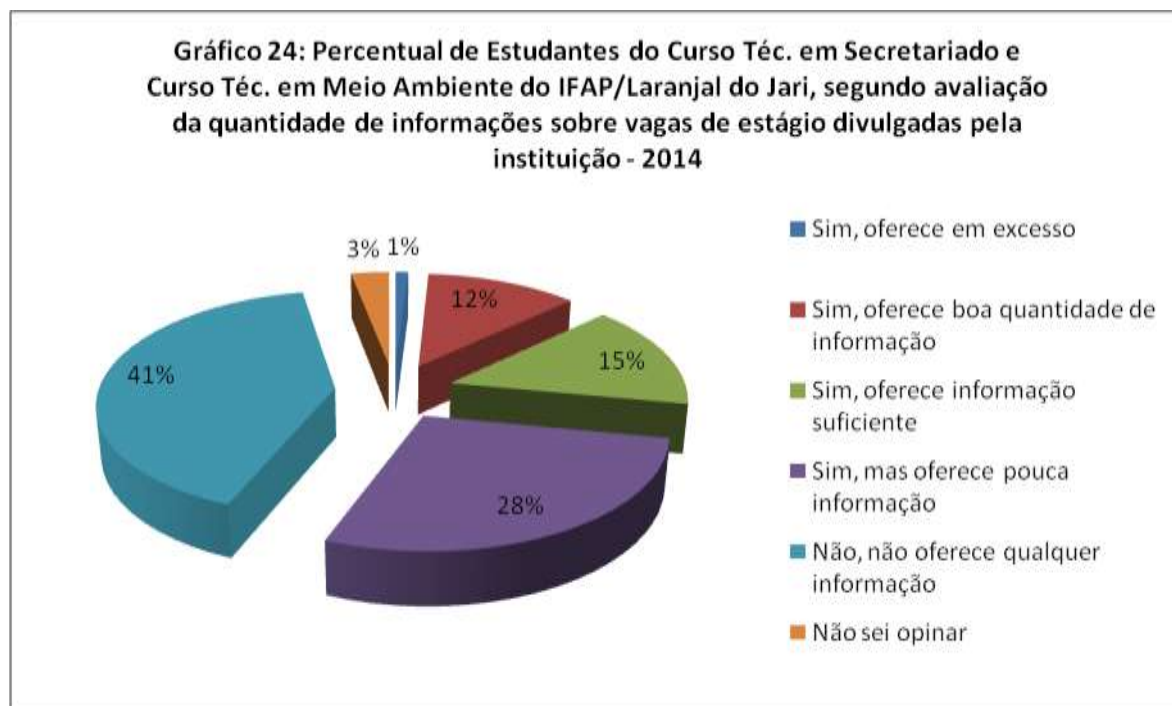
- a) falta de vagas;
- b) dificuldade em conciliar estudos e estágio, pelo excesso de atividades escolares;
- c) ausência de auxílio para ajudar no deslocamento;
- d) falta de oportunidades;

- e) poucas empresas que oferecem estágio;
- f) desinteresse das empresas em contratar estagiários;
- g) falta de orientação para elaborar o relatório;
- h) falta de informação na instituição;
- i) necessidade de indicação de alguém influente para indicar para conseguir vaga de estágio (QI).

A indisponibilidade de tempo foi uma das dificuldades relatadas pelos estudantes da forma subsequente. Como a maioria encontra-se inserida no mercado de trabalho, questionam a obrigatoriedade do estágio e alegam falta de tempo para realizar a atividade prática. Desde a implantação do campus, muitos estudantes dessa forma de ensino, deixaram de receber a certificação por não cumprir esse requisito obrigatório para integralização curricular.



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora



Fonte: Dado coletados pela autora.

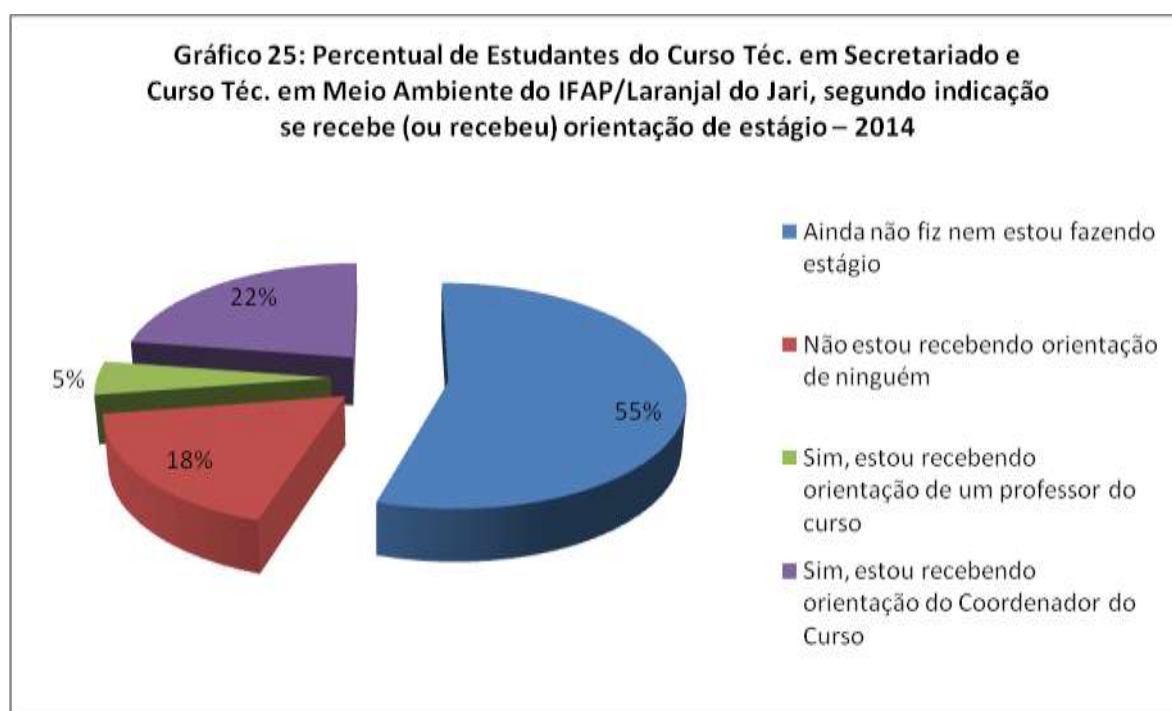
Os gráficos 23 e 24, trazem informações preocupantes, pois o grande percentual de estudantes (43%), que considera a atuação da instituição precária ou sem atuação quanto ao suporte oferecido na conquista de vagas de estágio. De forma análoga, 67% dos estudantes declaram que a instituição oferece pouca ou qualquer informação sobre vagas de estágio. Esses dados indicam que existe uma grande lacuna na circulação de informações relacionadas ao estágio supervisionado ou, por outro lado, falta de interesse ou motivação dos estudantes na busca dessas informações.

Outro dado averiguado foi que a maioria dos estudantes (97%), que realiza ou realizou estágio, a atividade estava de acordo com a área do curso frequentado, atendendo ao previsto nos PPC dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado, que instituem como critério essa prerrogativa:

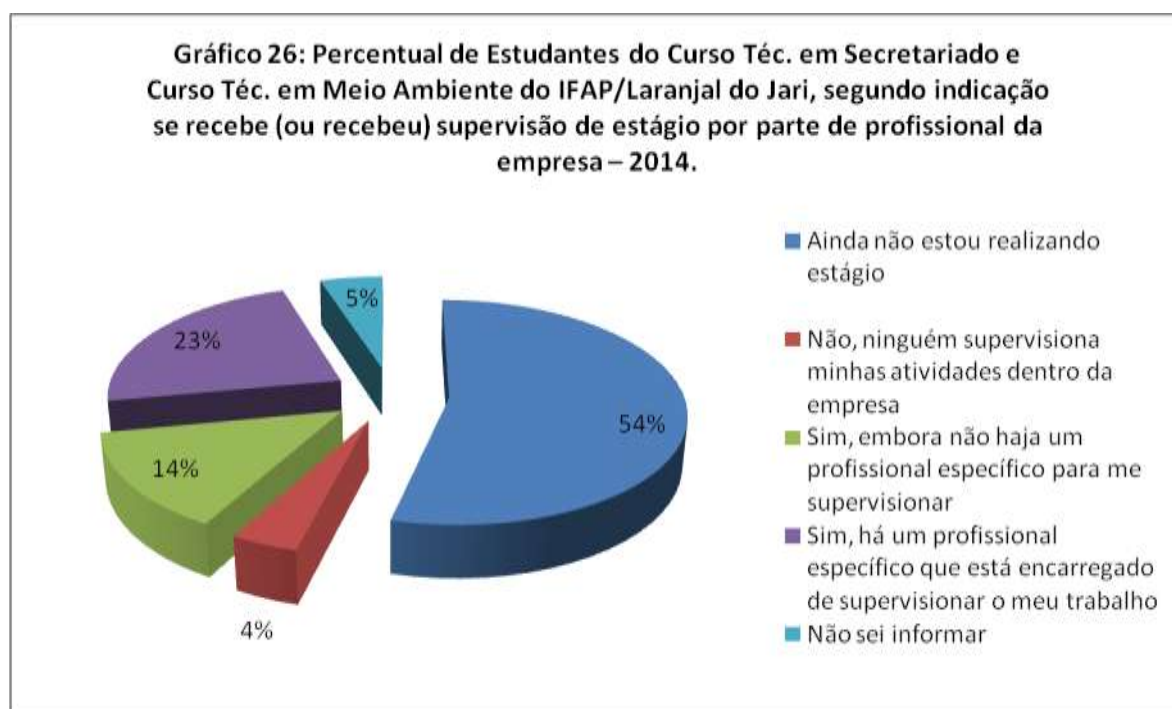
O Estágio Curricular tem por objetivo oportunizar experiências através de atividades inerentes aos cursos técnicos de Nível Médio em Meio Ambiente/Secretariado, devendo as atividades programadas para este momento, manter uma correspondência com o perfil do curso e com os conhecimentos teórico-práticos

adquiridos pelo aluno no decorrer de seu processo de formação [...] (PPC, 2011)

Constatamos também que apenas 10% dos estudantes recebiam ou recebem bolsa-auxílio para realização do estágio supervisionado. Segundo relato dos estudantes, o não pagamento de bolsa-auxílio pelas empresas interfere diretamente na realização do estágio supervisionado. Devido principalmente à localização das empresas em relação à moradia dos mesmos; às dificuldades financeiras das famílias, que não têm como assumir mais esse ônus para o deslocamento; à falta de estrutura do município, que não dispõe de sistema eficiente de transporte e à falta de estrutura do campus para os estudantes que realizam estágio na instituição, pois não existe lanchonete e precisam permanecer em dois turnos para conciliar a atividade de estágio com o estudo.



Fonte: Dado coletados pela autora.



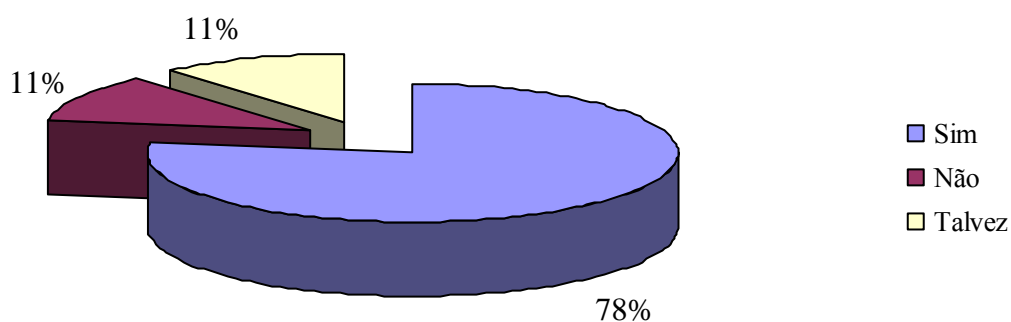
Fonte: Dados coletados pela autora.

Os Gráficos 25 e 26 demonstram que mais da metade dos estudantes (54%), ainda não realizou o estágio supervisionado. Considerando-se que estes se encontram nos últimos anos/períodos dos cursos técnicos que realizam, esse dado é inquietante e merece atenção por parte da instituição de ensino. Com relação aos estudantes que já estagiaram, ou se encontram em processo de realização de estágio, 18% informam que não receberam orientação por parte da instituição; Em contrapartida, 27% declaram que receberam ou estão recebendo orientação por parte do docente ou coordenador do curso; Com relação à empresa, nota-se que há um percentual considerável de alunos (37%), que afirmam estar recebendo supervisão das suas atividades o que se constitui num dado bastante positivo.

Baseado nos relatos dos estudantes acredita-se que não há continuidade nem horário definido para orientação de estágio no IFAP/Laranjal do Jari. Esse fator pode ser um dos motivos da insatisfação e desmotivação de muitos estudantes, com relação ao curso frequentado e a própria instituição de ensino.

Acreditamos que o trabalho do orientador é fundamental no desenvolvimento da atividade de estágio e do próprio estudante, enquanto futuro profissional. A falta ou deficiência na orientação de estágio pode contribuir, e muito para que o aluno inadvertidamente seja explorado na sua força de trabalho.

Gráfico 27: Percentual de Estudantes dos Cursos Téc. em Meio Ambiente e Curso Téc. Em Secretariado do IFAP/Laranjal do Jari, segundo opinião sobre a necessidade de estágio supervisionado para formar um técnico-2014



Fonte: Dados coletados pela autora.

Apesar das dificuldades apontadas, a maioria dos estudantes revela ser favorável à realização do estágio supervisionado na formação dos técnicos, essa afirmação é retratada pelos depoimentos a seguir:

Um técnico precisa ter no mínimo alguma experiência em relação ao seu trabalho e tendo estágio este terá uma visão melhor de como lidar no seu emprego (Discente 17).

Pelo fato do estágio ser uma porta de entrada para o mercado de trabalho, se torna de fundamental importância essa prática para que haja o aprimoramento das atividades (Discente 2).

Sem estágio o profissional não vai ter ciência do que ele irá fazer quando terminar seu curso técnico e saber fazer as coisas direito com auxílio de profissionais habilitados na função que irá exercer (Discente 29).

Uma menor parcela dos estudantes acredita que o estágio supervisionado não é importante ou pode ser facultado, conforme o seguinte depoimento:

Muitas pessoas tem capacidade de ocupar sim, um cargo de técnico sem estágio. Mas o certo em minha opinião é que antes passe por um estágio em sua área (Discente 38);

No que concerne às melhorias que precisam ser implementadas no IFAP/Laranjal do Jari com relação ao estágio supervisionado, foram apontadas com frequência as seguintes propostas pelos estudantes:

- a) mais informação e comunicação por parte da instituição para os alunos que precisam fazer estágio obrigatório;
- b) melhor divulgação sobre oferta de vagas de estágio;
- c) buscar mais parcerias com as empresas locais;
- d) ampliar o número de vagas de estágio institucional;
- e) maior envolvimento e comprometimento da instituição;
- f) esclarecer para os alunos o que é estágio supervisionado;
- g) ter um setor na escola com pessoas para orientar sobre o estágio;
- h) bolsa-auxílio para os estagiários.

Os depoimentos seguintes ilustram a dimensão da angústia dos estudantes do IFAP/Laranjal do Jari com relação à realização do estágio supervisionado:

A instituição deveria conversar melhor com os outros órgãos, pois precisamos do estágio. E esse problema tem só tendência de piorar se não for feita alguma coisa logo” (Discente 21).

[...] poderiam ofertar algum tipo de auxílio para o aluno poder estagiar, muita gente

não tem condições e as empresas são bem distantes do campus, ficando inviável (Discente 37).

Com base nas informações coletadas, vimos o quanto é relevante a prática do estágio supervisionado na concepção da maioria dos estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado da instituição pesquisada. Todavia, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para conseguir uma vaga de estágio tem causado desmotivação e até insatisfação com o curso escolhido.

A carência de informações para os estudantes dos cursos técnicos pesquisados se constitui num dado preocupante. Sendo o estágio supervisionado um componente obrigatório para a certificação desses estudantes. A comunicação precisa ser eficiente e as informações suficientes para dirimir as muitas dúvidas dos estudantes reveladas nos relatos durante a realização da pesquisa.

CONCLUSÕES

A partir das reflexões empreendidas neste trabalho, procurou-se demonstrar as concepções e práticas de estágio supervisionado existentes no âmbito do IFAP/Laranjal do Jari, partindo da análise da prática profissional como objeto de estudo; da caracterização do município em que o Campus fora implantado; da relação entre a crise do capitalismo e as mudanças no trabalho e na formação dos trabalhadores e dos resultados obtidos a partir das técnicas utilizadas para a coleta de dados.

Constatamos que a carência de vagas para estágio, é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e em Secretariado no processo de formação profissional. Uma das estratégias adotadas pelo IFAP/Laranjal do Jari para reduzir os índices de retenção escolar já observado, foi implantar o estágio no âmbito da própria instituição. Porém, essa medida atende apenas uma parcela de estudantes aptos a realizar o estágio supervisionado; outra medida adotada é a dispensa ou o aproveitamento de estágio para os estudantes que trabalham efetivamente na sua área de formação. O colegiado do Curso Técnico em Informática adotou a metodologia denominada “Projetos Integradores”, previsto no PPC para integralização curricular, como estratégia de solucionar a problemática da pouca oferta de vagas na região e garantir a prática profissional durante o período de formação dos estudantes.

Verificamos de forma recorrente em todas as categorias pesquisadas, que o estágio supervisionado é concebido apenas como o exercício da prática, posterior a teoria aprendida em sala de aula. Entendemos teoria e prática como questões indissociáveis, que devem estar presentes em todo o itinerário formativo dos estudantes, visando oportunizar a reflexão sobre a realidade na qual estão sendo formados. Essa questão pode ser ilustrada pelo pensamento de Sanchez-Vásquez (2007):

A dependência da teoria com respeito à prática, e a existência desta como

fundamento e fim último da teoria, evidenciam que a prática concebida como uma práxis humana total – tem a primazia sobre a teoria; mas esse seu primado, longe de implicar uma contraposição absoluta à teoria, pressupõe uma íntima vinculação a ela (SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, 2007, p. 257).

O importante nesse processo conforme nos revelou o estudo é o entendimento do estágio supervisionado através do trabalho reflexivo, construído de forma coletiva, crítica e sistemática procurando aperfeiçoar os processos educativos que orientam a formação profissional. Na construção de sua emancipação profissional, o estagiário precisa associar teoria e prática, além das contribuições de suas vivências e de seus pares na busca do diálogo com as situações de ensino e aprendizagem num procedimento permanente de ação-reflexão-ação, procurando interpretar a realidade.

Com base na análise dos dados, não há como negar que o Estágio Supervisionado é um componente importante para a formação profissional dos estudantes de cursos técnicos. Mas diante das críticas apontadas à etapa constituída pelo estágio, vimos também que é preciso pensar em mecanismos que contribuam para sua reorientação e reestruturação no sentido de atingir uma formação e atuação mais próximas das necessidades dos estudantes e do mundo do trabalho.

No decorrer da pesquisa identificamos vários fatores que afetam diretamente o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado, que são:

- a) estágio vinculado à direção de ensino/coordenação de Pesquisa e Extensão;
- b) inexistência de setor específico para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado;
- c) falta de Regulamentação institucional para o estágio supervisionado;
- d) escassez de empresas concedentes na região;
- e) poucas empresas conveniadas a instituição de ensino;
- f) orientação deficiente para os estagiários;
- g) desinformação dos estudantes sobre a Lei do Estágio;

- h) ausência de plano de atividades do estagiário;
- i) atividades realizadas pelos estagiários incompatíveis com o plano de curso;
- j) estudantes realizando estágio em empresas não conveniadas;
- k) exploração da força de trabalho do estagiário;
- l) comunicação/informação deficientes sobre estágio supervisionado.

Averiguamos que as ações relacionadas ao estágio supervisionado no âmbito do IFAP/Laranjal do Jari têm sido insuficientes para atender a demanda dos estudantes que necessitam cumprir esse componente obrigatório para certificação, bem como para os demais sujeitos pesquisados. Essa questão se confirma quando docentes e gestores demonstram desconhecimento sobre o desenvolvimento das atividades de estágio e dos ambientes onde os estudantes realizam o estágio supervisionado.

Alguns estudantes participantes da técnica de grupo focal informaram que durante o período que realizaram estágio supervisionado, não tiveram qualquer orientação por parte da instituição; outros estudantes decidiram não opinar, provavelmente para não indicar certo receio com as consequências da revelação. Essa afirmação é preocupante e contraria o exposto na Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008) quando determina:

O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final (BRASIL, 2008, Art.3º, §1º).

Os resultados alcançados nessa pesquisa comprovam a fragilidade do estágio supervisionado no IFAP/Laranjal do Jari, evidenciando a necessidade de alinhar o discurso, reorganizar processos e métodos na busca da práxis na formação técnico profissional. Diante desses resultados e da experiência acumulada recomenda-se as seguintes ações aos dirigentes do IFAP/Laranjal do Jari:

- a) implantar um departamento específico para tratar das questões referentes ao estágio supervisionado;

- b) elaborar o regulamento do estágio supervisionado, pontuando as atribuições e responsabilidades dos envolvidos;
- c) adotar o seminário de estágios para apresentação oral dos estudantes sobre a vivência da prática profissional;
- d) ampliar os canais de comunicação para divulgação de informações sobre estágio supervisionado, sobretudo para os estudantes dos cursos técnicos onde o componente é obrigatória;
- e) incluir a disciplina “estágio supervisionado” na matriz curricular dos cursos técnicos que admitem a prática profissional, para instrumentalizar os estudantes sobre as responsabilidades dos envolvidos com base na Lei do Estágio;
- f) mapear as empresas da região que podem ser parceiras em potencial;
- g) estabelecer novas parcerias com as empresas locais;
- h) realizar eventos relacionados ao mundo do trabalho visando dar visibilidade ao IFAP/Laranjal do Jari e aos cursos técnicos ofertados para atrair empresas concedentes;
- i) ampliar o número de vagas de estágio institucional e orientar os responsáveis pelos setores que irão receber os estagiários;
- j) aprimorar o instrumental utilizado pelo estudante para elaboração do relatório final de estágio;
- k) definir carga horária para os docentes que atuam como orientadores de estágio;
- l) acompanhar e garantir a orientação de estágio para os estudantes;
- m) prever nos planos de curso a situação do estudante trabalhador que não tem disponibilidade para realizar o estágio obrigatório;

- n) reavaliar a obrigatoriedade do estágio supervisionado nos planos de curso;
- o) ampliar as atividades de extensão, monitoria e iniciação científica considerando a possibilidade de equiparação com o estágio supervisionado;

Diante deste quadro, pretendemos apresentar os resultados da pesquisa “*Concepções e práticas de estágio supervisionado no campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá*” à gestão do IFAP/Laranjal do Jari com a recomendação de uma reavaliação no desenvolvimento das ações ora adotadas, buscando resgatar o caráter pedagógico do estágio supervisionado, conforme regulamentado na Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008).

Em contraponto as falas dos sujeitos das três categorias pesquisadas, durante a observação participante que incluiu também conversas informais, não constatamos nenhuma atividade de orientação de estágio sendo realizada. Essa conduta compromete consideravelmente a prática profissional do estudante, uma vez que o docente indicado é responsável por orientá-lo e esclarecê-lo sobre os procedimentos adotados no campo de estágio. Constatamos por meio das falas e ações dos estagiários que realizam a vivência na instituição investigada, o absoluto desconhecimento da Lei que regulamenta a atividade de estágio, bem como sobre as atividades que podem e devem realizar de acordo com o plano de atividades e matriz do curso que frequentam. Identificamos estagiários sem nenhuma ocupação no setor alocado e por outro lado, setores funcionando em determinado período, apenas com a presença de estagiários.

Diante dessas evidências, reforçamos a necessidade de esclarecimentos sobre o estágio supervisionado para os envolvidos, bem como a garantia de orientação para o estudante e seu efetivo acompanhamento, para evitar situações como falta de informação, desvio de função e exploração da força de trabalho do estagiário, descaracterizando o ato educativo e comprometendo a legitimidade da atividade.

Compreendo o estágio supervisionado como prática educativa, onde os atores envolvidos: estudantes, coordenação de estágio, coordenação pedagógica, coordenadores de

curso, orientadores e empresas concedentes, precisam estar cientes da legislação que regulamenta a atividade e estabelecer canais de diálogo e troca de experiências de forma permanente, buscando caminhos e soluções na construção de um espaço de ressignificação de saberes, no processo de formação profissional dos estudantes para que possam desenvolver habilidades e competências necessárias para uma vida social e produtiva.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Retratos da Juventude Brasileira**. Editora Fundação perseu Abramo. São Paulo, 2003.

ALVES, Giovani. **Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade. “Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaio de sociologia do trabalho”**. Ca p. X. Ed. Praxis. 2007.

AMANTÉA, M.L. **Competências do professor do Estágio Curricular do Curso de Graduação em Enfermagem segundo a percepção dos próprios docentes**. Tese [Doutorado em Enfermagem] São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP, 2004.

ANDRADE, Arnon Mascarenhas de Andrade. O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente. In: SILVA, Maria Lucia Santos Ferreira da (Org.). **Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática**. Natal: EdUFRN, 2005. Disponível em: www.educ.ufrn.br/arnon/estagio.pdf; acesso em: 15 mai. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, São Paulo: Cortez. 1997.

_____. A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais. **Evocati Revista** n. 19, Jul 2007. Disponível em: http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134. Acesso em: 13/10/2014

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**, 8ª Edição. Campinas. Cortez Editora, 2000.

_____. (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2006

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

ASSIS, Shalom Pôrto de Oliveira. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2007. Disponível em fadepe.com.br/restrito/conteúdo_pos/petro_metodologia_3.ppt. Acesso em 24 set 2013.

AZEVEDO, L. M. F. **O Estágio Supervisionado**: uma análise crítica. p. 24. apud PICONEZ, Stela C. Berhtolo. **A prática de ensino e o Estágio Supervisionado**. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 15 -74.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977),

BAKUNIN, Mikhail. **A Instrução Integral**. São Paulo: Imaginário, 2003, p. 69.

BIRH, Alain. **Da grande noite a alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.284p

BORGES, C.D; SANTOS, M.A. Aplicações metodológicas da técnica de grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Rev. SPAGESP**, v.6, n.1, 2005.

BRASIL. Decreto 2208/1997 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18abr1997. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109960/decreto-94>>. Acesso em 17 set. 2013.

_____. Decreto no 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei no 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estagio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2o grau regular e supletivo, nos limites que especifica e da outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Quadros/antiores%20a%201990.htm Acesso em: 16 set. 2012.

_____. Decreto 5154/2004 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97542/decreto-5154-04>>. Acesso em 17 set. 2013.

_____. Decreto no 5.224, de 1º de outubro de 2004 [2004a]. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e da outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 04 out. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Decreto no 5.225, de 27 de outubro de 2004 [2004b]. Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão e das funções gratificadas que menciona, e da outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 04 out. 2004. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97347/decreto-5225-04>>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Decreto no 5.840, de 13 de julho de 2006 [2006a]. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Lei no 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e da outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 1977. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6494.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

_____. Lei n.º 7.639. de 17 de dezembro de 1987. Autoriza a criação de municípios no Território Federal do Amapá, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez 1987. Disponível em: <

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128167/lei-7639-87>>. Acesso em 21 out.2013.

_____. Lei n.º 9.394. de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128167/lei-9394-96>>. Acesso em 21 out.2013.

_____. Lei nº 11.534 de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/746694/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-10-2007>>. Acesso em 26 out.2013.

_____. **Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 16 jul 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em 02 out.2014.

_____. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em 19.nov.2012.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**,

Brasília, DF, 30 dez 2008. Disponível em:

BRASIL. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Brasília, DF, 13 jul 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 04 out. 2014.

_____. **Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Brasília, DF, 20 set 2012. Disponível em http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/2013/novas_diretrizes_ed_profissional.pdf. Acesso em 17 jul. 2014.

BROWDER, John O. GODFREY, Brian. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira.** 1ª ed. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BURIOLLA, Marta Alice F. **O estágio supervisionado.** 2. ed. São Paulo. Cortez, 1999.

_____. **O estágio supervisionado.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CALDER, B. **Focus group and the nature of qualitative marketing research.** Journal of Marketing Research, n. 14, p. 353-64, Aug. 1977.

CARDOSO, M. T. Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão no Setor de Pedagogia do HIJG. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 73, p. 305-318, set./dez. 2007

CARRIELO, Laura Isabel de Lucena. **Implementação do currículo integrado do curso técnico de eletrotécnica no CEFET-PA/UNED Tucuruí.** 2009, 137 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, DF, 2009.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS – CNCT. Brasília, novembro de 2007.

CHOMSKY, Noam . **O Lucro ou as Pessoas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 36.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de**

memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.). *O ensino médio integrado. Concepção e contradições.* São Paulo: Cortez, 2005.

COLLISELLI, Liane et al. **Estágio curricular supervisionado: diversificando cenários e fortalecendo a interação ensino-serviço.** *Rev. bras. enfermagem*, Dez 2009, vol.62, nº 6, p.932-937. ISSN 0034-7167

DEBUS, M. Manual de excelência em la investigación mediante grupos focales. In: ESPERIDIÃO, Elizabeth. **Reflexões sobre a utilização do grupo focal como técnica de pesquisa.** São Paulo: Fundação Editora de UNESP, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 9.ed.São Paulo: Cortez, 2002.

DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL (DLIS). **Plano de Desenvolvimento Local, Integrado Sustentável de Laranjal do Jari.** Laranjal do Jari, 1999.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação e Sociedade:** estudos (João Pessoa, PB), v. 10, n. 2, 2000.

FELÍCIO H. M. S.; OLIVEIRA R. A. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008. Editora UFPR. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15.pdf>. Acesso em: 28/07/2014.

FERREIRA, Regina Célis Martins. Cidade de Laranjal do Jari: Expansão urbana – Planejamento e Políticas Públicas. 149 p. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, 2008.

FRIGOTTO. Concepção e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.) *Ensino Médio integrado: Concepção e contradições.* São Paulo: Cortez, 2004, p. 57-82.

_____. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1996.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCH). Da escola ao mercado de trabalho. **Revista Difusão de ideias**, 2006. Disponível em: http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_escola_mercado.pdf. Acesso em 27 set. 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

Gomes ES e Barbosa EF 1999. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. 30 de Agosto de 2000. <http://www.educativa.org.br>

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2013.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Lei de Estágio: tudo o que você precisa saber** / Instituto Euvaldo Lodi.–Brasília, 2010. 73 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Edital Direção Geral Câmpus Laranjal do Jari nº 002/2014**. Laranjal do Jari, 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Macapá, 2012.

_____. **Plano Pedagógico de Curso em Informática**. Laranjal do Jari, 2011.

_____. **Plano Pedagógico de Curso em Meio Ambiente**. Laranjal do Jari, 2011.

_____. **Plano Pedagógico de Curso em Secretariado**. Laranjal do Jari, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. Ca p. I, [Dialética da totalidade concreta], p. 13-64.

KRAWCZYK, Nora. A Escola Média: Um Espaço Sem Consenso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 169-202, novembro/2003.

KRUEGER Richard A. **Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research**. London: Sage Publications, 1996.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino médio-construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez. 2002.

_____. Reforma da Educação Profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Revista Trabalho Educação e Saúde**, v.5, n.3, p.491-508, 2006.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli Elisa D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.99 p.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo, Abril Cultural. (Col. Os Pensadores), 1978.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90**. São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo. CUT, 1999.

MONTEIRO, Roberto Alves (Organizador). **Criança e Pré Adolescentes em Laranjal do Jari: Risco e Esperança – um estudo exploratório**. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, Marcos Elias. **Ensino Médio: Diagnóstico- Perspectivas-Propostas**. Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20060917103721AAr>. Acesso em: 20/05/2013.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Direito da Participação Política**. Legislativa – Administrativa – Judicial, Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

PACHECO, Eliezer (Organizador). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, O. **O que é teoria?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PICONEZ, S. C. B. A Prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In:_____ (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas: Papyrus, 1991. p. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994. 200 p. 2002

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTELA, Keyla Christina Almeida; SHUMACHER, Alexandre José. Estágio Supervisionado: Teoria e Prática. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2007. 187p

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Amapá:** Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI. **Portal da Prefeitura de Laranjal do Jari.** Apresenta informações gerais sobre o município. Disponível em: <http://www.laranjaldojari.ap.gov.br/portal/index.php?pg=conteudo&id=81#.Um2ImXC-ovk>. Acesso em: 15 out.2013.

RAMOS, Marise. **A Política De Educação Profissional No Governo Lula: Um Percorso Histórico Controvertido.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> 2005.

RODRIGUES AR, 1988. **Pontuações Sobre a Investigação Mediante Grupos Focais.** Seminário COPEADI – Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional.

SANCHES-VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires (AR): Consejo Latino americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo (BR): Expressão Popular, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, Tomás T. **Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política**. IN FERRETI. Celso J. et alii (orgs) **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

SILVA, Ana Maria Cardoso da. **Uma análise estatística dos estágios supervisionados: Caso da UNIFOR**. 2002. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/6024.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SOARES, Evanna. **A audiência pública no processo administrativo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3145>>. Acesso em: 12 out. 2013.

SOLIVELLAS PERELLÓ, Jorge. **Pedagogia do estágio**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas/CIEE/MG 1998.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional**. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.

SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. **A Evolução Política, Demográfica e Socioeconômica do Amapá**. Coordenação do Curso de História. Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP, 1995. 101 p. (trabalho de conclusão de curso).

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.175 p.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de. **Do modelo Keynesiano-fordista ao sistema de acumulação flexível: mudanças no perfil do trabalho e na qualificação**. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema3/QuartaTema3Artigo4.pdf . Acesso em 10 set. 2013.

WERNECK M. A. F. et al. Nem tudo é estágio: contribuições para o debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(1): 221-231 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a27v15n1.pdf>. Acesso em: 26/07/2014.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus 1990.

FONTES PRIMÁRIAS

BARBOZA, Rafael Bueno. Rafael Bueno Barboza, Professor de Direito e Legislação/Orientador de Estágio do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 03/04/2014]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 42, 3MB. Tempo de duração da gravação: 37'00". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

BEZERRA, Hanna Patrícia da Silva. Hanna Patrícia da Silva Bezerra, Diretora de Ensino do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 08/10/2013]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 36, 4MB. Tempo de duração da gravação: 31'50". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

BRITO, Jefferson de Almeida. Jefferson de Almeida Brito, Coordenador do Eixo Tecnológico Meio Ambiente e Segurança do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 09/10/2013]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 30, 1MB. Tempo de duração da gravação: 26'19". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

CAMPOS, Vinícius Batista. Vinícius Batista Campos, Professor do Curso de Meio Ambiente /Orientador de Estágio do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá.

Depoimento [em 11/03/2014]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 23, 0MB. Tempo de duração da gravação: 20'07". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

FERREIRA, Andreuma Guedes. Andreuma Guedes Ferreira, Coordenadora do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 09/10/2013]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 60, 5 MB. Tempo de duração da gravação: 52'54". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

FURTADO, Rômulo Tiago Ferraz. Rômulo Tiago Ferraz Furtado, Coordenador do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 24/01/2014]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 31, 2 MB. Tempo de duração da gravação: 27'15". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

NUNES, Mariana de Moura. Mariana de Moura Nunes, Coordenadora Pedagógica do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 18/09/2013]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 23, 7 MB. Tempo de duração da gravação: 25'55". Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho" do GTPS/UFRRJ.

SIQUEIRA, Karoline Fernandes. Karoline Fernandes Siqueira, Coordenadora Institucional de Estágio do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 29/08/2013]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 59, 3MB. Tempo de duração da gravação: 51'51".

Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa “Mediações entre a escola e o mundo do trabalho” do GTPS/UFRRJ.

UTZIG, Ângela Irene Farias de Araújo. Ângela Irene Farias de Araújo Utzig, Diretora Geral do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá. **Depoimento** [em 17/09/2013]. Entrevistadora: Marianise Paranhos Pereira Nazário. Laranjal do Jari: GTPS, 2013. Arquivo sonoro de tipo MP3, de 30, 9 MB. Tempo de duração da gravação: 33’46”. Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa “Mediações entre a escola e o mundo do trabalho” do GTPS/UFRRJ.

ANEXOS

ANEXO 01

QUESTIONÁRIO DE ALUNOS

IFAP/Laranjal do Jari - Estudantes de Ensino Técnico de Nível Médio

Este formulário visa coletar dados sobre atividades de estágio supervisionado realizadas nos cursos técnicos de nível médio ofertados por instituições ensino pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esses dados devem subsidiar o Projeto de Pesquisa "Mediações entre a escola e o mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio", desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS) da UFRRJ, sob a coordenação do Prof. Dr. José dos Santos Souza.

Sua opinião é muito importante para nós. Contamos com sua colaboração.

Qualquer dúvida pode ser sanada por MARIANISE PARANHOS PEREIRA NAZÁRIO (IFAP/Laranjal do Jari), membro da equipe de investigadores.

OBSERVAÇÃO: A identidade do/a autor/a das respostas ao formulário jamais será divulgada.

***Obrigatório**

Informações Institucionais

Sigla da instituição de ensino: *

Nome do Campus ou Unidade de Ensino *

Nome do curso técnico em que está matriculado: *

Tipo de matrícula: *

- Integrado ao Ensino Médio
- Concomitante ao Ensino Médio
- Subsequente ao Ensino Médio
- PROEJA
- PRONATEC
- E-TEC - Educação a Distância
- Outro:

Ano de ingresso: *

Informações Pessoais

Idade: *

- de 14 a 17 anos
- de 18 a 24 anos
- de 25 a 29 anos
- de 30 a 34 anos
- de 35 a 39 anos
- de 40 a 44 anos
- de 45 a 49 anos

- de 50 a 59 anos
- 60 anos ou mais

Sexo: *

- Masculino
- Feminino

Cor ou Raça/Etnia: *

- Cor branca (descendentes de europeus/ocidentais)
- Cor preta (descendentes de africanos/afrobrasileiros)
- Cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes; miscigenação/mestiçagem)
- Cor amarela (descendentes de asiáticos/orientais)
- Raça/etnia indígena (descendentes de índios)

Naturalidade: *

Nome do município onde NASCEU: *

Nome do município onde MORA: *

Nome do bairro onde MORA: *

Estado Civil: *

- Solteiro
- Casado
- Divorciado
- Viúvo
- União Estável
- Outro:

Situação profissional: *

Não considerar aqui atividades de estágio

- Ainda não ingressei no mercado de trabalho
- Já ingressei no mercado de trabalho, mas estou desempregado no momento
- Estou empregado, com carteira assinada
- Estou empregado como estatutário (Servidor Público)
- Estou empregado, com contrato temporário de trabalho
- Estou empregado, sem qualquer contrato assinado
- Trabalho por conta própria, em caráter regular, registrado no INSS como autônomo
- Trabalho por conta própria, em caráter regular, sem registro no INSS
- Trabalho esporadicamente, fazendo "bicos" ou prestando pequenos serviços
- Outro:

Informe a relação de sua atividade profissional com sua área de estudo: *

Não considerar aqui atividades de estágio

- Não trabalho
- Trabalho em atividade DIRETAMENTE RELACIONADA a minha área de estudo
- Trabalho em atividade AFIM com minha área de estudo
- Trabalho em atividade NÃO RELACIONADA com minha área de estudo

Informe sua condição domiciliar: *

- Moro com meus pais e/ou outros parentes (avós, tios etc)
- Já constituí minha própria família e moro com ela (esposa, filhos etc)
- Mora com amigos em república ou dividindo despesas de imóvel
- Mora sozinho

Qual sua participação na renda de sua família? *

Não considerar aqui bolsa auxílio de qualquer natureza

- Eu não trabalho, dependo financeiramente de minha família para sobreviver
- Eu trabalho, mas NÃO CONTRIBUO para o sustento da família e ainda DEPENDO dela financeiramente
- Eu trabalho, mas NÃO CONTRIBUO para o sustento de minha família e NÃO DEPENDO dela financeiramente
- Eu trabalho e CONTRIBUO para o sustento da minha família junto com outros membros
- Trabalho e sou o único responsável pelo sustento da família

Faixa de renda mensal: *

Não considerar aqui bolsa auxílio de qualquer natureza

- Não trabalho ainda / Estou desempregado
- menos de 01 salário mínimo (até R\$ 678,00)
- Entre 01 e 02 salários mínimos (de R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00)
- Entre 02 e 03 salários mínimos (de R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00)
- Entre 03 e 05 salários mínimos (de R\$ 2.034,00 a R\$ 3.390,00)
- Entre 05 e 10 salários mínimos (R\$ 3.390,00 a R\$ 6.780,00)
- Mais de 10 salários mínimos (mais de R\$ 6.780,00)

Carga horária destinada ao trabalho: *

Não considerar aqui carga horária destinada a atividade de estágio

- Não trabalho ainda / Estou desempregado
- 16h
- 20h
- 30h
- 40h
- 44h
- Outro:

Informações Educacionais

Ano de conclusão do Ensino Fundamental (antigo 1º Grau): *

Modalidade de Ensino Fundamental cursado: *

- Ensino Regular
- Ensino para Jovens e Adultos
- Ensino a Distância
- Ensino Supletivo
- PROJOVEM
- Outro:

Tipo de instituição escolar onde concluiu o Ensino Fundamental: *

- Todo em escola pública
- Todo em escola privada
- Todo em escola comunitária
- A maior parte em escola pública
- A maior parte em escola privada
- A maior parte em escola comunitária
- Outro:

Nível de escolaridade de seu PAI: *

- Sem escolaridade
- Ensino Fundamental (incompleto)
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio (incompleto)
- Ensino Médio
- Ensino Superior (incompleto)
- Ensino Superior
- Pós-Graduação
- Não sei informar

Nível de escolaridade de sua MÃE: *

- Sem escolaridade
- Ensino Fundamental (incompleto)
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio (incompleto)
- Ensino Médio
- Ensino Superior (incompleto)
- Ensino Superior
- Pós-Graduação

- Não sei informar

Antes de ingressar neste Instituto Federal, você já havia frequentado outra instituição de Ensino Médio? *

- Não
- Sim, mas não concluí
- Sim e concluí

Antes de ingressar neste Instituto Federal, você já havia frequentado algum curso de formação profissional? *

- Não
- Sim, formação inicial e continuada (Não concluído)
- Sim, formação inicial e continuada (Concluído)
- Sim, curso técnico de nível médio (Não concluído)
- Sim, curso técnico de nível médio (Concluído)
- Sim, ensino superior de tecnologia (Não concluído)
- Sim, ensino superior de tecnologia (Concluído)
- Outro:

Porque decidiu fazer curso técnico de nível médio nesta instituição? *

Quando concluir esse curso, quais são seus planos para o futuro? *

Como se sente em relação ao curso que você frequenta? *

- Plenamente satisfeito
- Muito Satisfeito
- Satisfeito
- Um pouco insatisfeito
- Completamente insatisfeito

Informações Sobre Estágio Supervisionado

O que é Estágio Supervisionado para você? *



Qual a relevância do Estágio Supervisionado na sua formação? *

- Sem relevância
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante
- Extremamente relevante
- Não tenho opinião sobre isto

Você realiza ou já realizou atividade de estágio supervisionado? *

- Não
- Estou em processo de realização
- Sim

Você teve ou está tendo dificuldade para conseguir vaga de estágio? *

- Sim
- Não
- Em parte

Se você respondeu "Em parte", por favor explique:



Como você conseguiu vaga de estágio? *

- Ainda não consegui vaga de estágio
- Por indicação de membros da família
- Por indicação de amigos ou conhecidos
- Por meios próprios
- Por indicação de um de meus professores
- Por indicação do Setor de Estágio desta instituição de ensino
- Por meio de Agência de Integração Empresa/Escola (CIEE, IEL, MUDES etc)
- Outro:

Aposte as TRÊS principais dificuldades encontradas por você e por seus colegas para conseguir vaga de estágio: *



Como você avalia a atuação de sua instituição de ensino no auxílio aos estudantes para conquista de vaga de estágio? *

- Muito atuante
- Atuante
- Atuação tímida, mas satisfatória
- Atuação precária
- Sem atuação
- Não sei opinar

Sua instituição de ensino oferece informações sobre vagas de estágio? *

- Sim, oferece informação em excesso
- Sim, oferece boa quantidade de informação
- Sim, oferece informação suficiente
- Sim, mas oferece pouca informação
- Não, não oferece qualquer informação
- Não sei opinar

Se você realiza ou já realizou estágio, informe em que tipo de empresa: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- Em uma empresa privada
- Em uma empresa pública
- Em uma ONG
- Na própria instituição de ensino onde estudo
- Em um laboratório ou centro de pesquisa de uma instituição de ensino superior
- Outro:

Se você realiza ou já realizou estágio, informe que tipo de atividade desempenhou: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- Atividade produtiva
- Atividade de extensão
- Atividade de iniciação científica
- Outro:

Se você realiza ou já realizou estágio, informe sobre a relação da atividade desempenhada com sua área de estudo: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio

- Atividade relacionada a minha área de estudo
- Atividade afim com a minha área de estudo
- Atividade não relacionada com minha área de estudo

Se você realiza ou já realizou estágio, informe se tem ou teve bolsa auxílio: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- Não
- Sim, em valor abaixo de R\$ 100,00
- Sim, no valor de R\$ 100,00 a R\$ 200,00
- Sim, no valor de R\$ 201,00 a R\$ 400,00
- Sim, no valor de R\$ 401,00 a R\$ 677,00
- Sim, no valor de R\$ 678,00 a R\$ 1.355,00 (1 a 2 salários mínimos)
- Sim, no valor de R\$ 1.356,00 a R\$ 3.389,00 (de 3 a 5 salários mínimos)
- Sim, em valor acima de R\$ 3.390,00 (acima de 5 salários mínimos)

Se você realiza ou já realizou estágio, informe a carga horária semanal: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- 12h
- 16h
- 20h
- 30h
- 40h
- 44h
- Outro:

Quando você fez estágio ou agora que está fazendo, considera que ocupa ou ocupou o lugar de um funcionário da empresa? *

- Sim
- Em parte
- Não

Se você respondeu "Sim" ou "Em parte", por favor, explique:

Se você realiza ou já realizou estágio, informe se recebe (ou recebeu) ORIENTAÇÃO por parte de algum professor de seu curso: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- Não estou recebendo orientação de ninguém
- Sim, estou recebendo orientação do Coordenador do Curso

- Sim, estou recebendo orientação de um professor do curso

Dê sua opinião acerca da ORIENTAÇÃO recebida dentro desta instituição de ensino: *

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- Excelente
- Muito boa
- Satisfatória
- Ruim
- Péssima

Se você realiza ou já realizou estágio, informe se há (ou houve) SUPERVISÃO de suas atividades por parte de algum profissional da empresa: *

(Supervisionar é acompanhar o trabalho do estagiário, sanando dúvidas, oferecendo orientações, ensinando o que o estagiário ainda não sabe fazer e avaliando a atividade)

- Ainda não fiz nem estou fazendo estágio
- Não, ninguém supervisiona minhas atividades dentro da empresa
- Sim, embora não haja um profissional específico para me supervisionar
- Sim, há um profissional específico que está encarregado de supervisionar o meu trabalho dentro da empresa
- Não sei informar

Dê sua opinião acerca da SUPERVISÃO de estágio recebida dentro da empresa: *

- Ainda não estou realizando estágio
- Excelente
- Muito boa
- Satisfatória
- Ruim
- Péssima

Em sua opinião, é possível formar um técnico sem realização de estágio supervisionado? *

- Sim
- Talvez
- Não

Explique: *

A vertical rectangular box with a light gray background and a thin black border. It contains a small upward-pointing arrow icon at the top and a small downward-pointing arrow icon at the bottom, indicating a scrollable area for text input.

Aponte as TRÊS principais dificuldades encontradas por você ou por seus colegas para concluir o estágio: *

A vertical rectangular form input field with a light gray background and a thin border. At the top, there are three small icons: a left-pointing arrow, a right-pointing arrow, and a magnifying glass. Below these icons is a large, empty text area for user input.

O que você propõe para a melhoria da atividade de estágio de sua instituição de ensino?

A vertical rectangular form input field with a light gray background and a thin border. At the top, there are three small icons: a left-pointing arrow, a right-pointing arrow, and a magnifying glass. Below these icons is a large, empty text area for user input.

Você gostaria de acrescentar algo para a equipe de pesquisadores que não tenha sido questionado?

A vertical rectangular form input field with a light gray background and a thin border. At the top, there are three small icons: a left-pointing arrow, a right-pointing arrow, and a magnifying glass. Below these icons is a large, empty text area for user input.

Enviar

Nunca envie senhas em Formulários Google.

Powered by

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

ANEXO 02

QUESTIONÁRIO DE DOCENTES

Questionário de Docentes e Técnicos Administrativos - IFAP / Laranjal do Jari

Projeto de Pesquisa:

MEDIAÇÕES ENTRE A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO: experiências de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Instituição:

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade

*Obrigatório

Informações Institucionais

Sigla da instituição: *

Nome do Campus: *

Informações Pessoais

Sexo *

- Masculino
- Feminino

Ano em que nasceu: *

Nível de escolaridade: *

- Graduação
- Especialização incompleta
- Especialização
- Mestrado incompleto
- Mestrado
- Doutorado incompleto
- Doutorado
- Pós-Doutorado incompleto
- Pós-Doutorado

Nome da instituição de ensino superior onde concluiu a graduação: *

Ano de conclusão: *

Nome do Curso concluído: *

Tipo: *

- Licenciatura
- Bacharelado
- Superior de Tecnologia

Informações Profissionais

Ano em que ingressou nesta instituição de ensino: *

Ex.: 1986

Vínculo institucional: *

- Estatutário/Servidor Público Federal
- Celetista
- Contrato Temporário
- Estagiário
- Outro:

Categoria funcional: *

- Docente da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
- Técnico Administrativo de Nível Superior - Pedagogo(a)
- Técnico Administrativo de Nível Superior - Téc. em Assuntos Educacionais
- Técnico Administrativo de Nível Superior - Outros cargos
- Técnico Administrativo de Nível Médio
- Outro:

Exerce algum cargo administrativo no momento? *

- Sim
- Não

Se exerce, informe o cargo:

Quais disciplinas ministrou nos últimos 03 anos?

Responder somente se tiver assumido função docente.

Níveis e modalidades de ensino em que atuou nos últimos 03 anos: *

Pode marcar mais de um item

- Formação Inicial e Continuada

- Ensino Médio - Formação Geral
- Ensino Médio - Formação Técnico Profissional
- Ensino Médio - PROEJA
- Ensino Médio / Ensino Técnico à distância
- Curso Superior de Tecnologia (presencial)
- Curso Superior de Tecnologia (EAD)
- Curso de Licenciatura (presencial)
- Curso de Licenciatura (EAD)
- Curso de Bacharelado (presencial)
- Curso de Bacharelado (EAD)
- Pós-Graduação Lato Sensu (presencial)
- Pós-Graduação Lato Sensu (EAD)
- Mestrado Profissional
- Mestrado Acadêmico
- Doutorado
- Não exerci e nem exerço atividade docente
- Outro:

Já atuou ou atua como docente ou como técnico administrativo em outra instituição de ensino técnico? *

- Sim, há menos de 02 anos
- Sim, entre 02 e 05 anos
- Sim, há mais de 05 anos
- Não

Opiniões Sobre a Formação de Técnicos de Nível Médio

Indique os três elementos que você considera os mais importantes para formar técnicos de nível médio *

Aponte pelo menos três medidas necessárias para uma instituição de ensino garantir boa relação entre teoria e prática na formação de técnicos de nível médio: *

Na sua opinião, como a vivência do cotidiano do trabalho em uma empresa pode contribuir para a formação de um técnico de nível médio? *

Para você, em que consiste a atividade estágio supervisionado? *

Qual o nível de relevância da atividade de estágio supervisionado para a formação de técnicos de nível médio? *

- Extremamente relevante
- Muito relevante
- Relevante
- Pouco relevante
- Sem relevância

Nos cursos em que você atua, os alunos são obrigados a fazer atividade de estágio supervisionado para se formar? *

- Sim
- Não
- Não sei informar

Você acha correto condicionar a certificação de um curso técnico de nível médio (subsequente ou concomitante) à conclusão da atividade de estágio supervisionado? *

- Sim
- Sim, em parte
- Não

Por que? *

Você acha correto condicionar a certificação de um curso técnico INTEGRADO ao Ensino Médio à conclusão da atividade de estágio supervisionado? *

- Sim
- Sim, em parte
- Não

Por que? *

Você está inteirado(a) de como se desenvolvem as atividades de estágio supervisionado nos cursos técnicos de sua instituição? *

- Sim, estou plenamente inteirado(a)
- Sim, estou minimamente inteirado(a)
- Tenho uma vaga ideia
- Não

Quais os 03 principais problemas enfrentados pelos(as) alunos(as) na realização da atividade de estágio supervisionado? *

Você já teve oportunidade de conhecer o ambiente onde os(as) alunos(as) realizam suas atividades de estágio supervisionado? *

- Sim, plenamente
- Sim, minimamente
- Tenho uma vaga ideia
- Não conheço

Quem deve se preocupar com o bom desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado dos(as) alunos(as) dos cursos técnicos? *

Podem marcar mais de um item

- Os(as) alunos(as) e seus pais
- O Orientador/Supervisor de Estágio
- O Coordenador Institucional de Estágio
- O Coordenador de Curso
- O pessoal da Coord. Técnico Pedagógica
- O Diretor de Ensino
- Os docentes da área de formação técnica
- Os docentes da área de formação geral de nível médio
- As empresas concedentes de vagas de estágio
- Outro:

O que uma INSTITUIÇÃO DE ENSINO deve oferecer ao estudante para que ele tenha uma boa experiência de estágio supervisionado? *

O que uma EMPRESA que oferece vagas de estágio deve oferecer ao estudante para que ele tenha uma boa experiência de estágio supervisionado? *

Informações Sobre a Organização do Trabalho Pedagógico da Instituição

Nos cursos técnicos de nível médio em que você atua, em que campo curricular sua(s) disciplina(s) se insere(m)? *

- Formação geral de nível médio
- Formação técnico profissional
- Não exerço e nem exerci função docente

Com que periodicidade sua instituição de ensino promove reuniões pedagógicas com o quadro docente? *

- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente

- bimestralmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente
- Esporadicamente
- Nunca

Sua instituição já promoveu ou promove oportunidade de discussão acerca da atividade de estágio supervisionado dos cursos técnicos que oferece? *

- Sim
- Não
- Não sei informar

Você gostaria de acrescentar algo acerca das atividades de estágio supervisionado desenvolvidas em sua instituição?

Nunca envie senhas em Formulários Google.

Powered by

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

ANEXO 03



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador/a de Curso)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Coordenador/a de Curso do Instituto Federal _____, Campus _____ . Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, que curso você coordena aqui na Instituição?
2. Há quanto tempo?
3. Qual a modalidade desse curso e seu tempo de duração?
4. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
5. O que faz um/a coordenador/a de curso?
6. Você gosta do que faz? Por quê?
7. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Coordenador/a de Curso?
8. Qual é o perfil dos/as aluno/as que frequentam o curso que você coordena?
9. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
10. Como se dá a mediação entre teoria e prática no curso que você coordena?
11. Em que medida você, como coordenador/a de curso, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
12. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?
13. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste curso? Você poderia descrever para nós?
14. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?

15. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
16. O que a Coordenação de Curso ou a Instituição de Ensino pode fazer para contornar essas dificuldades?
17. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
18. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
19. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
20. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
21. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?
22. Em sua opinião, quem deve ser o responsável pelo bom desenvolvimento do estágio?
23. Qual o papel da Coordenação de Curso no desenvolvimento da atividade de estágio?
24. E da Coordenação de Estágio?
25. E da Coordenação Pedagógica?
26. E da Direção de Ensino?
27. E dos Orientadores de Estágio?
28. E da Empresa Concedente?
29. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
30. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
31. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
32. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
33. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
34. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
35. Como a Coordenação de Curso atua diante dessas dificuldades?
36. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
37. Qual seu papel no processo de desenvolvimento do estágio supervisionado pelo/a aluno/a?

38. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
39. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos do curso?
40. A Coordenação de Curso tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
41. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
- 42.** Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

ANEXO 04



GRUPO DE PESQUISA SOBRE TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador/a de Estágio)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Coordenador/a de Estágio do Instituto Federal _____, Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, você pertence à categoria de docentes ou de técnicos administrativos?
2. Há quanto tempo você ocupa o cargo de Coordenador/a de Estágio?
3. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
4. O que faz um/a Coordenador/a de Estágio?
5. Você gosta do que faz? Por quê?
6. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Coordenador/a de Estágio?
7. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
8. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
9. Em que medida você, como Coordenador/a de Estágio, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
10. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico dos cursos e o mundo do trabalho? Que estratégias a instituição desenvolve nesse sentido?
11. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste campus? Você poderia descrever para nós?
12. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
13. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
14. O que a Coordenação de Estágio pode fazer para contornar essas dificuldades?

15. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
16. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
17. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
18. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
19. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio supervisionado?
20. A gestão da atividade de estágio está ligada à Direção de Ensino ou a outra direção?
21. Em sua opinião, quem deve ser o responsável direto pelo bom desenvolvimento do estágio?
22. Qual o papel da Coordenação de Estágio no desenvolvimento da atividade de estágio?
23. E da Coordenação de Pedagógica?
24. E das Coordenações de Curso?
25. E dos Orientadores de Estágio?
26. E da Direção de Ensino?
27. E da Empresa Concedente?
28. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
29. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação de Estágio no desenvolvimento da atividade de estágio?
30. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
31. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
32. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
33. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
34. Como a Coordenação de Estágio atua diante dessas dificuldades?
35. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
36. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos dos cursos que os/as alunos/as frequentam?
37. A Coordenação de Estágio tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.

38. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
39. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

ANEXO 5



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador/a Pedagógico/a)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Coordenador/a Pedagógico/a do Instituto Federal _____, Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, há quanto tempo você ocupa o cargo de Coordenador/a Pedagógico/a?
2. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
3. O que faz um/a Coordenador/a Pedagógico/a?
4. Você gosta do que faz? Por quê?
5. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Coordenador/a Pedagógico/a?
6. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
7. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
8. Em que medida você, como Coordenador/a Pedagógico/a, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
9. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?
10. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste campus? Você poderia descrever para nós?
11. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
12. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
13. O que a Coordenação Pedagógica pode fazer para contornar essas dificuldades?

14. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
15. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
16. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
17. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
18. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?
19. Em sua opinião, quem deve ser o responsável pelo bom desenvolvimento do estágio?
20. Qual o papel da Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
21. E da Coordenação de Estágio?
22. E da Coordenação de Curso?
23. E dos orientadores de estágio?
24. E da Direção de Ensino?
25. E da Empresa Concedente?
26. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
27. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
28. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
29. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
30. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
31. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
32. Como a Coordenação Pedagógica atua diante dessas dificuldades?
33. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
34. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
35. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos do curso?

36. A Coordenação Pedagógica tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
37. Existe alguma iniciativa no sentido de abrir a discussão junto ao quadro docente sobre o desenvolvimento do estágio supervisionado?
38. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
- 39.** Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

15. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
16. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
17. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
18. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
19. A gestão da atividade de estágio supervisionado está ligada à Direção de Ensino ou a outra Direção?
20. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio nesse campus?
21. Em sua opinião, quem deve ser o responsável direto pelo bom desenvolvimento do estágio?
22. Qual o papel da Direção de Campus no desenvolvimento da atividade de estágio?
23. E da Direção de Ensino?
24. E da Coordenação de Curso?
25. E da Coordenação de Estágio?
26. E da Coordenação Pedagógica?
27. E dos Orientadores de Estágio?
28. E da Empresa Concedente?
29. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
30. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
31. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
32. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
33. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
34. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
35. Como a Direção de Campus atua diante dessas dificuldades?
36. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
37. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?

38. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos dos cursos?
39. A Direção de Campus tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
40. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
41. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

ANEXO 07



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Diretor/a de Ensino)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Diretor/a de Ensino do Instituto Federal _____, Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, há quanto tempo você ocupa o cargo de Diretor/a de Ensino?
2. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
3. O que faz um/a Diretor/a de Ensino?
4. Você gosta do que faz? Por quê?
5. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Diretor/a de Ensino?
6. Quais são os cursos técnicos oferecidos nesse campus e quais modalidades?
7. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
8. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
9. Em que medida você, como Diretor/a de Ensino, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
10. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?
11. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste curso? Você poderia descrever para nós?
12. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?

13. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
14. O que a Direção de Ensino pode fazer para contornar essas dificuldades?
15. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
16. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
17. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
18. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
19. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?
20. A Coordenação de Estágio está ligada administrativamente à Direção de Ensino ou a outra Direção?
21. Em sua opinião, quem deve ser o responsável direto pelo bom desenvolvimento do estágio?
22. Qual o papel da Direção de Ensino no desenvolvimento da atividade de estágio?
23. E da Coordenação de Curso?
24. E da Coordenação de Estágio?
25. E da Coordenação Pedagógica?
26. E dos Orientadores de Estágio?
27. E da Empresa Concedente?
28. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
29. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
30. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
31. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
32. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
33. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
34. Como a Direção de Ensino atua diante dessas dificuldades?
35. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.

36. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
37. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos dos cursos?
38. A Direção de Ensino tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
39. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
40. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

ANEXO 08



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Orientador/a de Estágio)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, professor de _____ do Instituto Federal _____ Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, quando ingressou no IFRJ?
2. Que disciplinas você ministra?
3. Em que curso você atua? Qual a modalidade dele (integrado, concomitante/subsequente ou PROEJA)?
4. Você gosta do que faz? Por quê?
5. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta para realizar seu trabalho?
6. Como se dá a mediação entre teoria e prática no(s) curso(s) em que você atua?
7. Em que medida você pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
8. Como se dá a articulação entre o que você faz e o mundo do trabalho? Que estratégias você desenvolve nesse sentido?
9. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
10. No(s) curso(s) em que você atua é obrigatória a realização de estágio supervisionado?
11. Você concorda com isso? Por quê?
12. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?

13. Você atua ou já atuou como orientador de estágio?
14. Quando você orienta estágio ou orientava, havia carga horária destinada para esta atividade conforme há para as demais disciplinas do Curso?
15. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste Campus? Você poderia descrever para nós?
16. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos estagiários do(s) curso(s) em que você atua?
17. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para conseguir vaga de estágio?
18. Depois que conseguem vaga, quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
19. O que você tem feito para contornar essas dificuldades?
20. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
21. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
22. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
23. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
24. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

ANEXO 09

ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE GRUPO FOCAL

Em reunião, fizemos o planejamento dos grupos focais. Fizemos o levantamento das informações que pretendemos coletar com este instrumento de coleta de dados e definimos o perfil dos estudantes para compor os grupos. Então, estabelecemos as seguintes diretrizes:

- a. A partir de Grupos Focais, pretendemos atender aos seguintes objetivos específicos do projeto:
 - “Analisar expectativas de estudantes de cursos técnicos de nível médio em relação ao estágio curricular”.
 - “Estabelecer possíveis identidades entre as diferentes formas de realização de “estágio” e o “trabalho precário” na atualidade”.
 - b. Número de sessões por campus: 3 sessões
 - 01 sessão com estudantes de cursos de currículo integrado
 - 01 sessão com estudantes de cursos de currículo concomitante ou subsequente
 - 01 sessão com estudantes de cursos do PROEJA
 - c. Perfil dos estudantes a serem convidados: alunos matriculados no último ano (ou dois últimos períodos) de cursos técnicos de diferentes modalidades, escolhidos aleatoriamente, a partir de manifestação voluntária diante de abordagem em sala de aula ou em qualquer outro tipo de atividade coletiva dentro do ambiente escolar
 - d. Número de estudantes para compor cada grupo: 9 ou 12 estudantes (ainda em discussão)
 - e. Local de realização: nas dependências do respectivo Campus
- 3) Para atender o conjunto de dados que pretendemos levantar a partir da técnica do grupo focal, depois de muita discussão, chegamos a seis temas problematizadores, quando deveríamos ter apenas 3 ou quatro. São eles:
- a. Como você conseguiu vaga de estágio?
 - b. O que você espera do estágio?
 - c. O que mais te marcou durante a experiência de estágio?
 - d. Em algum momento você se sentiu explorado pela empresa onde fez estágio?
 - e. Estágio tem que ser uma atividade remunerada?
 - f. É necessário fazer estágio para ser um bom técnico?
- 4) Dificuldades:
- a. Considerando que a dinâmica de grupo focal não deve ultrapassar 120 minutos, devemos considerar que seis temas problematizadores provocará redução do tempo de discussão, afinal, é preciso um tempo 30 minutos de preparação do grupo, explicação da técnica etc. Assim, sobraria apenas 15 minutos para discussão de cada tema problematizador.
- 5) Soluções possíveis para refletirmos e tomarmos posição até dia 09/09/2013:
- a. Reduzir o tempo preparatório de 30 para 20 minutos.
 - b. Reduzir o número de questões problematizadores de 6 para 5 questões
 - c. Reduzir o número de participantes de 12 para 9 estudantes, de modo a aumentar a produtividade dentro do espaço de tempo destinado para discussão de cada tema problematizador.

OBS: Essas três medidas nos permitiria dividir os 120 minutos da seguinte forma: 20 minutos para preparação do grupo e 20 minutos para discussão de cada tema problematizador e ainda otimizaria o uso desse tempo com a redução do número de participantes.